



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

IMPrensa NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E. P.

AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado:
Para publicação no «Boletim da República».

SUMÁRIO

Conselho de Ministros:

Resolução n.º 52/2019:

Aprova o Plano Estratégico para a Sociedade de Informação 2019-2028 e o respectivo Plano Operacional.

CONSELHO DE MINISTROS

Resolução n.º 52/2019

de 16 de Outubro

Havendo necessidade de operacionalizar a Política para a Sociedade de Informação, aprovada pela Resolução n.º 17/2018, de 21 de Junho, no uso das competências que lhe são atribuídas pela alínea f), do n.º 1, do artigo 204 da Constituição da República, o Conselho de Ministros determina:

Artigo 1. São aprovados o Plano Estratégico para a Sociedade de Informação 2019-2028 e o respectivo Plano Operacional, em anexo, que são parte integrante da presente Resolução.

Art. 2. A presente Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Aprovada pelo Conselho de Ministros, aos 26 de Fevereiro de 2019.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *Carlos Agostinho do Rosário*.

PLANO ESTRATÉGICO PARA A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO **2019-2028**

1. VISÃO, MISSÃO E METAS

O Plano Estratégico para a Sociedade da Informação é o instrumento de cariz estratégico que, de modo alinhado com a Política para a Sociedade da Informação e demais documentos orientadores do país, estabelece as prioridades de desenvolvimento da Sociedade da Informação para o horizonte temporal 2019-2028.

Estabelece também as iniciativas a serem desenvolvidas em cada um dos eixos definidos na Política para a Sociedade da Informação.

1.1. Visão

Tornar Moçambique um país em que todos, sem discriminação, têm acesso e fazem uso das tecnologias de informação e comunicação em benefício próprio e da sociedade no geral.

1.2. Missão

Promover o desenvolvimento da Sociedade da Informação de modo sustentável, modernizando a Administração Pública, criando competências no cidadão e estimulando a produtividade e o desenvolvimento socioeconómico.

1.3. Metas Globais

O Governo de Moçambique está fortemente comprometido com o desenvolvimento da Sociedade da Informação e a maximização dos seus benefícios em todas as áreas de actuação, tornando esta uma alavanca de desenvolvimento económico-social.

Neste sentido, o Plano Estratégico para a Sociedade da Informação identifica um conjunto de indicadores de referência e estabelece as respectivas metas para o período de vigência do plano, permitindo reforçar o compromisso e analisar o impacto da implementação.

No que concerne à avaliação directa do desenvolvimento das TICs foram definidos os seguintes indicadores e metas:

Tabela 1 - Indicadores de Impacto no âmbito da avaliação directa do desenvolvimento das TICs

Indicador	Valor de Base	Meta 2027
Subscrições de telefone móvel por 100 habitantes	54,1	125
Banda larga (bit/s por utilizador)	34	55
Percentagem de agregados familiares com computador	6,5*	50
Percentagem de lares com internet	16,2	45
Percentagem de indivíduos que utilizam internet	17,5	40
Subscrições de banda larga móvel por 100 habitantes	34	50

NOTA: O valor de base corresponde ao ano de 2017 e tem como fonte os dados da ITU – *International Telecommunications Union*.

*INE – Dados do IOF

No que diz respeito aos índices internacionais, são considerados os seguintes:

Tabela 2 - Principais Indicadores de Impacto e Metas a considerar em termos internacionais

Indicador	Valor de Base	Meta 2027
Índice de Desenvolvimento das TICs Fonte: Relatório <i>Measuring the Information Society</i> da UIT – União Internacional de Telecomunicações	2,32	5,0
Preço do Cabaz de TICs Fonte: Relatório <i>Measuring the Information Society</i> da UIT – União Internacional de Telecomunicações	29,5	14,7
Índice de Desenvolvimento da Governação Electrónica Fonte: <i>e-Government Survey</i> das Nações Unidas	0,2	0,5
Posição no Índice de Ambiente de Negócios Fonte: Relatório <i>Doing Business In</i> do Banco Mundial	138	103
Peso de empresas de TICs no sector terciário*	2	15
Percentagem de empresas moçambicanas com Websites*	1,2	50

*INE – Ficheiro de Unidades Estatísticas 2017

Para o caso do Índice de Desenvolvimento das TICs (IDI – *ICT Development Index*), projecta-se que Moçambique posicione-se acima da média africana. Para o caso do Preço do Cabaz de TICs (IPB – *ICT Price Basket*), o raciocínio prende-se com a redução do actual índice em cerca de 50%, permitindo subir um número significativo de posições na tabela do ranking.

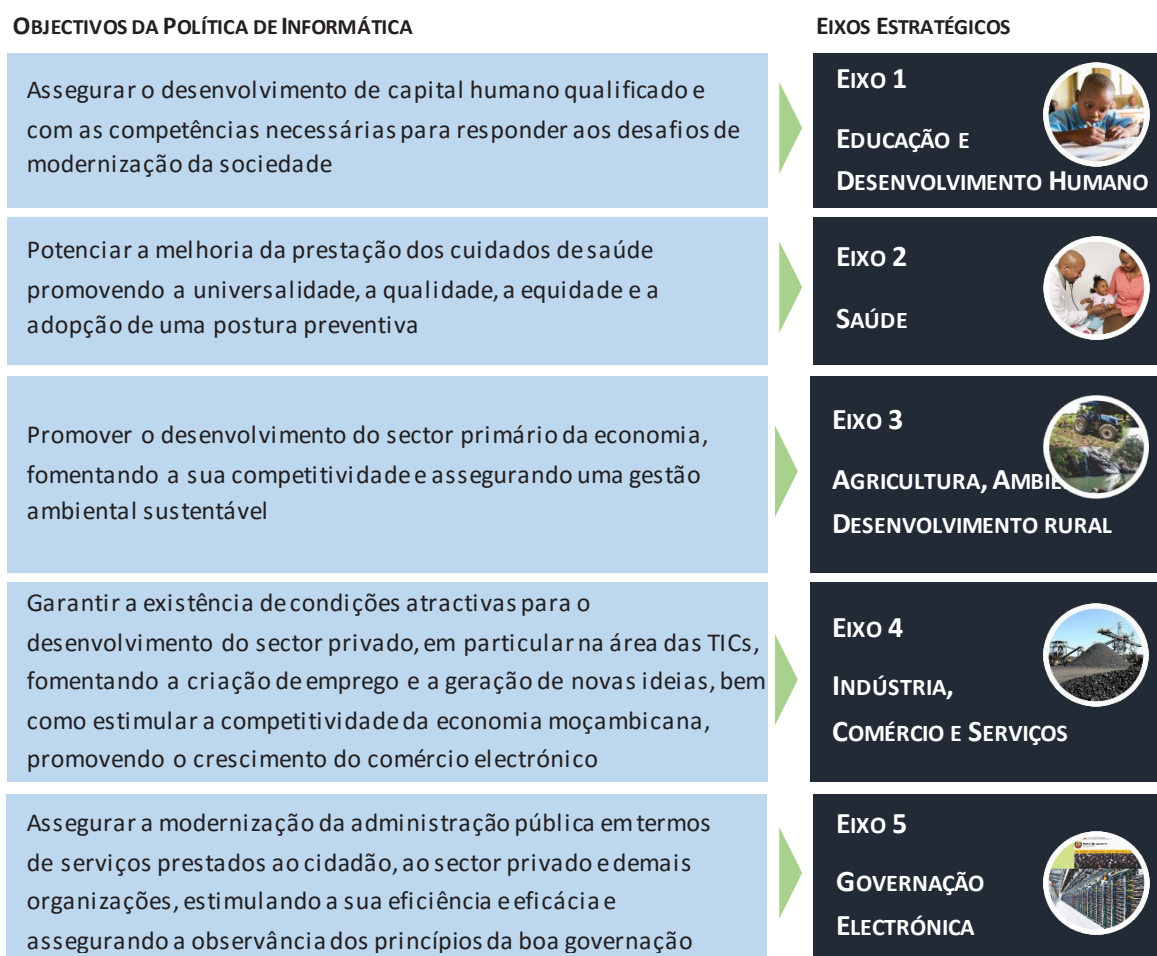
Relativamente ao Índice de Desenvolvimento da Governação Electrónica (*E-Government Development Index*), Moçambique irá procurar também estabelecer-se acima da média Africana, com valores próximos do actual melhor classificado.

Quanto ao índice relativo ao ambiente de negócios (*Doing Business*), Moçambique irá procurar uma escalada ascendente, subindo, em média, uma ou duas posições por ano. No caso presente, tendo em 2018 atingido o índice 135, projecta-se que para 2019 alcancemos o índice 133. Apesar de este não ser um índice directamente ligado às TICs, estas assumem um papel preponderante enquanto alavanca para a melhoria do ambiente de negócios.

2. EIXOS DE DESENVOLVIMENTO

O Plano Estratégico é composto por 7 Eixos Estratégicos, alinhados com os objectivos plasmados na Política para a Sociedade da Informação e assentes em temas prioritários para o crescimento económico e social de Moçambique.

Figura 1 – Objectivos da Política de Informática e Eixos Estratégicos



Garantir a existência de infra-estruturas inclusivas e que promovam o acesso universal às TICs e sensibilizar os vários actores da sociedade para a importância das TICs enquanto eixo de desenvolvimento económico e social

Contribuir para a criação de um ambiente regulatório favorável para o desenvolvimento da Sociedade da Informação nomeadamente nos aspectos relacionados com a protecção de dados e a segurança da informação

EIXO 6

**ACESSO E
CONECTIVIDADE**



EIXO 7

**POLÍTICAS E
REGULAÇÃO**



Objectivos da Política para os quais contribuem todos os eixos:

Estimular a inovação em termos económicos e sociais;



EIXO ESTRATÉGICO

1. EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

(ACADEMIA E INOVAÇÃO)

O desenvolvimento humano é uma das componentes determinantes para assegurar a implementação sustentável de uma Sociedade da Informação. A integração das tecnologias de informação e comunicação nesta área permitem alcançar melhorias no processo de ensino-aprendizagem, promovendo a info-inclusão e a redução das desigualdades sociais da população.

Para o desenvolvimento das competências de utilização e acesso das TICs, promovendo a integração digital da população, deve ser potenciada a criação de condições adequadas no sistema de ensino, nos respectivos conteúdos programáticos, no sistema de investigação, desenvolvimento e partilha de conhecimento e em termos de capacitação da população.

O Plano Estratégico define três áreas de actuação:

- 1.1. TICs no Sistema de Ensino
- 1.2. Investigação, Desenvolvimento e Partilha de Conhecimento
- 1.3. Desenvolvimento de Recursos Humanos

1.1. TICs no Sistema de Ensino

A integração das TICs nas escolas e nas salas de aula faz parte da evolução que se tem verificado nos modelos de ensino por todo o mundo. Esta evolução consiste no apetrechamento do ensino tradicional com tecnologias de informação e comunicação enquanto ferramentas de aprendizagem, até atingir um modelo interactivo em que estas são um veículo para a criação e partilha de conhecimento. Esta evolução é faseada e gradual, permitindo aos estudantes entrar em contacto com as TICs desde cedo e aceder a ferramentas que podem potenciar o seu crescimento.

Para promover o desenvolvimento do modelo de ensino através da utilização das TICs enquanto ferramentas de ensino e aprendizagem, deve continuar a ser feito o investimento na aquisição de equipamentos para as escolas, garantindo simultaneamente o acesso à internet. No entanto, existem vários desafios associados, sendo essencial garantir o investimento de base em infra-estruturas que providenciem condições adequadas em muitas escolas do país, para além da necessidade de diminuir os constrangimentos ao nível da rede de energia.

A integração das TICs nas escolas deve ser feita em paralelo com a inclusão nos currículos de todos os níveis de ensino das disciplinas associadas a esta matéria. Deve ainda ser estimulada a criação de cursos superiores e técnico-profissionais sobre o desenvolvimento das TICs.

Adicionalmente, deve ser promovida, de forma gradual, a produção de conteúdos digitais e interactivos, adequados à realidade Moçambicana e que estimulam a utilização dos equipamentos no processo de ensino aprendizagem, alavancando a utilização e a aprendizagem com recurso às TICs.

Para além da digitalização como forma de apresentação dos conteúdos programáticos, devem ser desenvolvidas plataformas de e-Learning que permitem o ensino não presencial. Estas ferramentas de ensino têm especial impacto no crescimento do Ensino à Distância em

Moçambique, modalidade de ensino que tem constituído uma das prioridades de desenvolvimento do sector.

As TICs devem ser encaradas também com ferramentas para promover a alfabetização e a info-inclusão da população, devendo ser estimulada a sua introdução em programas desta natureza.

1.2. Investigação, Desenvolvimento e Partilha de Conhecimento

A partilha e transferência de conhecimento é uma componente importante para promover o desenvolvimento do país, nomeadamente através da análise e replicação de casos de sucesso e na identificação de oportunidades para o crescimento da comunidade académica e/ou empresarial.

Através das TICs tem-se disponível um conjunto de ferramentas de apoio tanto no tratamento e análise de informação, como na divulgação dos resultados. Esta partilha é importante para promover a discussão de temas e abordagens e obter melhores resultados, estimulando a inovação em termos económicos e sociais.

Assim, para além da disponibilização de equipamentos e conectividade, devem ser desenvolvidas ferramentas que proporcionem a partilha de informação e a criação de conhecimento, assegurando a sua disponibilização por parte da comunidade académica e científica.

1.3. Desenvolvimento de Recursos Humanos

O desenvolvimento da Sociedade da Informação só é possível com a existência de recursos humanos capacitados e qualificados para responder aos desafios da massificação das TICs.

De modo complementar à introdução gradual das TICs no sistema de ensino, devem ser promovidas outras iniciativas que abrangem segmentos estratégicos da população como é o caso dos Funcionários e Agentes do Estado, potenciando o processo de modernização a Administração Pública e dos serviços prestados ao cidadão.

As iniciativas previstas para o desenvolvimento de recursos humanos deverão também ser potenciadas junto das comunidades, com enfoque nas zonas rurais, promovendo a sua info-inclusão.

Iniciativas

Para a concretização dos resultados previstos nas áreas acima identificadas foram definidas as seguintes iniciativas:

Tabela 3 - Descrição das Iniciativas do Eixo Estratégico 1. Educação e Desenvolvimento Humano (Academia e Inovação)

INICIATIVAS	DESCRIÇÃO
1.1. TICs NO SISTEMA DE ENSINO	
1.1.1. Escolas do Século XXI	Continuação do processo de infra-estruturação das instituições de ensino através da aquisição de equipamentos informáticos e de

INICIATIVAS	DESCRIÇÃO
	conectividade, tendo em vista o apoio à implementação do sistema de ensino interactivo e ao funcionamento administrativo das escolas.
1.1.2. Currículos do Século XXI	Actualização dos currículos académicos, atendendo às competências chave para o desenvolvimento da sociedade moçambicana e de forma a dinamizarem a utilização das TICs enquanto ferramenta de aprendizagem.
1.1.3. Ensino Técnico Profissional na área de TICs	Desenvolvimento da vertente do Ensino Técnico-Profissional de matérias relacionadas com as TICs, em que se pretende a dinamização e criação de técnicos qualificados nas áreas das TICs.
1.1.4. Ensino Aberto e à Distância	Modernização dos programas de Ensino Aberto e à Distância através da utilização de conteúdos programáticos interactivos e de plataformas de e-Learning, com o intuito de promover a diversificação e a atractividade deste modelo de ensino.
1.1.5. Capacitação e Sensibilização de Professores e Directores de Escolas	Formação e sensibilização dos professores e directores de escolas para a utilização das TICs enquanto ferramentas pedagógicas com impacto na aprendizagem e no desenvolvimento da sociedade moçambicana, promovendo a evolução do paradigma de ensino-aprendizagem.
1.1.6. TICs na Alfabetização	Disseminação das TICs nos programas de apoio à alfabetização de adultos, de forma a tornar os métodos de aprendizagem mais interactivos e atractivos.
1.1.7. Sistema Integrado de Gestão Escolar	Criação de um sistema de apoio à gestão administrativa e financeira das escolas, que promova a eficiência e celeridade dos processos, garantindo a integração com os restantes sistemas de informação do Ministério.
1.1.8. Sistema de Candidaturas ao Ensino Superior	Criação de um sistema comum a todas as instituições de ensino superior, com o intuito de facilitar, uniformizar e tornar mais célere o processo de candidaturas de alunos o ensino superior. A plataforma deve ainda conter informação agregada sobre a oferta existente neste nível de ensino em termos de cursos e instituições.
1.1.9. Conteúdos Interactivos	Produção de conteúdos programáticos em formato interactivo, alinhados com os currículos académicos dos diferentes níveis de ensino, assegurando a sua gradual introdução nos vários níveis de ensino, de modo paralelo com a introdução de equipamentos nas escolas.
1.1.10. Política e Plano Director de TICs na Educação	Desenvolvimento de instrumentos orientadores para uso e massificação de TICs na educação, nomeadamente a Política e o Plano Director de TICs

INICIATIVAS	DESCRIÇÃO
1.1.11. Estratégia de e-Escolas Modelo	Desenvolvimento e implementação de uma estratégia de e-Escolas Modelo
1.2. INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E PARTILHA DE CONHECIMENTO	
1.2.1. Programa Nacional de e-Learning	Criação de uma plataforma informática única com conteúdos programáticos em formato e-Learning que abrange as instituições de ensino e da Administração Pública, de forma a promover o ensino das TICs e a utilização destas tecnologias nos modelos de aprendizagem.
1.2.2. MoRENet	Desenvolvimento das várias componentes da MoRENet enquanto plataforma de partilha de conhecimento da comunidade académica e científica.
1.2.3. Parques de Ciência e Tecnologia	Implementação do projecto nacional de desenvolvimento dos Parques de Ciência e Tecnologia, tornando-os centros de referência para a inovação e desenvolvimento tecnológico em Moçambique, através da formação em diferentes áreas relacionadas com as TICs.
1.2.4. Campus Virtuais	Criação de campus virtuais nas principais universidades do país, que consistem em plataformas digitais onde são disponibilizados conteúdos pedagógicos, serviços administrativos electrónicos das instituições de ensino e que serve para a partilha de informações de/entre docentes e alunos.
1.2.5. Portal do Conhecimento	Criação de um Portal que integra o acesso a diversas bibliotecas especializadas (nacionais e internacionais) e portais académicos e científicos, que envolve a descrição, catalogação, indexação bibliográfica e carregamento em bases de dados on-line.
1.3. DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	
1.3.1. Programa de Capacitação de Funcionários Públicos	Desenvolvimento de um programa que visa a capacitação gradual dos funcionários públicos em competências de utilização das TICs básicas e avançadas, promovendo a sua importância para as actividades das instituições, desde o nível central até ao nível local.
1.3.2. Alfabetização Digital	Criação de um programa que visa a munir os cidadãos em competências básicas de informática, de forma gratuita, promovendo a inclusão digital da população no acesso à informação e aos serviços electrónicos do Estado.

Resultados

Com a concretização das iniciativas previstas no presente eixo estratégico, pretende-se obter, no final da implementação do plano, os seguintes resultados¹:

1.1. TICs no Sistema de Ensino

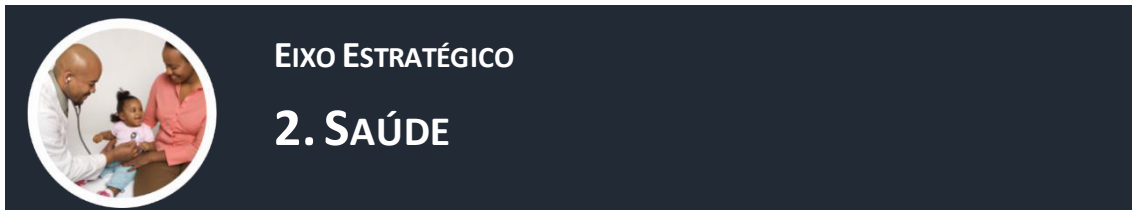
- Rácio de 10 alunos por computador;
- Todas as escolas técnico-profissionais, todas as escolas secundárias e todas as ZIPs (Zona de Influência Pedagógica) possuem salas de informática e acesso à Internet;
- 50% das escolas primárias possuem salas de informática e acesso à Internet;
- 100% dos professores estão capacitados em TICs;

1.2. Investigação, Desenvolvimento e Partilha de Conhecimento

- Todas as instituições de Ensino Superior e Pesquisa estão ligadas à MoRENNet
- 10 cursos em TICs leccionados, anualmente, nos Parques de Ciência e Tecnologia

1.3. Desenvolvimento de Recursos Humanos

- 50% de funcionários públicos formados no âmbito do Programa de Capacitação de Funcionários Públicos
- 100 mil cidadãos abrangidos pelo programa de Alfabetização Digital



A adopção das tecnologias de informação e comunicação na área da Saúde tem a capacidade para potenciar a melhoria e a diversificação dos serviços prestados nesta área, ao disponibilizar ferramentas de apoio à medicina e de gestão administrativa das unidades de saúde. Este impacto é notável junto das populações que se encontram em zonas rurais e que possuem menor acesso a condições básicas de saúde.

O Plano Estratégico aborda estes aspectos, através de duas áreas de actuação:

¹ Os valores de base e as metas associadas a estes resultados encontram-se presentes no anexo 1.

2.1. Prestação de Cuidados Preventivos e Promotivos

2.2. Prestação de Cuidados Curativos

2.3. Controlo e Logística em Saúde

2.4. Formação em Saúde baseada em TIC

2.5. Políticas

2.6. Infraestruturas das TICs na Saúde

2.1. Prestação de Cuidados Preventivos e Promotivos

O potencial das TICs também deve ser utilizado para garantir uma eficiente monitorização e acompanhamento dos principais indicadores de saúde da população, através da recolha e análise de dados estatísticos, com recurso às tecnologias disponíveis que melhor se adequem a cada situação (SMS, sistemas de informação, sistemas de tratamento de dados estatísticos, entre outros).

A partilha de informação, inovação e conhecimento é também uma componente importante que as TICs permitem abordar, para a qual pretende-se desenvolver uma plataforma informática que conecte a comunidade médica, permitindo ainda a aproximação aos utentes.

2.2. Prestação de Cuidados Curativos

A expansão do acesso a cuidados de saúde básicos a toda a população é um dos principais desafios que se apresenta num país com a dimensão de Moçambique, onde se verifica uma elevada dispersão geográfica das comunidades e uma baixa capilaridade da rede de prestação de cuidados médicos, criando a necessidade de percorrer grandes distâncias para chegar à unidade de saúde mais próxima.

Neste sentido, devem ser desenvolvidos meios alternativos de diagnóstico e tratamento de pacientes que, com o apoio das TICs, possibilitam uma maior mobilização dos recursos e garantam um atendimento uniforme e personalizado ao cidadão, em qualquer ponto do país. Por outro lado, a mobilidade dos utentes dos serviços de saúde impõe ao sector o desafio do estabelecimento de um mecanismo que permita sem falhas identificar e disponibilizar informação de registo e clínica dos utentes em todo o SNS.

A utilização das TICs nas unidades de saúde permite assegurar a eficiência nos processos de gestão hospitalar, tanto a nível administrativo como da gestão de pacientes, o que pode significar uma melhoria na taxa de atendimento, uma adequada alocação de recursos humanos, a ausência falhas de stock de medicamentos e materiais médicos, entre outros aspectos. Para promover uma utilização plena das funcionalidades das TICs é necessário assegurar a capacitação dos técnicos de saúde, desde as competências informáticas básicas até à especificidade dos sistemas.

2.3. Controlo e Logística em Saúde

A importação e movimentação interna de medicamentos e outros produtos de saúde é regulamentada através de legislação própria com o intuito de garantir a circulação e consumo de medicamentos e outros produtos com eficácia, eficiência e qualidade, sendo também uma prática preventiva de saúde pública.

Para a execução dos cuidados preventivos e curativos é imprescindível a provisão dos recursos farmacêuticos e médicos. Para o efeito, um sistema de logística eficaz e eficiente deve ser garantido e apoiado por meio das TICs através de sistemas electrónicos de gestão de medicamentos e artigos médicos desde a base na Unidades Sanitárias dos país até os níveis centrais seguindo todo o fluxo do SNS.

A expansão e progresso dos sistemas electrónicos adoptados para a logística farmacêutica deverá consolidar-se e provendo informações mais precisas para a tomada de decisão em todos níveis e, assim, garantir a existência e fornecimento em tempo útil de medicamentos ao SNS.

Por outro lado, pretende-se estabelecer um padrão, desenvolver e consolidar um sistema electrónico de gestão de artigos médicos interligando os vários níveis para de forma ajustada garantir o provimento de artigos médicos em todas unidades sanitárias do SNS conforme serviços e necessidades.

2.4. Formação em Saúde baseada em TIC

As dificuldades financeiras e de outras naturezas dos utentes e funcionários do sector de saúde inibem o acesso universal aos cuidados de saúde e à capacitação técnica dos funcionários. O uso das TICs permitem o encurtamento das distâncias e acesso remoto a serviços que possibilitam a realização de actividades de formação, consultas clínicas de especialidade bem como a aceleração processual de expedientes.

Pretende-se com a presente iniciativa reduzir os custos garantindo o acesso remoto aos serviços prestados pelo sector através da disponibilização em todas Províncias de sistemas para o efeito.

2.5. Políticas

Não obstante existir legislação e políticas nacionais em vigor sobre a matéria de TICs e informação, é urgente a disponibilização de regulamentos que permitam normalizar o processo integral dos sistemas de informação para a saúde desde a recolha, o tratamento e processamento e a divulgação de dados e informação de saúde por todos colaboradores internos e externos ao país.

2.6. Infraestruturas das TICs na Saúde

Os sistemas electrónicos de informação de saúde requerem a existência e funcionamento adequado de infraestruturas tecnológicas desde repositórios, redes informáticas nas unidades de saúde e sistemas de comunicação que garantam o acesso seguro, estável e eficiente ao sistemas e respectivos dados.

Iniciativas

As iniciativas propostas para o eixo estratégico da Saúde estão maioritariamente relacionadas com o desenvolvimento e implementação de soluções informáticas para as unidades de saúde, que vão ao encontro das áreas de actuação definidas para este eixo, a par da devida capacitação dos seus utilizadores.

Tabela 4 - Descrição das Iniciativas do Eixo Estratégico 2. Saúde

INICIATIVAS	DESCRIÇÃO
2.1. PRESTAÇÃO DE CUIDADOS PREVENTIVOS E PROMOTIVOS	
2.1.1. Sistema de Monitoria da Saúde e seus Determinantes	Desenvolvimento e implementação de um sistema de monitoria da Saúde e seus determinantes, que permita recolher, armazenar e analisar dados de forma a prevenir e controlar eventuais surtos e outros eventos de saúde pública. Inclui o Observatório Nacional de Saúde e o Observatório de Recursos Humanos
2.1.2. Plataformas de Interação em Saúde	Criação de uma plataforma electrónica onde é disponibilizada informação sobre cuidados básicos de saúde para a população e que permita a sua interação com profissionais de saúde em tempo real.
2.2. PRESTAÇÃO DE CUIDADOS CURATIVOS	
2.2.1. Número Único de Identificação do Doente (BI, NUIC) no Serviço Nacional de Saúde	Adopção do Número Único de Identificação do Doente para facilitar o seguimento do paciente em todas as situações de saúde no Serviço Nacional de Saúde (SNS).
2.2.2. Sistema Electrónico de Gestão das Unidades Sanitárias	Desenvolvimento e implementação do sistema electrónico de gestão de Unidade de Saúde que permita o registo dos cuidados e serviços prestados, para o controlo de recursos humanos, financeiros e materiais.
2.2.3. Sistema Electrónico de Seguimento do Paciente	Desenvolvimento e implementação do sistema de registo electrónico de pacientes que permita a gestão da ficha clínica do paciente e contínuo de cuidado (durante a sua vida), em qualquer unidade de saúde do país.
2.3. CONTROLO E LOGÍSTICA EM SAÚDE	
2.3.1. Controlo de Medicamentos e Outros Produtos de Sanitárias	Criação de um Sistema de Informação integrado para reforço do controlo da eficácia, eficiência e qualidade do medicamento no sistema de saúde público e privado (Lei n. 12/2017, Decreto Lei n. 21/99, etc).
2.3.2. Logística Farmacêutica	Desenvolvimento e implementação do sistema de informação integrada para gestão logística de medicamentos e artigos médicos que possibilite o registo de transações, recolha de dados de

INICIATIVAS	DESCRIÇÃO
	consumo e visibilidade de informação desde o nível central, armazéns intermediários até as unidades sanitárias. Um sistema que vai permitir a rastreabilidade de produtos ao longo da cadeia de abastecimento.
2.3.3. Logística hospitalar	Criação de um Sistema de Informação integrado de Logística Hospitalar (Material Médico Cirúrgico, Equipamento Hospitalar, Ambulâncias), interligando os vários Centros de Abastecimentos das Províncias e dos Hospitais Centrais com o Centro de Abastecimentos do nível central para permitir o rastreamento e disponibilidade dos recursos alocados aos vários níveis.
2.4. FORMAÇÃO EM SAÚDE BASEADA EM TIC	
2.4.1. TeleSaúde	Capacitação dos funcionários do sector da saúde através do uso das TICs disponíveis, com o intuito de promover a eficiência e celeridade dos processos nas unidades de saúde do país e inclusão nos currícula da formação do pessoal de saúde usando a TeleSaúde.
2.5. POLÍTICAS	
2.5.1. Política de Informação para Saúde	Desenvolvimento de um documento orientador para a criação de meios de regulamentação e de supervisão no âmbito da informação para a saúde. O documento irá servir de base para actuação dos intervenientes na saúde no concerne à protecção de informação de saúde em especial do utente.
2.6. INFRAESTRUTURAS DE TICs NA SAÚDE	
2.6.1. Rede Local nas Unidades Sanitárias	Instalação de equipamentos e rede informática nas Unidades de Saúde para partilha e acesso a recursos e informação da Rede de Saúde.
2.6.2. Espinha Dorsal da Rede Privada do Sistema Nacional de Saúde	Implementação de infraestrutura de comunicações interligando as Unidades de Saúde baseada na rede GovNet.
2.6.3. Repositórios das Unidades Sanitárias, Provinciais e MISAU	Instalação de equipamentos e condições ambientais para o funcionamento de repositórios das Unidades de Saúde Provinciais e de nível Central.

Resultados

Com a implementação das iniciativas supramencionadas pretende-se atingir, no ano de 2027, os seguintes resultados²:

² Os valores de base e as metas associadas a estes resultados encontram-se presentes no anexo 1.

2.1. Prestação de Cuidados Preventivos e Promotivos

- Observatório Nacional de Saúde e o Observatório de Recursos Humanos funcionais
- Plataformas de Saúde desenvolvidas e funcionais

2.2. Prestação de Cuidados Curativos

- Número Único de Identificação do Doente adoptado
- Sistema de Gestão concebido e funcional nas Unidades de Saúde
- SESP desenvolvido e em implementação nas unidades sanitárias do país

2.3. Controlo e Logística em Saúde

- Sistema de Informação integrado para controlo de medicamentos e outros produtos de saúde funcional.
- Gestão integrada e visibilidade dos dados de consumo da cadeia de abastecimento farmacêutica.
- Sistema de Informação Integrado de Logística Hospitalar implementado em todo o país.

2.4. Formação em Saúde Baseada em TIC

- Sistema de TeleSaúde expandido e funcional

2.5. Políticas

- Política de Informação do sector implementada

2.6. Infraestrutura de TIC na Saúde

- Rede local instalada nas Unidades de Saúde
- Espinha Dorsal da Rede Privada do Sistema Nacional de Saúde concebida e implementada
- Repositórios criados nas Unidades de Saúde Provinciais e de nível central



EIXO ESTRATÉGICO

3. AGRICULTURA, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL

O sector primário em Moçambique tem um elevado peso no que concerne o emprego e o rendimento da população, sendo maioritariamente caracterizado pela utilização de métodos artesanais. O impacto da adopção de tecnologias de informação e comunicação no processo produtivo tem potencial para gerar significativas melhorias na eficiência e na produtividade das actividades dos intervenientes neste sector.

O principal desafio está relacionado com a sensibilização da população para a adopção destas tecnologias, dado que uma significativa parte dos trabalhadores do sector primário vivem em zonas rurais com acesso limitado ao sistema de educação e à Sociedade da Informação.

As actividades a serem implementadas para a materialização deste eixo estratégico distribuem-se pelas seguintes áreas de actuação:

- 3.1. Sector Agrário
- 3.2. Mar, Pescas e Aquacultura
- 3.3. Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural

3.1. Sector Agrário

A utilização das TICs no sector primário permite a melhoria da capacidade produtiva, quer seja através do acesso a informação, quer através da utilização de ferramentas de apoio ao processo produtivo.

O impacto das TICs nos sectores agrícola e piscícola será bastante positivo, dado que o acesso a estas tecnologias irá promover o conhecimento técnico, o acesso aos mercados e a adopção de ferramentas tecnológicas que permitam a modernização e a sustentabilidade das práticas utilizadas.

Para atingir este estágio evolutivo, deve ser promovida a aprendizagem na utilização das TICs, complementando o acesso de baixo custo a redes de comunicações e dados móveis, assim como o acesso a equipamentos de consulta e partilha de informação.

3.2. Mar, Pescas e Aquacultura

O sector do Mar, Águas Interiores e Pescas, tem a responsabilidade de gerir a utilização sustentável do Mar e das Águas Interiores incluindo a exploração da Pesca, os ecossistemas, gestão de resíduos e poluição e, com um potencial para contribuir de forma significativa para a segurança alimentar e nutricional, para o emprego e o crescimento inclusivo.

O uso das TICs no sector do Mar, Pesca e Aquacultura, constitui uma ferramenta importante na medida em que melhora a prestação dos serviços públicos ao cidadão através do acesso a informação.

O impacto das TICs no sector será catalisador, dado que o acesso a estas tecnologias irá promover o conhecimento e desenvolvimento sustentável do Mar através do desenvolvimento de um Plano Nacional de Ordenamento do Espaço Marítimo, na redução do uso de artes nocivas, nas oportunidades de negócio da cadeia de valor e na melhoria da dieta alimentar e nutricional da população.

3.3. Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural

O sector da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural centra a sua actuação na redução das desigualdades socioeconómicas com ênfase no meio Rural, através da promoção de uma economia diversificada e inclusiva.

As TICs para o sector servem como uma alavanca para reforçar o sistema de administração e gestão de terras, gestão ambiental (previsão de questões de mudanças climáticas, recursos florestais e áreas de conservação), através da recolha, tratamento e partilha da informação em tempo útil, por forma a permitir tomada de decisão pela gestão do topo.

Iniciativas

A materialização do desenvolvimento do Eixo de Agricultura Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural está previsto na implementação das iniciativas apresentadas na tabela que se segue:

Tabela 5 - Descrição das Iniciativas do Eixo Estratégico 3. Sector Agrário, Ambiente e Desenvolvimento Rural

INICIATIVAS	DESCRIÇÃO
3.1. SECTOR AGRÁRIO	
3.1.1. Sistema de Informação de Mercados Agrários (SIMA)	Criação de um portal online, com suporte em plataformas multicanal, que permite o acesso de informação de mercados agrários e realize o encontro entre a oferta e a procura de produtos agrários, entre outros, permitindo a realização de feiras e a agregação de produtores e comerciantes
3.1.2. Portal do Produtor Agrário	Criação de uma plataforma online, com suporte em plataformas multicanal, na qual são disponibilizadas informações úteis para a prática da agricultura e pecuária em Moçambique, nomeadamente sobre métodos produtivos, preços de produtos, gestão de desastres naturais, entre outros aspectos, servindo ainda como repositório de dados estatísticos sobre este sector A partilha de informação com os utilizadores deverá ser disponibilizada, para além do website, através de serviços de mensagem (SMS), email e vídeo ou áudio nas principais línguas nacionais
3.1.3. Registo de Produtores e Plantações de Cajueiros	Criação de uma plataforma eletrónica para o registo de produtores e plantações de cajueiros, acessível em tempo real e facilitar o processo de monitoria de actividades do subsector do caju a todos os níveis

3.1.4. Sistema de Emissão de Licenças e Certificados Sanitários e Fitossanitários	É um sistema que permite a emissão de licenças de importação e certificados de exportação de forma simplificada e célere evitando a sua falsificação e garantir a observância das normas sanitárias e fitossanitárias, com vista ao acesso dos produtos nacionais aos diversos mercados internacionais.
3.1.5. Sistema de Aviso Prévio	Plataforma que permite produzir e disseminar informação agro-climática através de alerta e aviso prévio para a segurança alimentar e monitoria do desenvolvimento de culturas e prognóstico de colheitas
3.1.6. Sistema de Mapeamento de Pragas e Doenças	Plataforma electrónica que visa disponibilizar informação sobre a incidência de pragas e doenças de origem animal e vegetal
3.1.7. Sistema de Registo de Medicamentos Veterinários	Esta iniciativa prevê a criação de uma plataforma electrónica que permite a certificação e registo de medicamentos veterinários em uso no país.
3.1.8. Sistema de Identificação de Bovinos	O sistema emite certificados que habilita aos proprietário de bovinos identificação de seus animais usando o método de marca à ferro, sendo usado para indentação de raça, proprietário do animal, também a realização de certas práticas de manejo, como caso de vacinação
3.1.9. Sistema de Recolha e Análise de Dados de Extensão (SIRADE)	O Sistema de recolha e Análise de Dados de Extensão (SIRADE) visa disponibilizar dados sobre a extensão agrária, apresentando referências para a compreensão dessas actividades e subsidiando os processos de decisão.
3.1.10. Sistema Nacional de Informação sobre Irrigação (SINIR)	O Sistema Nacional de Informação Sobre Irrigação é uma plataforma electrónica de colecta, armazenamento e visualização de informação georreferenciada ou não da agricultura irrigada no país, com o objectivo de facilitar o armazenamento de dados, disponibilização e ou visualização de informação relevante em tempo real da agricultura irrigada praticada em Moçambique
3.1.11. Registo de Variedades de Plantas e Certificação de Sementes	Plataforma que permite automatizar o processo de Registo de Variedade de Plantas e emissão de Certificados de Sementes
3.1.12. Registo de Empresas e Áreas de Plantações Florestais	Plataforma electrónica para o registo de Silvicultores e georreferenciamento das Áreas de Plantações Florestais

3.2. MAR, PISCAS E AQUACULTURA

3.2.1. Sistema de informação integrado do Mar, Águas Interiores e Pescas	Desenvolvimento e implementação de um sistema integrado através de uma plataforma WEB, que irá incorporar mecanismos de consulta de dados e informações a nível das várias unidades do sector, central e Provincial, devendo incluir um painel com indicadores económicos, sociais, biológicos e estatísticos (Dashboard).
---	--

3.2.2. Sistema de Monitorização da Actividade de Pesca (SIMAPE)	Implementação de um sistema de informação integrado através de uma plataforma Web para o registo e processamento de dados das empresas de pesca, embarcações, licenciamento e capturas ao nível Central e Provincial, alimentando deste modo o Sistema de informação Integrado do Mar, Águas Interiores e Pescas.
3.2.3. Portal do Sector do Mar, Águas Interiores e Pescas	Actualização, desenvolvimento e implementação de novas funcionalidades no Portal do Sector o Ministério, enquanto um meio que facilita a interacção entre os cidadãos, empresas e os serviços do Estado, na disponibilização de serviços públicos.
3.2.4. Sistema de Gestão e Ordenamento do Espaço Marítimo	Desenvolvimento e implementação de um sistema de gestão e ordenamento do espaço marítimo que visa garantir a exploração sustentável do Mar.
3.2.5. Plataforma online de registo de Intervenientes da cadeia de valor da pesca e aquacultura	Desenvolvimento e implementação da plataforma online para criação de oportunidades de negócio e parcerias entre os intervenientes na produção, transporte, conservação e comercialização da pesca, aquacultura e rações.
3.2.6. Sistema de fiscalização do Mar, Pesca e Aquacultura	Desenvolvimento e implementação de um sistema de fiscalização para o controle das actividades do Mar, Pesca e Aquacultura, que consiste na recolha de dados de pesca, inspecções, unidades produtivas visualizadas, entradas e saídas de barcos na zee, dados de captura da pesca industrial e semi-industrial, Aquacultura comercial e infracções.
3.2.7. Sistema de Monitorização de Embarcações (VMS)	Melhoramento do Sistema de Monitorização de embarcações, na criação de novos módulos tendo em conta a evolução tecnológica e às necessidades do Sector.
3.2.8 Sistema (Movél) de Recolha de Dados De Raia e Tubarão	Sistema On-line para o Registo de Dados, Imagens e Localização de Espécies Protegidas de Raia e Tubarão capturadas nas Embarcações de Pesca Industrial e Semi-Industrial.
3.2.9. Sistema de Informação e Gestão de Recursos Marinhos	Sistema de Informação sobre os Recursos Marinhos, sua localização, Potenciais de Pesca entre outros. Sistema (multiplataforma) deve proporcionar acesso rápido à informações básicas sobre os recursos identificados.
3.2.10. Sistema de Comunicação	Implantação de um Sistema de Comunicação entre a Sede e suas Delegações ou Centros de Pesquisa de forma a permitir acesso, actualização e transferência de dados e informação.
3.2.11. Sistema de Certificação Digital (JUE)	Implementação do sistema de certificação e assinaturas digitais de documentos oficiais da Administração Pública, cidadãos e empresas, promovendo a fluidez de processos administrativos e financeiros e a segurança das transacções electrónicas

3.3. TERRA, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL

3.3.1. Sistema de Gestão de Informação sobre a Terra (SiGIT)	Conclusão do desenvolvimento dos módulos previstos no desenho conceptual do SiGIT e respectiva implementação e capacitação nos órgãos centrais, provinciais e distritais onde o sistema estará em operação.
3.3.2. Sistema de Informação Ambiental (SIA)	Desenvolvimento e implementação de um Sistema de Informação Ambiental que serve de plataforma de partilha de dados e informações junto das instituições dos sectores relacionados com os recursos ambientais, com o objectivo de melhorar a sua coordenação e fluxos de comunicação.
3.3.2.1. Sistema de Gestão de Licenciamento Ambiental (SiGLA)	Implementação de um Sistema de Gestão de Licenciamento Ambiental através de uma plataforma web para o processamento, monitoria de acções de avaliação do Impacto ambiental e dos respectivos consultores ambientais
3.3.2.2. Sistema de Informação Florestal (SIF)	Desenhar um sistema de informação digital para a gestão sustentável dos Recursos Florestais. O SIF visa responder ao funcionamento de todas as áreas do sector florestal, incluindo a fiscalização e plantações florestais.

Resultados

A concretização das iniciativas pertencentes às áreas de actuação do presente eixo irá permitir gerar, no final da implementação do plano, os seguintes resultados³:

3.1. Sector Agrário

- 50% de produtores agrários e compradores a usam sistema electrónico de informação de mercados agrários;
- 100.000 Visitantes no Portal do Produtor Agrário;
- 250.000 Produtores e plantações de Cajueiros registados e georreferenciados;
- Redução para 3 dias o tempo de espera para obtenção de Licença e Certificado Sanitário e Fitosanitário;
- Cobertura em 150 locais de coleta informação agroclimática
- Todas doenças de origem animal e vegetal de declaração obrigatória georreferenciadas
- Redução para 6 meses o tempo de espera para obtenção do certificado de medicamentos veterinários
- 85% de criadores de gado com marca individual certificada

³ Os valores de base e as metas associadas a estes resultados encontram-se presentes no anexo 1.

- 80% de técnicos (extensionistas) georreferenciando suas actividades com recurso ao sistema electrónico de recolha e análise de dados de extensão agrária;
- Disponibilidade em tempo real o potencial irrigável, regadios existentes e suas características, produção e produtividade, entre outros aspectos.
- Redução para 3 dias o tempo de espera para obtenção de certificados de sementes;
- Plataforma de registo de silvicultores e georeferenciamento das áreas de plantações florestais operacional

3.2. Mar, Pescas e Aquacultura

- Sistema de informação integrado desenhado, implementado e operacional em todas as Instituições do Sector do Mar, Águas Interiores e Pescas;
- Sistema de Monitorização da actividade de pesca operacional a nível Central e Provincial;
- 100.000 Visitantes no Portal do Sector do Mar, Águas Interiores e Pescas;
- Ordenadas as actividades que ocorrem no espaço marítimo nacional;
- Estabelecimento de oportunidades de Negócio;
- Sistema de fiscalização do Mar, Pesca e Aquacultura implementado em todo o país;
- Sistema de Monitorização de Embarcações (VMS) operacional;
- Sistema de recolha de dados do tubarão e raia operacional;
- Sistema de informação e gestão de recursos marinhos implantado e operacional;
- 100% das Instituições do Sector do Mar, Águas Interiores e Pescas conectadas e informação e dados partilhada;
- Sistema de Certificação Digital implementado na Janela Única Electrónica (JUE).

3.3. Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural

- Todas as instituições do sector do ambiente com o Sistema de Informação Ambiental em utilização
- Sistema de gestão de licenças ambientais instalado e funcional a nível dos e-BAU's;
- Sistema de Administração e gestão da terra funcional a nível nacional;
- Sistema de informação florestal desenvolvido e em implementação, gerando informação para tomada de decisão sobre recursos florestais a nível nacional.



EIXO ESTRATÉGICO

4. INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

Em Moçambique, os sectores secundários e terciários estão numa fase de desenvolvimento e crescimento, com potencial para aumentar a competitividade da economia do país. Esta meta pode ser alcançada através da modernização da indústria, comércio, serviços, cultura e turismo, com a utilização das TICs, promovendo a criação de valor acrescentado nas actividades do sector primário, bem como através da criação de novos negócios assentes no comércio electrónico.

No Plano Estratégico são estabelecidas três áreas de actuação, fundamentais para promover o crescimento da indústria, comércio e serviços:

- 4.1. Desenvolvimento do Sector das TICs
- 4.2. Emprego e Empreendedorismo
- 4.3. Competitividade da Economia
- 4.4. Cultura e Turismo

4.1. Desenvolvimento do Sector das TICs

Esta área de actuação visa a criação de condições favoráveis ao investimento no desenvolvimento e consolidação do sector de tecnologias de informação e comunicação em Moçambique, com a capacidade de responder às necessidades da procura interna. Através das TICs, pretende-se criar impacto noutros sectores da economia moçambicana, almejando sempre a introdução da componente tecnológica nas actividades das empresas e instituições.

Para assegurar o desenvolvimento do sector das TICs deverão ser criados programas de incentivos para as empresas e empreendedores, com o intuito de promover uma conjuntura favorável para o investimento e financiamento de projectos de tecnologias de informação e comunicação.

Além destes aspectos, importa também conceber um ambiente propício à partilha de conhecimento e à cooperação entre empresas, através da criação de um agrupamento (*cluster*) para as TICs em Moçambique.

4.2. Emprego e Empreendedorismo

O investimento em tecnologias de informação e comunicação na Educação deve ser complementada com a criação de condições para a geração de emprego nesta área. Neste sentido, as TICs devem representar uma aposta para o futuro das instituições, assim como para a criação de empresas ligadas a esta área.

O Plano Estratégico visa propor um conjunto de iniciativas nesta área de actuação relacionadas com a criação de incentivos e mecanismos de apoio para técnicos qualificados e empreendedores na área das TICs, com o intuito de promover a integração e o desenvolvimento tecnológico nas actividades das empresas e instituições.

4.3. Competitividade da Economia

O aumento da competitividade da economia moçambicana está fortemente relacionado com a capacidade de acrescentar valor às actividades dos vários sectores económicos face aos recursos disponíveis e às exigências do mercado, diminuindo a dependência das importações.

Neste sentido, as TICs devem desempenhar um importante papel enquanto factor diferenciador para o desenvolvimento das actividades económicas do país, nomeadamente a nível da promoção do comércio electrónico. O investimento nesta vertente de comércio, tem o intuito de promover o crescimento das empresas moçambicanas, permitindo o alargamento da sua área de actuação a todo o território nacional e internacional.

4.4. Cultura e Turismo

O Turismo é um dos quatro pilares do Programa Quinquenal do Governo (2015-2019), cujo potencial pode contribuir para o crescimento e desenvolvimento económico e para a promoção de um ambiente macroeconómico equilibrado e sustentável do país.

Iniciativas

Para os sectores da Indústria, Comércio, Serviços, Cultura e Turismo foram definidas um conjunto de iniciativas que irão permitir o envolvimento das TICs no desenvolvimento económico do país.

Tabela 6 - Descrição das Iniciativas do Eixo Estratégico 3. Indústria, Comércio e Serviços

INICIATIVAS	DESCRIÇÃO
4.1. DESENVOLVIMENTO DO SECTOR DAS TICs	
4.1.1. Programa de incentivos	Desenvolvimento de um programa de incentivos para as empresas e empreendedores na área das TICs com o intuito de promover o seu desenvolvimento e propagação, com especial foco para os negócios em fase embrionária, através da criação de incentivos fiscais, monetários, de natureza regulatória e legal e incentivos de natureza diversa.
4.1.2. Atracção do Investimento Directo Estrangeiro (IDE)	Aprimoramento dos mecanismos e iniciativas de promoção, através das instituições existentes para o efeito, visando a criação de uma conjuntura atractiva a nível legal, fiscal, financeira e técnica para o Investimento Directo Estrangeiro (IDE) em Moçambique em projectos na área das TICs com impacto para o desenvolvimento do país.
4.1.3. Parques de Ciência e Tecnologia - incubação de empresas	Tomar os Parques de Ciência e Tecnologia em centros de referência para a incubação e desenvolvimento de empresas tecnológicas em Moçambique e na Região, proporcionando condições adequadas a empresas e empreendedores na área das TICs para o desenvolvimento, partilha e transferência de conhecimento.
4.1.4.	Criação de um agrupamento para as TICs (cluster) que junta as

INICIATIVAS	DESCRIÇÃO
Agrupamento (cluster) para as TICs	várias entidades do sector num espaço propício para o desenvolvimento de relações de cooperação com agentes nacionais e internacionais para potenciar o desenvolvimento, a rentabilidade e a sustentabilidade do sector.
4.2. EMPREGO E EMPREENDEDORISMO	
4.2.1. Programa de Estágios TICs	Criação de um programa de cooperação entre instituições de ensino superior e técnico-profissional, administração pública e sector privado, focado na promoção de estágios curriculares para alunos que frequentem cursos na área das TICs.
4.2.2. Bolsa de Emprego	Implementação de uma plataforma electrónica onde se apresentam as vagas disponíveis nas instituições da Administração Pública e de empresas do sector privado, com o intuito de promover a comunicação, transparência e a redução de custos administrativos do processo.
4.2.3. Programa Inovar em Moçambique	Criação de um programa de estímulo à concepção e desenvolvimento de inovação de produtos e serviços em áreas e estratégicas para o país relacionadas com a Sociedade da Informação. O programa deve incluir incentivos à investigação e desenvolvimento, no meio científico e académico, de apoios ao investimento e de promoção dos fluxos de conhecimento entre a ciência e a indústria.
4.2.4. Portal das PME	Aprimoramento da plataforma electrónica destinada à partilha de informação como oportunidades de investimento, de acesso a financiamento, notícias, entre outros aspectos, cujos destinatários são as PME Moçambicanas, com especial atenção para as da área das TICs.
4.3. COMPETITIVIDADE DA ECONOMIA	
	Desenvolvimento de um documento estratégico no qual são definidas actividades de promoção do comércio electrónico das empresas moçambicanas, desde a sua promoção online até às transacções electrónicas, como meio de expansão do âmbito de actuação das empresas, a nível nacional e internacional em consonância com a Lei de Transacções Electrónicas.
4.4. CULTURA E TURISMO	
4.4.1. Promoção do Destino Moçambique	Elaboração e implementação de um plano para a promoção do destino Moçambique tendo por base iniciativas de promoção do Turismo em Moçambique através da utilização das TICs, nomeadamente na promoção nas redes sociais, realização de campanhas online e desenvolvimento de aplicações móveis.

INICIATIVAS	DESCRIÇÃO
4.4.2. Visto Electrónico - e-Visa	A presente iniciativa visa criar uma aplicação para a gestão do processo de solicitação de visto.
4.4.3. Sistema Integrado de Estatísticas das Industrias Culturais e Criativas (SICULTUR)	A presente iniciativa visa implementação de uma plataforma de recolha de dados estatísticos das Indústrias Culturais e Criativas e criação de Base de Dados das Estatísticas da Cultura.
4.4.4. Sistema de Registo de Empreendimentos Turísticos (RET)	A presente iniciativa visa criar uma plataforma para centralizar e disponibilizar informação (título de abertura válido, denominação social, categoria, classificação, preços, capacidade, localização e outras informações estatísticas relevantes) de empreendimentos turísticos.

Resultados

Com a concretização das iniciativas previstas no presente eixo estratégico, pretende-se obter, no final da implementação do plano, os seguintes resultados⁴:

4.1. Desenvolvimento do Sector das TICs

- 10 Empresas / empreendedores que beneficiam do Programa de Incentivos, por ano
- 5% Do Investimento Directo Estrangeiro dedicado às TICs
- 150 Empresas na área das TICs que incubaram nos Parques de Ciência e Tecnologia

4.2. Emprego e Empreendedorismo

- 2.500 Estágios criados na área das TICs
- 15% Das empresas no sector terciário actuam na área de TICs

4.3. Competitividade da Economia

- 50% Do total de empresas moçambicanas com website
- 5% Do total de empresas moçambicanas disponibilizam produtos/ serviços online
- 2% Do volume de negócios transaccionado online face ao PIB do país

4.4. Cultura e Turismo

4.4.1. Promoção do Destino Moçambique

⁴ Os valores de base e as metas associadas a estes resultados encontram-se presentes no anexo 1.

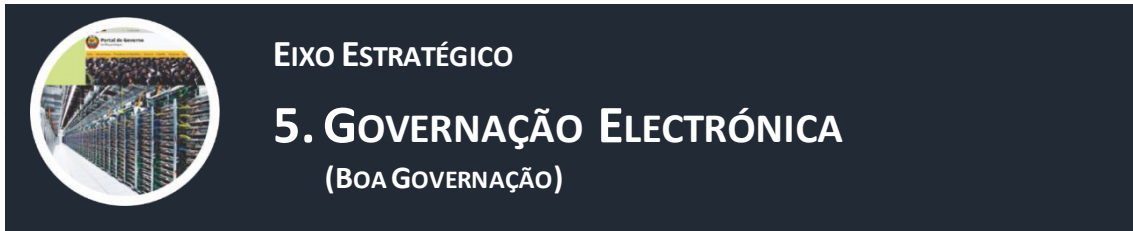
- Mais US\$ 2,8 biliões de receitas do turismo externo e o equivalente a US\$ 4 biliões de receitas do turismo doméstico;
- Mais 1,8 milhões de chegadas de turistas estrangeiros e 5,6 milhões de viagens turísticas domésticas;
- Mais 83.000 de empregos directos e 242.000 empregos totais no turismo

4.4.2 Sistema de Colecta de Dados Estatísticos das Indústrias Culturais e Criativas

- Base de Dados desenvolvida
- Aferida a contribuição da Cultura na Economia

4.4.3 Sistema de Registo Nacional de Empreendimentos Turísticos – RNET

Disponibilização de estatísticas do Turismo actualizadas e fiáveis, no que respeita de entre outros dados, o número de estabelecimentos em funcionamento e número de trabalhadores do sector no activo



A implementação do Governo Electrónico em Moçambique tem evoluído significativamente nos últimos anos com a informatização de processos na Administração Pública e a adopção das TICs nas actividades destas instituições.

É, portanto, importante continuar o processo de informatização dos serviços públicos, tornando-os mais orientados e mais acessíveis pelos cidadãos, assegurando componentes fundamentais como a segurança e privacidade de dados, a eficiência e disponibilidade dos processos e a interoperabilidade dos sistemas.

As áreas de actuação do Plano Estratégico que visam reunir as condições adequadas para garantir a Governação Electrónica são as seguintes:

- 5.1. Modernização da Administração Pública e Prestação de Serviços ao Cidadão
- 5.2. Sector Judiciário
- 5.3. Segurança e Ordem Pública
- 5.4. Infra-estruturas e Equipamentos
- 5.5. Interoperabilidade e Segurança das TICs

5.1. Modernização da Administração Pública e Prestação de Serviços ao Cidadão

A Governação Electrónica está sobretudo relacionada com a modernização dos serviços prestados ao cidadão no seio da administração pública suportado com a implementação das tecnologias de informação e comunicação.

A adopção das TICs nos serviços da Administração Pública, por si só, não garantem o sucesso da Governação Electrónica, sendo necessário ter em consideração aspectos como o envolvimento dos líderes políticos, utilizadores e beneficiários, para além das infra-estruturas adequadas, competências do capital humano do aparelho do Estado, entre outros.

Nesse sentido, a implementação da Governação Electrónica em Moçambique visa garantir os seguintes resultados:

- Melhorar os serviços para os cidadãos;
- Promover a eficiência e transparência dos serviços públicos;
- Fortalecer o sistema legal, promovendo a aplicação da Lei;
- Envolver a população em matérias de governação.
- Promover o desenvolvimento económico do país;

- Melhorar a qualidade de vida da população;
- Processos de recolha de dados das operações estatísticas (Censos e Inquéritos) modernizados com recurso a TIC.

Para alcançar um nível de referência em termos de integração das TICs nos processos de trabalho da Administração Pública, é importante assegurar a participação e o envolvimento de todos os intervenientes, desde os líderes políticos até aos funcionários das instituições.

Adicionalmente, é importante assegurar que o capital humano dentro do aparelho do Estado tenha um número suficiente de funcionários com competências e literacia em TICs, transversal aos diferentes níveis hierárquicos, garantindo que a integração de novos processos e ferramentas tenha sucesso e que seja mitigada a resistência à mudança dentro das instituições.

Assim, a Governação Electrónica deverá ser vista como uma reforma, tendo em vista a edificação e o acesso a uma Sociedade da Informação, e não apenas como a informatização da Administração Pública.

A presente área de actuação foca-se nas questões relacionadas com o desenvolvimento de sistemas de informação e programas de modernização que permitam, por um lado, uma prestação de serviços ao cidadão eficiente e, por outro, potenciar o desempenho das instituições da Administração Pública.

5.3. Segurança e Ordem Pública

A disponibilização das ferramentas baseadas em Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) nos processos da segurança e ordem pública irá contribuir para a garantia da alta qualidade na gestão da informação, a prestação célere e eficiente dos serviços ao cidadão, a promoção da partilha de recursos, o exercício pleno da cidadania e a protecção das pessoas e bens.

5.4. Infra-Estruturas e Equipamentos

Reunidas as condições estratégicas e a vontade política e operacional para a modernização da Administração Pública, é necessário assegurar as infra-estruturas e equipamentos adequados para garantir a disponibilização dos serviços em formato digital.

O apetrechamento da Administração Pública com equipamentos informáticos deve ser uma das componentes a ter em consideração na implementação da Governação Electrónica, embora não deva ser exclusiva. Aqui, importa assegurar a uniformização dos equipamentos adquiridos no sentido de garantir que estes respondam às necessidades para as quais foram adquiridos.

O Plano Estratégico está também focado em assegurar o aproveitamento das infra-estruturas de comunicação, armazenamento e segurança de informação, com destaque para a Rede Electrónica do Governo e os Centros Nacionais de Dados do Governo. A utilização destas infra-estruturas permitirá o desenvolvimento e a criação de sinergias nas actividades das instituições públicas, assim como a redução de custos operacionais.

5.5. Interoperabilidade e Segurança das TICs

A interoperabilidade dos serviços e sistemas da Administração Pública é uma das componentes fundamentais para garantir a concretização dos objectivos da Governação Electrónica em Moçambique.

A conectividade entre os sistemas de informação das instituições irá permitir a partilha e cruzamento de dados dos cidadãos e empresas, promovendo a eficiência na prestação de serviços.

O risco associado à utilização das TICs no tratamento de dados pessoais e confidenciais remete para as questões de segurança e privacidade de informação. Esta componente pode ser mitigada através da criação de mecanismos legais e estruturais para promover a segurança e privacidade do armazenamento e tratamento de dados.

Iniciativas

No âmbito do desenvolvimento da Governação Electrónica em Moçambique, pretende-se concretizar a implementação de um conjunto de iniciativas estratégicas que vão ao encontro das áreas de actuação deste eixo estratégico.

Tabela 7 - Descrição das Iniciativas do Eixo Estratégico 5. Governação Electrónica (Boa Governação)

INICIATIVAS	DESCRIÇÃO
5.1. MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO CIDADÃO	
5.1.1. Sistema de Gestão Administrativa e Financeira do Estado (e-SISTAFE)	Desenvolvimento de todos os módulos previstos na legislação do SISTAFE e respectiva implantação em todos os órgãos e instituições do Estado que reúnam condições de energia e conectividade. A implementação destes módulos deve ser acompanhada da capacitação dos respectivos funcionários para a sua utilização.
5.1.2. Sistema de Gestão Autárquica (SGA)	Implementação de um sistema integrado incorporando a gestão financeira autárquica e a gestão urbanística, ambiental e a gestão de serviços municipais
5.1.3. Sistema de Pagamento de Impostos (e-tributação)	Pretende-se com esta iniciativa melhorar a cobrança de receitas do Estado e reduzir os níveis de evasão fiscal, contribuindo decisivamente para o incremento das receitas, flexibilizando a transferência para a Conta Única do Tesouro e consequente aumento da capacidade de investimento pelo Estado, com inegáveis benefícios sociais para o País como um todo
5.1.4. Plataforma Electrónica para Prestação de Serviços ao Cidadão (e-BAÚ)	Informatização dos vários tipos de serviços para cidadãos e empresas, visando desenvolver um sistema integrado de prestação de serviços.
5.1.5.	Implementação do sistema electrónico para a gestão de recursos

INICIATIVAS	DESCRIÇÃO
Sistema Electrónico de Gestão de Recursos Humanos do Estado (e-SNGRHE)	humanos na Administração Pública, a nível nacional, com o intuito de melhorar a gestão das várias componentes do modelo de recursos humanos através da informatização e uniformização dos processos.
5.1.6. Programa de Prioridades dos Serviços Públicos Online	Desenvolvimento de um plano estratégico e de prioridades sobre a implementação de serviços públicos electrónicos, com o intuito de alinhar os objectivos e os projectos futuros destes serviços da Administração Pública. Esta iniciativa contempla ainda a sensibilização das instituições da Administração Pública sobre a importância da disponibilização de serviços públicos online ao cidadão, para o desenvolvimento da governação electrónica.
5.1.7. Portal do Cidadão	Evolução do actual Portal do Cidadão, enquanto um canal que facilita o relacionamento entre os cidadãos, empresas e os serviços do Estado, na disponibilização de serviços públicos electrónicos
5.1.8. Portal do Governo	Desenvolvimento e implementação de novos módulos do Portal do Governo tendo em vista a partilha de informação das acções do Governo e a criação de fóruns para promover a participação dos cidadãos na tomada de decisões pelo Governo, através de uma utilização crescente do Governo Móvel (<i>mobile government</i>)
5.1.9. Portal do Contribuinte da AT	Através do Portal do Contribuinte os contribuintes irão interagir de forma dinâmica com a Administração Tributária, fazendo a submissão electrónica dos formulários das suas obrigações fiscais, bem como acederem à sua informação fiscal, sem precisar de se deslocar às unidades de cobrança
5.1.10. Central de Atendimento da AT	Com a Central de Atendimento os contribuintes irão interagir via telefone, email, sms e chat com a Administração Tributária, para esclarecimento de dúvidas, sem precisar de se deslocar às unidades de cobrança
5.1.11. Sistema de Gestão de Máquinas Fiscais (SGMF)	Com a iniciativa pretende-se desenvolver, instalar, testar, implementar e manter um Sistema Informático de Gestão de Máquinas Fiscais (SGMF)
5.1.12. Sistema de Gestão de Beneficiários da Acção Social (SGB)	Desenvolvimento de um sistema para melhorar o processo de gestão da atribuição de benefícios sociais a agregados familiares mais vulneráveis em todo território nacional que estão aos cuidados do Instituto Nacional da Acção Social (INAS)
5.1.13. Sistema Nacional de Gestão de Custos de Obras (SINAGEC)	Implementação de um sistema que permite a definição de preços de referência da área da construção civil para feitos de avaliação de propostas financeiras nas contratações de empreitadas e obras para o Estado
5.1.14. Sistema Integrado de Gestão de Informação sobre	Implementação do Sistema de Monitoria e Gestão de Calamidades,

INICIATIVAS	DESCRIÇÃO
Calamidades (SIGIC)	que consista na recolha e tratamento integrado de dados meteorológicos, hidrológicos, sísmicos, imagens de satélite, histórico de eventos, entre outros, que sirvam para a tomada de medidas preventivas em caso de ocorrência de calamidades. Posteriormente, deve ser considerada a criação de um portal online onde se reúne esta informação e que sirva de plataforma de alerta e de comunicação com população, procurando a sua integração com outras plataformas já existentes
5.1.15. Promoção da cultura de produção estatística e disseminação de dados a todos os níveis	Esta iniciativa visa disponibilizar principais indicadores estatísticos, demográficos, sociais, vitais, económicos, de governação, de género e do ambiente para planificação e monitoria dos programas de desenvolvimento nacional.
5.1.16. Desenvolvimento do Sistema Integrado de Estatísticas Sectoriais	Trata-se de um sistema com recurso a aplicações web, que permitirá fazer-se a recolha de dados em tempo real. O sistema garante a interoperabilidade entre entidades do Sistema Estatístico Nacional, incluindo organizações internacionais
5.1.17. Troca de dados e metadados no Sistema Estatístico Nacional	É uma iniciativa que visa padronizar e modernizar os mecanismos e processos para o intercâmbio de dados e metadados estatísticos (SDMX), entre organizações produtoras de estatísticas
5.1.18. Prosseguimento do desenho e instalação do sistema de base de dados de organização territorial do país	Trata-se de uma iniciativa que visa disponibilizar, em tempo útil, informação actualizada sobre a organização territorial
5.1.19. Continuação de implementação e actualização do Sistema de Monitoria do Desenvolvimento Distrital	Faz o acompanhamento de funcionalidade dos processos distritais e a análise do desempenho das instituições envolvidas nos processos, a nível central, provincial e distrital
5.1.20. Desenho e Implementação da Base de Dados de Ajuda Externa (ODAMOZ)	Esta é uma base de dados contendo toda informação de recursos financeiros canalizados pelos parceiros de desenvolvimento e que tem como objectivo servir como fonte fiável e credível de informação sobre toda a ajuda externa canalizada ao país e ajudar o governo na gestão eficaz da ajuda ao desenvolvimento e na promoção do uso responsável e transparente dos recursos alocados.
5.1.21. Sistema Integrado de Gestão Documental	Este sistema é projectado com intuito de reduzir os gastos com o papel e tinteiros na função pública proporcionando um arquivo digital de toda a documentação
5.1.22. Desenho e Implementação do Portal de Intranet do MEF	Com o estabelecimento de um Portal de Intranet no MEF, pretende-se fornecer um conjunto de ferramentas que permitem a interoperabilidade holística e sistémica com todas Unidades orgânicas e Tuteladas do MEF
5.2. Sector Judiciário	

INICIATIVAS	DESCRIÇÃO
5.2.1. Sistema de Registo Civil e Estatísticas Vitais	<p>Implementação do sistema de informação que permite registar as componentes de registo civil dos cidadãos ao longo da sua vida, servindo também como base para promover a interoperabilidade entre sistemas da Administração Pública. A implementação do sistema deve considerar a necessidade de infra-estruturar as Conservatórias de Registo Civil e capacitar os seus utilizadores.</p>
5.2.2. Programa de Modernização da Justiça	<p>Definição de um programa de actividades para a modernização da Justiça, com adopção de TICs nas instituições do sector e a respectiva capacitação dos funcionários. Alguns dos projectos chave que devem constar no programa consistem na informatização dos Tribunais, através da aquisição de equipamentos informáticos para os Tribunais de todo o país, promovendo a sua ligação com os órgãos de nível central, o acesso a dados de desempenho e processuais, assim como a partilha de informações úteis para a actividade e gestão administrativa e financeira dos Tribunais. Deve também ser incluído o desenvolvimento e implementação de um Sistema de Informação Penal, que permita integrar as ocorrências desde o seu registo nas esquadras e garantir a sua tramitação até à fase processual aos tribunais</p>
5.3. Segurança e Ordem Pública	
5.3.1. Centrais Provinciais de Recepção de Chamadas de Emergência (CPRCEs)	<p>Pretende-se com esta iniciativa estabelecer pontos únicos, a nível provincial, de recepção de chamadas de emergência grátis, através de um número universal grátis, que permita ao cidadão ter acesso imediato ao socorro.</p>
5.3.2. Sistema de Informação de Identificação Civil (BI, DIRE/AR e Documento de Identificação do Refugiado)	<p>Esta iniciativa visa informatizar os processos de recolha de dados, de emissão e distribuição de documentos biométricos de identificação para os cidadãos nacionais e estrangeiros, incluindo os refugiados.</p>
5.3.3. Sistema de Informação Policial	<p>Esta iniciativa visa fortalecer a prevenção e combate eficiente da criminalidade através da aplicação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) como ferramentas de trabalho para a interacção com o cidadão, recolha, análise e partilha de dados e informações, assim como produção de estatísticas diversas.</p>
5.3.4. Sistema de controlo fronteiriço e migratório (Passaportes, Vistos, Controlo do Movimento Migratório e Controlo de Fronteiras)	<p>Esta iniciativa visa informatizar os processos de recolha de dados e de emissão de documentos biométricos de viagem e dos vistos, do sistema de controlo do movimento migratório e aplicar tecnologias para o controlo de fronteiras terrestres e marítimas.</p>

INICIATIVAS	DESCRIÇÃO
<p>5.3.5. Sistema de Informação Criminal</p>	<p>Esta iniciativa visa reforçar a capacidade do SERNIC através da automatização dos processos de investigação criminal e estabelecer uma infra-estrutura de telecomunicações e sistemas de informação baseados em computador para agilizar a recolha de dados e informações, disponibilizar ferramentas de tratamento e arquivo da informação criminal, processamento e análise comparativa das impressões digitais e viabilizar a troca e partilha de informação criminal com as instituições de Administração de Justiça</p>
<p>5.3.6. Sistema de Informação do SENSAP</p>	<p>Esta iniciativa visa capacitar o SENSAP na prevenção e combate aos incêndios através da aplicação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) como ferramentas de trabalho e para a interação com o cidadão, assim como para produção de estatísticas.</p>
<p>5.4. INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS</p>	
<p>5.4.1. Rede Electrónica do Governo (GovNet)</p>	<p>Expansão da capacidade das infra-estruturas e da largura de banda da GovNet, tendo em vista uma abrangência nacional, o aumento da eficiência e da qualidade no acesso à rede pelas instituições da Administração Pública, bem como avaliação e definição de novos serviços a serem oferecidos pela rede.</p>
<p>5.4.2. Centros de Dados</p>	<p>Adopção e uniformização dos serviços de armazenamento de dados e de alojamento de sistemas informáticos das instituições da Administração Pública, com base nos Centros Nacionais de Dados de Governo, promovendo a segurança, disponibilidade no acesso e a informatização dos dados.</p> <p>Sensibilização dos tomadores de decisão da Administração Pública sobre a importância do armazenamento de dados nos Centros Nacionais de Dados do Governo enquanto forma de reduzir custos de equipamentos e de otimizar os processos de trabalho.</p>
<p>5.4.3. Programa de Apetrechamento da Administração Pública</p>	<p>Desenho e implementação de um programa de modernização do parque electrónico das instituições da Administração Pública, com o objectivo de providenciar as condições adequadas em termos de equipamentos de trabalho e de conectividade para utilização dos sistemas informáticos. O programa deve ainda considerar a elaboração de um plano e definição dos procedimentos de gestão do Lixo Electrónico das instituições da Administração Pública.</p>
<p>5.5. INTEROPERABILIDADE E SEGURANÇA DAS TICS</p>	
<p>5.5.1. Quadro de Interoperabilidade</p>	<p>Adopção do quadro de interoperabilidade do Governo Electrónico na Administração Pública, que promova o cruzamento e acesso à informação de diferentes instituições, tendo em vista a eficiência na gestão de processos e na prestação de serviços ao cidadão.</p>

INICIATIVAS	DESCRIÇÃO
5.5.2. Linhas orientadoras das TICs na AP	Definição das linhas orientadoras para as TICs na Administração Pública, a nível de desenvolvimento e aquisição, de software e hardware, com o intuito de promover a interoperabilidade dos sistemas e uniformização dos equipamentos.
5.5.3. Certificação Digital	Desenvolvimento de uma ferramenta de certificação e assinaturas digitais de documentos oficiais da Administração Pública, cidadãos e empresas, promovendo a fluidez de processos administrativos e financeiros e a segurança das transacções electrónicas.
5.5.4. Política de Recuperação de Desastres	Definição de uma estratégia de recuperação de desastres para as instituições da Administração Pública, de forma a assegurar que são criadas as condições de segurança e redundância no armazenamento dos dados e serviços de TICs.
5.5.5. Segurança Cibernética	Implementação o quadro legal e mecanismos de cultura de segurança de informação, incluindo a criação de equipas de resposta a incidentes computacionais.
5.5.6. Protecção e Privacidade de Dados	Implementação do quadro legal e mecanismos de cultura de segurança de informação, incluindo a criação de equipas de resposta a incidentes computacionais.
5.5.7. Dados Abertos do Governo	Implementação do quadro legal sobre a Política de Dados Abertos, incluindo a implementação de uma Plataforma de Dados Abertos do Governo.

Resultados

A implementação das iniciativas acima propostas irão permitir, no final do horizonte temporal de implementação do Plano Estratégico, atingir os seguintes resultados⁵:

5.1. Modernização da Administração Pública e Prestação de Serviços ao Cidadão

- 95% Das instituições da Administração Pública que reúnem condições para a implementação do e-SISTAFE com o sistema em funcionamento
- 100% Dos módulos do e-SISTAFE desenvolvidos e em uso em todos os órgãos e instituições da Administração Pública;
- 25% Das declarações para pagamento de impostos e taxas integradas no sistema e-Tributação
- 50% Das Instituições da Administração Pública com o sistema electrónico de gestão de recursos humanos em funcionamento

⁵ Os valores de base e as metas associadas a estes resultados encontram-se presentes no anexo 1.

- 31.8% De autarquias com a componente de Gestão autárquica e financeira operacional
- 90% Das delegações do INAS com o Sistema de Gestão de Beneficiários operacional
- Portal do contribuinte implementado com as funcionalidades de Submissão de declarações, Consulta da situação fiscal, Pedido de Certidão de quitação fiscal e integrado com o sistema e-Tributação
- Central de Atendimento ao contribuinte operacional com os canais de SMS e Chat disponíveis
- SGMF operacional e pronto para integrar com os dispositivos de hardware e software dos contribuintes
- Indicadores estatísticos (demográficos, sociais, vitais, económicos, de governação, de género e do ambiente) disponíveis para planificação e monitoria dos programas de desenvolvimento nacional.

5.2. Administração da Justiça

- 50% Do total de conservatórias do registo civil com o sistema electrónico de registo civil e estatísticas vitais em funcionamento
- 50% Dos projectos do Programa de Modernização da Justiça implementados

5.3. Ordem e Segurança Pública

- Centrais Provinciais de Chamadas de Emergência 100% operacionais
- Sistema e infra-estrutura do Sistema de Identificação Civil implementados e operacionais em 100%
- 50% Do Sistema de Informacional Policial implementado e operacional nas subunidades policiais
- Sistema de controlo de fronteiras e movimento migratório implementado e operacional em 100%
- Sistema de informação criminal 100% implementado e em operação
- Sistema de informação do SENSAP 100% implementado e em operação

5.4. Infra-Estruturas e Equipamentos

- Largura de banda média da Rede Electrónica do Governo (GovNet) igual ou superior a 64Mbps
- 100% Das instituições da Administração Pública com os dados alojados nos Centros Nacionais de Dados do Governo

5.5. Interoperabilidade e Segurança das TICs

- 30% Dos sistemas informáticos da Administração Pública integrados

- 50% Das instituições da Administração Pública com Política de Recuperação de Desastres implementada
- 5% Da população com certificados e assinaturas digitais emitidos
- CERT do Governo criado e operacional
- 100% Dos Ministérios com CERTs criados e operacionais
- 100% Das entidades que colectam dados do cidadão implementam medidas de protecção e privacidade de dados
- 60% Das instituições da Administração Pública tenham os seus dados indexados na plataforma de dados abertos



A penetração da rede de comunicações nas zonas remotas representa um passo significativo na construção de uma Sociedade da Informação inclusiva. É importante assegurar a continuidade do investimento nestas infra-estruturas e em ferramentas de promoção da inclusão digital dos cidadãos com recurso às TICs.

Este eixo estratégico assume-se como uma componente transversal aos restantes eixos do Plano Estratégico, cujas áreas de actuação são as seguintes:

- 6.1. Integração na Sociedade da Informação
- 6.2. Rede de Comunicações

6.1. Integração na Sociedade da Informação

As tecnologias de informação e comunicação são as principais ferramentas que existem actualmente para facilitar a integração na Sociedade da Informação. Assim sendo, importa assegurar a sua disponibilização à população mais desfavorecida e desenvolver mecanismos de assistência para promover a sua utilização, através de programas de capacitação e da disponibilização de pontos de acesso público às TICs.

Estas iniciativas que, juntamente com outras de cariz social, visam a inclusão digital dos cidadãos e a massificação das TICs, devem fazer parte de documentos estratégicos a serem desenvolvidos no âmbito do presente plano, orientando o investimento público e privado para as principais necessidades na adopção das TICs.

6.2. Rede de Comunicações

O aumento da procura e da utilização das infra-estruturas de comunicação, na sequência da crescente massificação das TICs, aponta para a necessidade de investimento na expansão da rede de telecomunicações, com foco nas tecnologias móvel e fibra-óptica. Neste sentido,

pretende-se levar as ligações até às zonas mais remotas do país de forma homogénea, com intuito de promover a equidade no acesso e a conectividade da população.

Importa também implementar mecanismos legais e regulamentares que promovam a partilha de infra-estruturas de comunicação, com maior incidência na vertente móvel, criando assim sinergias positivas. Esta será uma das preocupações para promover a disponibilidade do serviço para o cidadão e tornar os esforços de investimento mais eficientes.

Iniciativas

A promoção do acesso e conectividade no país, com recurso às tecnologias de informação e comunicação, deve ser alcançada através da implementação de um conjunto de iniciativas, descritas na tabela seguinte.

Tabela 8 - Descrição das Iniciativas do Eixo Estratégico 6. Acesso e Conectividade (Comunicações)

INICIATIVAS	DESCRIÇÃO
6.1. INTEGRAÇÃO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO	
6.1.1. Estratégia Nacional da Banda Larga	Implementação do documento estratégico para a banda larga em Moçambique, que consiste em definir as iniciativas a serem implementadas de forma a expandir a rede até ao nível local.
6.1.2. Programa Nacional dos Centros Multimédia Comunitários (CMCs)	Estabelecimento de CMC's em todos os Distritos para incrementar os níveis de utilização das TICs pelas comunidades e promover a sua integração digital, incluindo a implementação do modelo de gestão público-comunitário nos novos CMCs e sua extensão para os antigos.
6.1.3. Programa de Financiamento de Equipamentos	Implementação de programas de apoio e financiamento à aquisição de equipamentos de trabalho e de acesso à Internet, com foco em segmentos específicos como professores, alunos e funcionários públicos, promovendo o acesso às TICs e a sua utilização enquanto ferramentas de apoio ao desenvolvimento económico e social do país.
6.1.4. Programa de Sensibilização para o uso das TICs	Aprimorar e sistematizar os programas de sensibilização a nível nacional, em que se demonstra a importância das TICs para os cidadãos, no acesso a oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional, através de seminários, palestras e outros eventos.
6.2. REDE DE COMUNICAÇÕES	
6.2.1. Expansão e Melhoria da Rede	Expansão da rede de telecomunicações em Moçambique, com prioridade para o crescimento da vertente móvel e melhoria da qualidade da rede de fibra óptica no país, permitindo o acesso à Internet nas zonas remotas do país.
6.2.3. Partilha de infra-estruturas	Implementação de mecanismos legais e regulamentares sobre a partilha de infra-estruturas de comunicação, promovendo a criação

INICIATIVAS	DESCRIÇÃO
	de sinergias entre as operadoras e um melhor serviço para os cidadãos, de forma a evitar a duplicação no investimento de recursos.

Resultados

A implementação das iniciativas previstas para este eixo estratégico tem subjacente um conjunto de resultados esperados, nomeadamente⁶:

6.1. Integração na Sociedade da Informação

- 80% dos distritos cobertos com banda larga
- CMCs implementados a nível nacional (1 CMC por distrito)

6.2. Rede de Comunicações

- 100% da população coberta com rede móvel
- 100% de distritos cobertos com rede de fibra óptica

⁶ Os valores de base e as metas associadas a estes resultados encontram-se presentes no anexo 1.



EIXO ESTRATÉGICO

7. POLÍTICAS E REGULAÇÃO

A existência de um quadro legal e regulamentar que responda aos desafios da implementação de uma Sociedade da Informação é uma das alavancas do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação. Assim, é importante assegurar a existência de legislação, normas, regulamentos e outros instrumentos que estejam actualizados e respondam aos principais desafios da massificação das TICs no país.

Este eixo estratégico, à semelhança do anterior, assume-se como uma componente transversal aos restantes eixos do Plano Estratégico, tendo a seguinte área de actuação:

7.1. Quadro Legal Adequado

O processo de modernização do quadro legislativo requer duas acções concertadas. Por um lado, o desenvolvimento de nova legislação que responda aos desafios das TICs, e, por outro lado, a actualização de legislação existente por forma a eliminar bloqueios ao desenvolvimento da Sociedade da Informação e da Governação Electrónica, com especial enfoque para a Administração Pública e a actividade comercial.

Considerando a situação actual de Moçambique, no âmbito da implementação do presente Plano Estratégico, deve ser promovida a modernização do quadro legislativo, assegurando o desenvolvimento de instrumentos legais para garantir a segurança e privacidade de dados e pessoas no espaço cibernético, permitindo fazer face aos riscos da utilização das TICs.

Paralelamente, no decorrer do período de implementação do Plano Estratégico, deve ser efectuado o levantamento e definição de prioridades da nova legislação necessária para suportar o desenvolvimento da Sociedade da Informação e da Governação Electrónica em Moçambique.

Iniciativas

A promoção do desenvolvimento de um quadro legal que seja favorável ao desenvolvimento das TICs será materializada através da implementação de um conjunto de iniciativas, descritas na tabela seguinte.

Tabela 9 - Descrição das Iniciativas do Eixo Estratégico 7. Políticas e Regulação

INICIATIVAS	DESCRIÇÃO
7.1. QUADRO LEGAL ADEQUADO	

INICIATIVAS	DESCRIÇÃO
7.1.1. Lei das Transacções Electrónicas	Esta iniciativa visa a implementação da Lei de Transacções Electrónicas, através de regulamentos, normas e padrões, promovendo o desenvolvimento do Comércio Electrónico, Governo Electrónico, Protecção de Dados Electrónicos Pessoais e de outras actividades económicas baseadas em TICs.
7.1.2. Lei de Protecção de Dados (Segurança de Dados)	Esta iniciativa visa o desenvolvimento de um instrumento regulador de infra-estruturas, armazenamento e disponibilização de dados pessoais e de organismos públicos. A lei irá servir de base para a actuação das instituições da Administração Pública no que concerne a protecção de informação.
7.1.3. Política de Segurança Cibernética	Elaboração de instrumento orientador de protecção do país no âmbito do ciberespaço em alinhamento com as convenções regionais e internacionais e boas práticas sobre a matéria.

Importa destacar que este é um eixo dinâmico, na medida em que estas iniciativas não limitam as actividades a serem realizadas no âmbito do estabelecimento de um quadro legal favorável. No decorrer da implementação do Plano Estratégico para a Sociedade da Informação, deve ser efectuado um levantamento e definidas prioridades para a actuação legislativa ao nível da administração pública, actividade económica, actividade sectorial, entre outros.

Complementarmente, deve ser promovida a adesão de Moçambique a políticas, instrumentos legais e convenções regionais e internacionais sobre a Sociedade da Informação.

Resultados

Os resultados associados a este eixo estratégico são sobretudo de cariz qualitativo e remetem para a necessidade de desenvolver e aprovar os instrumentos legais subjacentes às iniciativas acima referidas⁷:

- Lei das Transacções Electrónicas implementada
- Lei de Protecção de Dados desenhada, aprovada e implementada
- Política de Segurança Cibernética desenhada, aprovada e implementada

3. MODELO DE GOVERNAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, FINANCIAMENTO, MONITORIA E AVALIAÇÃO

A concretização do Plano Estratégico para a Sociedade da Informação implica a existência de uma liderança forte e transversal que seja capaz não só de garantir o alinhamento de políticas e

⁷ Os valores de base e as metas associadas a estes resultados encontram-se presentes no anexo 1.

projectos em torno de uma visão comum, mas também de promover a operacionalização dos planos. Implica também uma governação coordenada, inclusiva e galvanizadora de participação de todas as forças produtivas e inovadoras da sociedade.

Afora o modelo de governação formal plasmado neste documento, a implementação da estratégia passa por uma interação permanente e sistemática entre os representantes dos principais actores da Política para a Sociedade da Informação (Governo, sector privado, associações de pesquisa e a Sociedade Civil) através de fóruns apropriados e outras formas de consulta a nível técnico e político.

A seguir se apresenta o modelo formal de governação, implementação, financiamento e monitoria aplicado à estratégia:

3.1. Modelo de Governação

3.1.1. Encontros Anuais de Concertação

Lições aprendidas dos 13 anos de implementação da *Estratégia de Governo Electrónico* recomendam a prática de concertação entre o Governo e os demais actores da *Política para a Sociedade da Informação* como o método privilegiado de trabalho, reunindo os 7 Actores da *Política para a Sociedade da Informação*, aprovada em 2017, em fóruns regulares periódicos, para debater políticas e tecnologias correntes, numa visão de progresso tecnológico mundial previsível para os próximos 10 anos, cujos consensos serão traduzidos em **Directrizes Estruturantes Anuais**, tais como as que em 2006 concretizaram-se na concepção e implementação de 6 *Projectos Âncoras do Governo Electrónico*.

As referidas directrizes concretizam-se identificando serviços públicos prioritários, com prioridade na alocação de recursos.

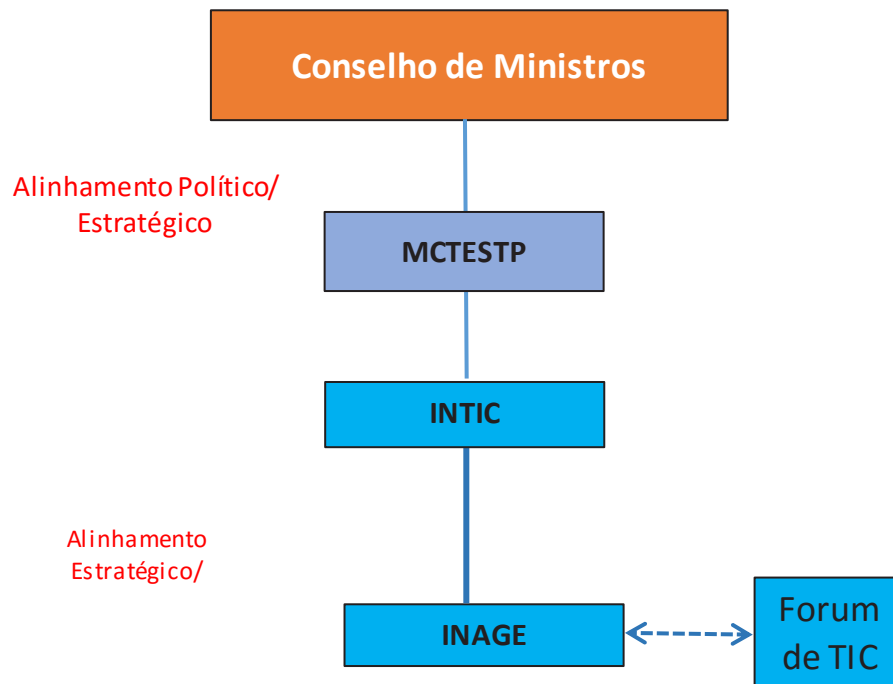
Mais do que integrar a tecnologia, a ideia de *Directrizes Estruturantes* visa integrar processos através de desenho, estabelecimento e sustentação de um ambiente de Governo Electrónico para a integração dos serviços de TIC de qualidade e segurança, o que passa pela mobilização de sinergias e interoperabilidade (humana e sectorial), desenvolvimento de capacidade técnica dos servidores públicos, para conceber, projectar, implementar, monitorar e avaliar os projectos, bem como garantir a sustentabilidade da Sociedade de Informação desejada no país.

As Directrizes Estruturantes assentam no reforço da transversalidade e no adequado enquadramento das iniciativas nos principais comandos de planificação estratégica do Governo, nomeadamente o PQG e o ERDAP.

3.1.2. Modelo de Governação

O Plano Estratégico para a Sociedade da Informação apresenta um conjunto de iniciativas cuja complexidade e transversalidade da implementação exigem a existência de um modelo de governação que assegure uma visão estratégica partilhada, coordenação transversal sistematizada, maior harmonização dos projectos e uma forte capacidade de operacionalização.

De um modo geral, prevê-se a implementação de um Modelo de Governação com a seguinte estrutura:



Conselho de Ministros

O Conselho de Ministros, como órgão decisório, faz a apreciação e toma decisões sobre o alinhamento ao mais alto nível das políticas, estratégias e outros documentos orientadores. Será neste órgão que as decisões relacionadas com a implementação do Plano Estratégico para a Sociedade de Informação serão tomadas.

Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional (MCTESTP)

O Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional assumirá as suas atribuições enquanto entidade reguladora e implementadora da Política e do Plano Estratégico para a Sociedade da Informação, conforme plasmado nos seus Estatutos, através da tutela exercida sobre o INTIC e o INAGE.

Instituto Nacional de Tecnologias de Informação e Comunicação (INTIC)

O INTIC é o órgão sob tutela do MCTESTP, responsável pelos processos de elaboração e acompanhamento da *Política para a Sociedade da Informação* e seus instrumentos de implementação, pelo que lhe compete, no âmbito da presente estratégia, garantir o curso do modelo de monitoria e avaliação através de interacção e integração dos diferentes actores.

Instituto Nacional de Governo Electrónico (INAGE)

O INAGE, a nível central, e as suas delegações provinciais, a nível local, será o responsável por assegurar o alinhamento operacional das várias iniciativas, projectos e programas a implementar no âmbito da Política para a Sociedade da Informação e respectivo Plano Estratégico, actuando

como órgão implementador do MCTESTP, de acordo com o plasmado nos seus Estatutos. Ao nível da presente estratégia assume como responsabilidades:

- Efectuar o alinhamento político e estratégico junto dos vários sectores, governos provinciais ou outras entidades que estejam envolvidas na implementação da Política para a Sociedade da Informação;
- Propor o desenvolvimento de metodologias, regulamentos e outros instrumentos para assegurar uma coerente e uniforme implementação das soluções através das várias entidades;
- Avaliar os riscos inerentes às estratégias desenhadas e propor soluções para a sua mitigação ou eliminação;
- Fazer o acompanhamento do progresso da implementação da Política para a Sociedade da Informação e seu Plano Estratégico, reportando anualmente ao Ministro da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional (MCTESTP);
- Propor medidas correctivas em caso de desvios na implementação; e
- Avaliar a evolução dos indicadores de impacto, desempenho e execução, através da implementação do Observatório Nacional da Sociedade da Informação.
- ***Fórum de Tecnologias de Informação e Comunicação***
- O Fórum de Tecnologias de Informação e Comunicação é um encontro anual e multisectorial, presidido pelo titular da área de TIC, através do qual o ministro do sector faz a auscultação dos diferentes actores da Política para a Sociedade de Informação e a avaliação do curso do Plano Estratégico através de Secretários Permanentes dos Ministérios e de representantes do sector privado, academia e sociedade civil.

Ministérios e Governos Provinciais

Os Ministérios e Governos Provinciais surgem como as entidades implementadoras das soluções propostas no Plano Estratégico para a Sociedade da Informação, quer através da realização de projectos específicos, quer através do apoio às entidades que irão assumir o papel de implementadores.

Estruturas de Implementação de Projectos (E.I.)

A nível sectorial existirão, em cada Ministério ou Direcção Provincial, estruturas de implementação de projectos que serão responsáveis pela coordenação e execução dos projectos alocados a esse organismo e pela articulação e reporte de informação específica sobre os mesmos.

A actuação de cada uma das estruturas de implementação será alinhada com as orientações do INAGE, a nível central e local, garantindo-se, desta forma, a articulação entre as estratégias, políticas, normas, programas e projectos do Governo, no âmbito das TICs.

3.2. Modelo de Implementação

Considerando a abrangência e transversalidade deste tema, a implementação do plano deve envolver os vários parceiros nomeadamente o Estado, o Sector Privado, a Academia, as Organizações da Sociedade Civil, as Agências de Cooperação e os Cidadãos.

O Estado, enquanto responsável por estabelecer a visão, a política e o quadro legal para o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação no país, deve ser o dinamizador da implementação das iniciativas acima explanadas, através da atribuição de responsabilidade aos Ministérios e outras instituições públicas cujo âmbito de actividade está alinhado com as iniciativas a desenvolver.

A operacionalização do Plano Estratégico deve seguir uma abordagem faseada, sendo crucial a definição de prioridades para a implementação das iniciativas tendo por base o seu nível de esforço e os impactos gerados.

Tabela 10 –Iniciativas do Plano Estratégico

Iniciativas do Plano Estratégico para a Sociedade da Informação		#
Eixo 1. Educação e Desenvolvimento Humano		18
1.1. TICs no Sistema de Ensino		11
1.1.1. Escolas do Século XXI		
1.1.2. Currículos do Século XXI		
1.1.3. Ensino Técnico Profissional na área das TICs		
1.1.4. Ensino Aberto e à Distância		
1.1.5. Capacitação e Sensibilização de Professores e Directores de Escolas		
1.1.6. TICs na Alfabetização		
1.1.7. Sistema Integrado de Gestão Escolar		
1.1.8. Sistema de Candidaturas ao Ensino Superior		
1.1.9. Conteúdos Interactivos		
1.1.10. Desenvolvimento de Política de TICs na Educação e Plano Director de Implementação		
1.1.11. Desenvolvimento de estratégia de Modelos de e-Escolas		
1.2. Investigação, Desenvolvimento e Partilha de Conhecimento		5
1.2.1. Programa Nacional de <i>e-Learning</i>		
1.2.2. MoRENet		
1.2.3. Parques de Ciência e Tecnologia		
1.2.4. Campus Virtuais		
1.2.5. Portal do Conhecimento		
1.3. Desenvolvimento de Recursos Humanos		2

1.3.1. Programa de Capacitação de Funcionários Públicos	
1.3.2. Alfabetização Digital	
Eixo 2. Saúde	13
2.1. Prestação de Cuidados Preventivos e Promotivos	2
2.1.1. Sistema de Monitoria da Saúde e seus Determinantes	
2.1.2. Plataformas de Interação em Saúde	
2.2. Prestação de Cuidados Curativos	3
2.2.1. Número Unico de Identificação do Doente (BI, NUIC) no Serviço Nacional de Saúde	
2.2.2. Sistema Electrónico de Gestão das Unidades Sanitárias	
2.2.3. Sistema Electrónico de Seguimento do Paciente	
2.3. Controlo e Logística em Saúde	3
2.3.1. Controlo de medicamentos e outros produtos Sanitários	
2.3.2. Logística Farmacêutica	
2.3.3. Logística Hospitalar	
2.4. Formação em Saúde baseada em TIC	1
2.4.1. TeleSaúde	
2.5. Políticas	1
2.5.1. Política de Informação para Saúde	
2.6. Infraestruturas das TICs na Saúde	3
2.6.1. Rede Local nas Unidades Sanitárias	
2.6.2. Espinha Dorsal da Rede Privada do Sistema Nacional de Saúde	
2.6.3. Repositórios das Unidades Sanitárias, Sedes Distritais, Provinciais e MISAU	
Eixo 3. Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento Rural	27
3.1. Sector Agrário	12
3.1.1. Sistema de Informação de Mercados Agrários (SIMA)	
3.1.2. Portal do Produtor Agrário	
3.1.3. Registo de Produtores e Plantações de Cajueiros	
3.1.4. Sistema de Emissão de Licenças e Certificados Sanitários e Fitossanitários	
3.1.5. Sistema de Aviso Prévio	
3.1.6. Sistema de Mapeamento de Pragas e Doenças	
3.1.7. Sistema de Registo de Medicamentos Veterinários	
3.1.8. Sistema de Identificação de Bovinos	
3.1.9. Sistema de Recolha e Análise de Dados de Extensão (SIRADE)	
3.1.10. Sistema Nacional de Informação sobre Irrigação (SINIR)	
3.1.11. Registo de Variedades de Plantas e Certificação de Sementes	
3.1.12. Registo de Empresas e Areas de Plantações Florestais	
3.2. Mar, Pescas e Aquacultura	11
3.2.1. Sistema de informação integrada do Mar, Aguas Interiores e Pescas	
3.2.2. Sistema de monitorização da actividade de pesca	
3.2.3. Portal do Sector do Mar, Aguas Interiores e Pescas	
3.2.4. Sistema de gestão e ordenamento do espaço marítimo	
3.2.5. Plataforma online de registo de intervenientes da cadeia de valor da pesca e aquacultura	
3.2.6. Sistema de fiscalização do mar, pesca e aquacultura	
3.2.7. Sistema de monitorização de embarcações (VMS)	
3.2.8. Sistema móvel de recolha de dados de raia e tubarão	
3.2.9. Sistema de informação e gestão de recursos marinhos	
3.2.10. Sistema de comunicação	
3.2.11. Sistema de certificação digital (JUE)	
3.3. Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural	4
3.3.1. Sistema de Gestão de Informação sobre Terras (SiGIT)	
3.3.2. Sistema de Informação Ambiental	
3.3.2.1. Sistema de Gestão de Licenciamento Ambiental (SiGLA)	

3.3.2.2. Sistema de Informação Florestal	
Eixo 4. Indústria, Comércio e Serviços	13
4.1. Desenvolvimento do Sector das TICs	4
4.1.1. Programa de incentivos	
4.1.2. Atracção de IDE	
4.1.3. Parques de Ciência e Tecnologia - incubação de empresas	
4.1.4. Agrupamento (<i>cluster</i>) para as TICs	
4.2. Emprego e Empreendedorismo	4
4.2.1. Programa de Estágios em TICs	
4.2.2. Bolsa de Emprego	
4.2.3. Programa Inovar em Moçambique	
4.2.4. Portal das PME	
4.3. Competitividade da Economia	1
4.3.1. Estratégia de Promoção do Comércio Electrónico	
4.4. Cultura e Turismo	4
4.4.1. Promoção do Destino Moçambique	
4.4.2. Visto Electrónico - e-Visa	
4.4.3. Sistema Integrado de Estatísticas das Indústrias Culturais e Criativas	
4.4.4. Sistema de Registo de Empreendimentos Turísticos (RET)	
Eixo 5. Governação Electrónica	40
5.1. Modernização da Administração Pública e Prestação de Serviços ao Cidadão	22
5.1.1. Sistema de Gestão Administrativa e Financeira do Estado (e-SISTAFE)	
5.1.2. Sistema de Gestão Autárquica (SGA)	
5.1.3. Sistema de Pagamento de Impostos e Taxas (e-tributação)	
5.1.4. Plataforma Electrónica para Prestação de Serviços ao Cidadão (e-Baú)	
5.1.5. Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos	
5.1.6. Programa de Prioridades dos Serviços Públicos Online	
5.1.7. Portal do Cidadão	
5.1.8. Portal do Governo	
5.1.9. Portal do Contribuinte da AT	
5.1.10. Central de Atendimento da AT	
5.1.11. Sistema de Gestão de Máquinas Fiscais (SGMF)	
5.1.12. Sistema de Gestão de Beneficiários da Acção Social (SGB)	
5.1.13. Sistema Nacional de Gestão de Custos de Obras (SINAGEC)	
5.1.14. Sistema Integrado de Gestão de Informação sobre Calamidades (SIGIC)	
5.1.15. Promoção de cultura de produção estatística e disseminação de dados a todos níveis	
5.1.16. Desenvolvimento de Sistema Integrado de Estatísticas Sectoriais	
5.1.17. Troca de dados e metadados no Sistema Estatístico Nacional	
5.1.18. Prosseguimento da actualização e ajustamento da organização territorial e toponímia dos pais	
5.1.19. Desenvolvimento e capacitação dos órgãos locais do Estado e órgãos autárquicos para uma melhor prestação de serviços ao cidadão	
5.1.20. Desenho e Implementação da Base de Dados de Ajuda Externa	
5.1.21. Sistema Integrado de Gestão Documental com recurso ao ambiente digital	
5.1.22. Desenho e Implementação do Portal de Intranet do MEF	
5.2. Sector Judiciário	2
5.2.1. Programa de Modernização da Justiça	
5.2.2. Sistema de Registo Civil e Estatísticas Vitais	
5.3. Segurança e Ordem Pública	6
5.3.1. Centrais Provinciais de Recepção de Chamadas de Emergências	
5.3.2. Sistema de Informação de Identificação Civil	
5.3.3. Sistema de Informação Policial	

5.3.4. Sistema de Informação Criminal	
5.3.5. Sistema de Controlo de Fronteiras e Movimento Migratório	
5.3.6. Sistema de Informação do SENSAP	
5.4. Infra-Estruturas e Equipamentos	3
5.4.1. Rede Electrónica do Governo (GovNet)	
5.4.2. Centros de Dados	
5.4.3. Programa de Apetrechamento da Administração Pública	
5.5. Interoperabilidade e Segurança das TICs	7
5.5.1. Quadro de Interoperabilidade	
5.5.2. Linhas orientadoras das TICs na AP	
5.5.3. Certificação Digital	
5.5.4. Política de Recuperação de Desastres	
5.5.5. Segurança Cibernética	
5.5.6. Protecção e Privacidade de Dados	
5.5.7. Dados Abertos	
Eixo 6. Acesso e Conectividade	6
6.1. Integração na Sociedade da Informação	4
6.1.1. Estratégia Nacional da Banda Larga	
6.1.2. Programa Nacional dos Centros Multimédia Comunitários (CMCs)	
6.1.3. Programa de Financiamento de Equipamentos	
6.1.4. Programa de Sensibilização para o uso das TICs	
6.2. Rede de Comunicações	2
6.2.1. Expansão e Melhoria da Rede	
6.2.3. Partilha de infra-estruturas	
Eixo 7. Políticas e Regulação	3
7.1. Quadro Legal Adequado	3
7.1.1. Lei das Transacções Electrónicas	
7.1.2. Lei de Protecção de Dados	
7.1.3. Política de Segurança Cibernética	
Total de Iniciativas (Eixo 1 a Eixo 7)	120

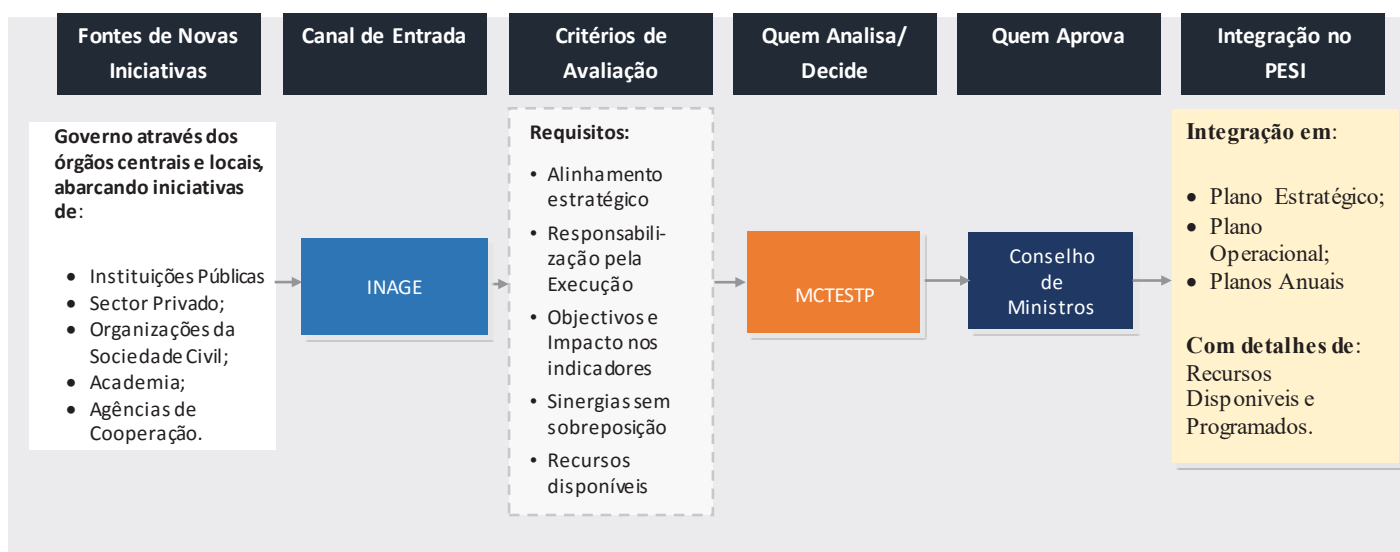
A implementação das iniciativas propostas neste Plano deve ser realizada tendo por base o Modelo de Governança definido no capítulo 3.1. deste documento.

O Plano Estratégico irá desagregar-se no Plano Operacional, documento com horizonte temporal de cinco anos, que apresenta as actividades chave a serem desenvolvidas no âmbito de cada iniciativa, a sua calendarização e responsáveis. Identifica ainda os principais indicadores de execução que serão utilizados para medir o grau de concretização das iniciativas.

O Plano Operacional, por sua vez, deverá decompor-se em Planos de Actividades, com a duração de um ano, especificando as actividades a desenvolver no âmbito de cada iniciativa e o respectivo orçamento. As actividades previstas nestes Planos de Actividades anuais devem ser consideradas nos Planos de Actividades de cada uma das instituições responsáveis pela implementação das iniciativas, assegurando assim a integração entre os vários instrumentos.

Pretende-se que o presente Plano Estratégico, juntamente com os vários planos operacionais e de actividades, seja um documento dinâmico, sendo possível a sua actualização em termos de iniciativas. Esta actualização deve estar centralizada, em termos institucionais, e harmonizada a

nível do MCTESTP, e deve partir dos inputs providenciados pela estrutura de governação e outras partes interessadas junto do INAGE. A inclusão, eliminação ou reformulação das iniciativas será efectuada em função de um conjunto de critérios de elegibilidade, do grau de concretização e das prioridades estabelecidas.



3.3. Modelo de Financiamento

A implementação do Plano Estratégico para a Sociedade da Informação, bem como a concretização dos objectivos previstos na respectiva política, só será possível com o estabelecimento de um mecanismo de financiamento sustentável, para:

- Garantir a gestão por objectivos e resultados, proporcionando uma perspectiva integrada sobre o financiamento das iniciativas a serem implementadas;
- Assegurar que o financiamento se encontra alinhado com os principais eixos estratégicos e que a concretização destes não é limitada pela disponibilidade de fundos;
- Promover uma articulação sistemática, transparente e contínua sobre a utilização dos fundos e a sua complementaridade com outros programas de investimento do país;
- Criar capacidade para uma planificação de curto, médio e longo prazo, garantindo uma previsibilidade de custos e uma adequada gestão dos mesmos;
- Promover a agilidade e a flexibilidade na execução, tornando mais eficiente os processos de tomada de decisão;

- Criar sinergias entre fontes de financiamento e projectos de natureza complementar;
- Estimular uma maior responsabilização pela eficácia e pelo cumprimento dos objectivos e resultados.

O financiamento deverá resultar de uma concertação estratégica com os sistemas de financiamento existentes, tendo em consideração a sobreposição de objectivos e de projectos já financiados por outros programas, bem como a capacidade sinérgica de angariação de fundos. Este deverá ser gerido pelo Ministério que superintende a componente financeira do Estado.

Este financiamento terá como contribuições:

- Orçamento de Estado;
- Taxas e cobranças pelos serviços;
- Contribuições de doadores e agências de Cooperação;
- Outras doações que tenham como objectivo estimular o desenvolvimento da Sociedade da Informação.

O financiamento das iniciativas específicas de cada sector será assegurado pelo orçamento destinado à entidade responsável pela execução das iniciativas.

No âmbito do Plano Estratégico para a Sociedade da Informação, deve procurar-se angariar financiamento adicional para Moçambique, dedicado ao desenvolvimento da Sociedade da Informação, devendo ser desenhado um modelo específico de angariação de financiamento.

Os recursos de Financiamento da Sociedade da Informação são aplicados em programas, projectos ou iniciativas estabelecidas no Plano Estratégico para a Sociedade da Informação e seu Plano Operacional.

A seguir se apresenta o resumo orçamental da Estratégia no âmbito do cenário fiscal 2019/21, encontrando-se a versão pormenorizada do mesmo no Plano Operacional.

Resumo de orçamentação, por eixo, ano

Eixos	2019	2020	2021	Total Disponível	Total Défice	Total Trienal
Educação e Desenvolvimento Humano	321.169.571,00	1.166.569.571,00	1.086.569.571,00	637.154.356,50	1.937.154.356,50	2.574.308.713,00
Saúde	226.752.800,00	499.715.360,00	731.966.040,00	1.431.334.900,00	92.199.300,00	1.523.534.200,00
Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento Rural	133.901.893,00	143.428.503,40	129.212.298,00	157.626.567,60	248.916.126,80	406.542.694,40
Indústria, Comércio e Serviços	159.406.380,00	151.670.620,00	45.441.300,00	241.218.300,00	115.300.000,00	356.518.300,00

Governança Electrónica	8.625.633.688,65	15.390.609.235,64	15.161.788.475,98	38.900.333.825,83	350.120.440,78	39.250.454.266,61
Acesso e Conectividade	36.137.490.909,09	64.441.127.272,73	61.397.081.818,18	124.582.700.000,00	37.393.000.000,00	161.975.700.000,00*
Políticas e Regulação	45.831.690,00	44.831.690,00	36.031.690,00	96.047.645,00	30.647.425,00	126.695.070,00
Total anual	45.650.186.931,74	81.837.952.252,77	78.588.091.193,16	166.046.415.594,93	40.167.337.649,08	206.213.753.244,01**

* O valor de “*Acesso e Conectividade*” é alto, pois inclui valores indicados pelos operadores de Telecomunicações, que não fazem parte do Orçamento do Estado.

** O orçamento total anual, também tornou-se mais alto, por incluir valores de “*Acesso e Conectividade*” que não fazem parte do Orçamento do Estado.

3.4. Modelo de Monitoria e Avaliação

O desenho do modelo de monitoria e avaliação é fundamental para identificar os momentos do acompanhamento da implementação do Plano Estratégico, permitindo actuar de forma preventiva face aos desvios verificados.

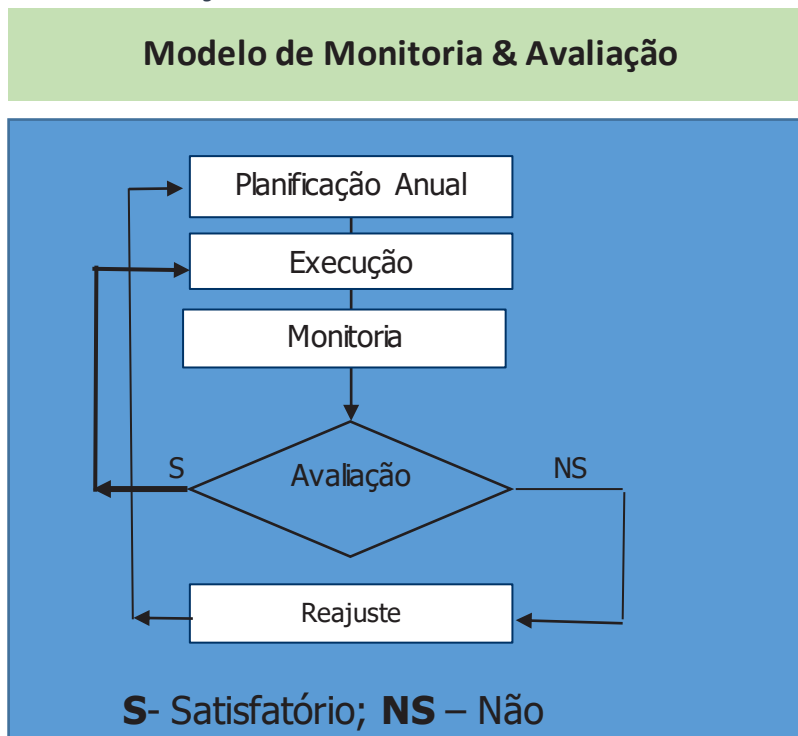
Este é composto pelo seu ciclo de monitoria que apresenta os momentos de interacção entre os integrantes da estrutura de gestão/implementação, os seus objectivos e os instrumentos deles resultantes, e pela matriz de monitoria que apresenta o conjunto de indicadores e metas que serão utilizados para avaliar o desempenho da estratégia, e compará-la as métricas regionais e internacionais.

Deve igualmente, ser conduzida em cada quinquénio, uma pesquisa, visando monitorar o nível de adopção, maturidade e uso das TIC no Governo, Sector Privado, Academia e na Sociedade Civil.

3.4.1. Ciclo de Monitoria

O ciclo de monitoria do Plano Estratégico é composto pelos seguintes momentos:

Figura 6 – Ciclo de Monitoria do PESI



Planificação Anual

Para esta fase deve-se realizar uma reunião anual de planificação e orçamentação das actividades a serem realizadas no ano seguinte, bem como definir as metas a atingir, alinhando-as com o Plano Estratégico.

Acompanhamento e Monitoria Trimestral

Trimestralmente será realizada a monitoria e avaliação do plano que visa aferir o grau de cumprimento da implementação das iniciativas, bem como definir as medidas correctivas necessárias de modo a alcançar os objectivos definidos.

Análise Anual da Execução e do Impacto

Este momento será iniciado no final de cada ano e tem como foco a análise das actividades realizadas e a sua contraposição com os objectivos e metas definidas, obtendo assim uma avaliação do grau da execução das actividades propostas e de eventuais dificuldades que possam existir na implementação do Plano Estratégico. Face a esta avaliação poderão ser definidas medidas correctivas que podem ser executadas de imediato ou incorporadas no Plano de Actividades do ano seguinte.

Complementarmente a estes momentos presentes no ciclo de monitoria anual, será também desenvolvido, a meio e no final de cada quinquénio, uma avaliação externa que fará o balanço da implementação das iniciativas nos cinco anos que antecederam.

3.4.2. Matriz de Monitoria

A matriz de monitoria estabelece os principais indicadores que serão utilizados para a avaliação da implementação e do impacto das iniciativas previstas no Plano Estratégico.

Esta é composta por três tipos de indicadores:

- Indicadores de Impacto
- Indicadores de Desempenho
- Indicadores de Execução

3.4.3. Instrumentos de Suporte

A realização dos processos de monitoria e avaliação envolve a recolha de dados fiáveis e relevantes.

Neste sentido, deverá ser reactivado o Observatório para a Sociedade da Informação (OSI) (anterior observatório TICs) que tem como objectivo assegurar um Sistema de Observação sobre a Sociedade da Informação que produza informação útil e fiável de suporte à tomada de decisão política, estratégica e operacional e à divulgação junto da sociedade civil.

O Observatório deverá ser adstrito ao INTIC, na sua qualidade de Regulador das TIC, que irá interagir estreitamente com as várias entidades implementadoras do Plano, assegurando a recolha de dados e de informação referente à implementação das iniciativas do Plano. Deve ainda assumir responsabilidades em termos de interacção com outros observatórios a nível regional e internacional para fomentar a partilha de experiências e boas práticas.

O trabalho a ser desenvolvido pelo Observatório deverá ser suportado por uma plataforma informatizada que permita o reporte periódico de dados por parte das várias instituições implementadoras e a geração de painéis de monitoria e relatórios automáticos sobre as principais iniciativas do Plano Estratégico e respectivos indicadores.

ANEXO 1

O presente anexo expõe os indicadores de desempenho, valor de base e metas para 2027 associadas a cada eixo estratégico, de modo alinhado com os resultados propostos.

EIXO 1 – EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

INDICADORES DE DESEMPENHO	VALOR BASE	METAS PARA 2027
1.1. TICS NO SISTEMA DE ENSINO		
Rácio de alunos por computador	1.084	200:1
Número de escolas com salas de informática:		
– Escolas Técnico – Profissionais	10	100%
– Escolas Primárias e Secundárias	300-350 Escolas Primárias e Secundárias informatizadas	ESG: 100%; ZIPs: 100%; EP: 50%
Número de escolas com acesso à Internet:		
– Escolas Técnico – Profissionais	10	100%
– Escolas Primárias e Secundárias	2.3	ESG: 100%; ZIPs: 100%; EP: 50%
Percentagem de professores capacitados em TICs	600	100%
Desenvolvimento de Política de TICs na Educação e Plano Director de Implementação	Plano Tecnológico da Educação, desenvolvido em 2011	100%
Desenvolvimento de estratégia de e-Escolas Molo	Plano Tecnológico da Educação, desenvolvido em 2011	100%
1.2. INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E PARTILHA DE CONHECIMENTO		
Número de instituições de Ensino Superior e Pesquisa ligadas à MoRENet	83	100%
Número de cursos em TICs leccionados nos Parques de Ciência e Tecnologia	3	10
1.3. DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS		
Percentagem de funcionários públicos formados no âmbito do Programa de Capacitação de Funcionários Públicos	N.A.	50%

INDICADORES DE DESEMPENHO	VALOR BASE	METAS PARA 2027
Número de cidadãos abrangidos pelo programa de Alfabetização Digital	N.A.	100.000

EIXO 2 – SAÚDE

INDICADORES DE DESEMPENHO	VALOR BASE	METAS PARA 2027
2.1. PRESTAÇÃO DE CUIDADOS PREVENTIVOS E PROMOTIVOS		
Grau de desenvolvimento das plataformas dos observatórios	N.A.	60%
Número de novas plataformas de interação em saúde	2	1
2.2. PRESTAÇÃO DE CUIDADOS CURATIVOS		
Percentagem de Unidades de Saúde que implementam o Número Único de Identificação do Doente	0	100%
Número de Unidades de Saúde com o Sistema de Gestão da Unidade Sanitária implementado	0	6
Número de Unidades de Saúde com o Sistema de seguimento de paciente na Unidade Sanitária implementada	0	52
2.3. CONTROLO E LOGÍSTICA EM SAÚDE		
Número de Sistemas de Informação Integrados de gestão de medicamentos e produtos de saúde implementado	0	1
Percentagem de Unidades de Saúde com o Sistema de logística farmacêutica implementada	N.A.	70%
Número de Centros de Abastecimentos Provinciais e Hospitais Centrais com o Sistema de Logística Hospitalar implementado	0	17
2.4. FORMAÇÃO ATRAVÉS DO USO DAS TICS PARA A SAÚDE		
Número de províncias com TeleSaúde	5	6

Número de Hospitais Centrais com TeleMedicina	0	4
2.5. POLÍTICAS		
Política desenvolvida e implementada	N.A.	1
2.6. INFRAESTRUTURA DE TICS PARA SAÚDE		
Número de Unidades de Saúde com rede informática	2	4
ONúmero de Unidades de Saúde ligadas à espinha dorsal	0	4
Número de Unidades de Saúde Provinciais e de nível central com Repositórios funcionantes	3	3

EIXO 3 - AGRICULTURA, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL

INDICADORES DE DESEMPENHO	VALOR BASE	METAS 2027
3.1. SECTOR AGRÁRIO		
Produtores e comerciantes conectados	N.A.	75.000
Visitantes no Portal do Agricultor	N.A.	100.000
Produtores e plantações de Cajueiros registados	N.A.	250.000
Extensionistas reportando dados usando o SMEA	N.A.	983
Unidades de Licenciamento Sanitários e Fitossanitários implementado	N.A.	100%
Produtores beneficiados pelo sistema	N.A.	100.000
Pragas e doenças mapeadas a nível nacional	N.A.	18
Sistema de Registo de Medicamentos Veterinários	N.A.	100%
Sistema de Identificação de Bovinos	N.A.	50%
3.2. TERRA, AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO RURAL		

INDICADORES DE DESEMPENHO	VALOR BASE	METAS 2027
Percentagem de instituições do sector da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural com o Sistema de Informação implementado	N.A.	100%
Percentagem de empreendimentos cadastrados de acordo com as categorias de Avaliação do Impacto Ambiental	N.A.	100%
Percentagem de Planos detalhados de desenvolvimento do Sistema de Informação Florestal concluídos	N.A.	100%
Sistema de Administração e gestão da terra funcional a nível nacional	N.A.	100%
3.3. MAR, PESCA E AQUACULTURA		
Percentagem do sector do Mar, Águas Interiores e Pescas com o Sistema de Informação integrado implementado	N.A.	100%
Percentagem do sector do Mar com o Sistema de monitorização da actividade de pesca operacional	N.A.	100%
Número de visitantes no portal do Sector do Mar	N.A.	100.000
Percentagem de instituições que demandam a utilização do Mar com actividades mapeadas no Sistema de gestão e ordenamento do espaço marítimo operacional	N.A.	100%
Número de visitantes na plataforma online de registo de intervenientes na cadeia de valor da pesca e aquacultura	N.A.	100.000
Percentagem do Sector com o Sistema de fiscalização do Mar, Pesca e Aquacultura operacional	N.A.	100%
Percentagem do Sector do Mar, Pesca e Aquacultura, com o Sistema de Monitorização de Embarcações (VMS) operacional	N.A.	100%
Percentagem do Sector com o Sistema móvel de Recolha de Dados da Raia e Tubarão criado e operacional	N.A.	100%
Percentagem do Sector com o Sistema de Informação e Gestão de Recursos Marinhos implementado e operacional	N.A.	100%
Percentagem do Sector com o Sistema de Comunicação implementado e operacional	N.A.	100%

INDICADORES DE DESEMPENHO	VALOR BASE	METAS 2027
Percentagem do Sector com o Sistema de Certificação Digital implementado e operacional	N.A.	100%

EIXO 4 – INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

INDICADORES DE DESEMPENHO	VALOR BASE	METAS PARA 2027
4.1. DESENVOLVIMENTO DO SECTOR DAS TICs		
Número de novas empresas / empreendedores que beneficiam anualmente do Programa de Incentivos	N.A.	10
Percentagem do Investimento Directo Estrangeiro dedicado às TICs	N.D.	5%
Número de empresas na área das TICs que incubaram nos Parques de Ciência e Tecnologia	N.D.	150
4.2. EMPREGO E EMPREENDEDORISMO		
Número de estágios na área das TICs criados	N.A.	2.500
Peso das empresas de TICs no sector terciário	N.D.	15%
4.3. COMPETITIVIDADE DA ECONOMIA		
Percentagem de empresas moçambicanas com website	N.D.	50%
Percentagem de empresas moçambicanas que disponibilizam produtos/ serviços online	N.D.	5%
Peso do comércio electrónico no volume de negócios total do país	N.D.	2%
4.4. CULTURA TURISMO		
Promoção do Destino Moçambique	N.A.	4
Sistema Integrado de Estatísticas das Industrias Culturais e Criativas	N.A.	100%
Registo de Empreendimentos Turísticos	N.A.	100%

EIXO 5 – GOVERNAÇÃO ELECTRÓNICA

INDICADORES DE DESEMPENHO	VALOR BASE	METAS PARA 2027
5.1. MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO CIDADÃO		
Percentagem de instituições da Administração Pública com o e-SISTAFE em funcionamento	947 Instituições (≈62.4%)	95%
Nível de implementação dos módulos do e-SISTAFE e em uso em todos os órgãos e instituições da Administração Pública	≈64.3%	64.3%
Percentagem de contribuintes à submeter declarações para pagamento de impostos integrados no e-Tributação	N.A.	100%
Percentagem de Instituições da Administração Pública com o Sistema Electrónico de Gestão de Recursos Humanos	N.A.	50%
Percentagem de autarquias com a componente de Gestão autárquica e financeira operacional	9 (≈20.4%)	31.8%
Percentagem de delegações do INAS com o Sistema de Gestão de Beneficiários operacional	30 (≈33.3%)	90%
Portal do Contribuinte operacional	N.A.	100%
Central de Atendimento operacional	N.A.	100%
Percentagem de Contribuintes integrados ao SGMF	N.A.	100%
Número de produtos do Sistema Estatístico divulgados	N.A.	100
Percentagem de desenvolvimento e implementação do Sistema de recolha e processamento de estatísticas sectoriais	N.A.	100%
Percentagem de entidades internas e externas que partilham dados na plataforma SDMX	N.A.	100%
5.2. ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA		
Percentagem de Conservatórias do Registo Civil com o Sistema Electrónico de Registo Civil e Estatísticas Vitais em funcionamento	N.A.	15%
Grau de implementação dos projectos do Programa de Modernização da Justiça	N.A.	50%

INDICADORES DE DESEMPENHO	VALOR BASE	METAS PARA 2027
5.3. SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA		
Número de Centrais Provinciais de Recepção de Chamadas de Emergências	0	11
- Grau de actualização do sistema de produção de documentos biométricos	30%-	100%
- Actualização da infra-estrutura de recolha e validação de BI instalada em todo País	40%	100%
- Implementação da infra-estrutura de recolha de dados do BI instalada nas Embaixadas e Serviços Consulares seleccionados	5%	100%
- Actualização da infra-estrutura de recolha de dados e validação do DIRE / AR instalada e em operação	30%	100%
- Implementação da infra-estrutura de recolha e validação de dados de documento de identificação de refugiado instalada em locais seleccionados	5%	50%
- Grau de implementação do sistema de informação policial		20%
- Quantidade de subunidades beneficiadas com o sistema	5%.	
- Cobertura nacional dos sistemas de monitorização electrónica	1% 5%	25% 20%
- Grau de implementação do programa de informatização do SERNIC	5%	50%
- Grau de Informatização dos arquivos e dos processos	5%	30%
- Grau de informatização das principais actividades dos laboratórios	30%	30%
- Grau de actualização dos sistemas de emissão de passaportes e de vistos biométricos	30%	100%
- Grau de actualização do controlo do movimento migratório	5%	100%
- Grau de implementação e operacionalização do sistema integrado de controlo das fronteiras	0,5%	20%
- Grau de implantação da infra-estrutura de recolha e validação de dados de passaportes biométricos	30%	100%

INDICADORES DE DESEMPENHO	VALOR BASE	METAS PARA 2027
- Grau de implantação da infra-estrutura de recolha e validação de dados de vistos no país	20%	100%
- Grau de implantação da infra-estrutura de recolha e validação de dados de vistos, nas embaixadas e serviços consulares	2%	100%
- Grau de implementação do programa de informatização SENSAP	2%	40%
- Nível de implementação do sistema de gestão de registos e ferramenta Web de interacção com o cidadão	5%	100%
5.4. INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS		
Largura de banda média da GovNet	2,3 Mbps	64Mbps
Percentagem de instituições da Administração Pública com os dados alojados no Centro Nacional de Dados	8 Instituições	100%
5.5. INTEROPERABILIDADE E SEGURANÇA DAS TICS		
Percentagem de sistemas da Administração Pública integrados	N.D.	30%
Percentagem de instituições da Administração Pública com Política de Recuperação de Desastres implementada	N.A.	50%

EIXO 6 – ACESSO E CONECTIVIDADE

INDICADORES DE DESEMPENHO	VALOR DE BASE	METAS PARA 2027
6.1. INTEGRAÇÃO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO		
Percentagem de Distritos com cobertura de banda larga	N.D.	100%
Número de CMC's implementados	55	155
Percentagem de População com cobertura de rede móvel	80%	100%
Percentagem de Distritos com cobertura de fibra-óptica	28%	100%

EIXO 7 – POLÍTICAS E REGULAÇÃO

INDICADORES DE DESEMPENHO	VALOR BASE	METAS PARA 2027
7.1. QUADRO LEGAL ADEQUADO		
Grau de elaboração e implementação da Lei de Protecção de Dados	N.A.	Implementada
Grau de elaboração e implementação da Política de Segurança Cibernética	N.A.	Implementada

LISTA DE ABREVIATURAS

BAÚ – Balcão de Atendimento Único

CMC – Centros Multimédia Comunitários

ERDAP - Estratégia de Reforma e Desenvolvimento da Administração Pública

G2G – Governo para Governo (*Government to Government*)

GovNet – Rede Electrónica do Governo

INAGE – Instituto Nacional do Governo Electronico

MCTESTP – Ministério da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional

MoRENet – *Mozambique research Network*

OE – Orçamento de Estado

OSI – Observatório da Sociedade da Informação

PESI – Plano Estratégico para a Sociedade da Informação

PIB – Produto Interno Bruto

SISTAFE – Sistema de Administração Financeira do Estado

TICs – Tecnologias de Informação e Comunicação

ZIP – Zona de Influência Pedagógica

PLANO OPERACIONAL PARA A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

1. CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO




















































A implementação das iniciativas previstas no âmbito do Plano Estratégico para a Sociedade da Informação, reflectidas no presente plano operacional, ocorre em simultâneo e em paralelo, sendo fundamental acautelar os factores críticos para a sua implementação.

De seguida é apresentado o cronograma geral de implementação que permite compreender o enquadramento temporal da concepção e desenvolvimento das iniciativas estratégicas perante as demais.






























	Calendarização				
	2019	2020	2021	2022	2023
<div style="display: flex; align-items: center; gap: 5px;"> <div style="width: 15px; height: 10px; background-color: #003366; margin-right: 5px;"></div> Fase de concepção/desenvolvimento </div> <div style="display: flex; align-items: center; gap: 5px;"> <div style="width: 15px; height: 10px; background-color: #FFCC00; margin-right: 5px;"></div> Fase de implementação </div> <div style="display: flex; align-items: center; gap: 5px;"> <div style="width: 15px; height: 10px; border-bottom: 1px dashed black; margin-right: 5px;"></div> Iniciativa tem continuidade no próximo Plano Operacional </div>					
1. Educação e Desenvolvimento Humano					
1.1. TICs no Sistema de Ensino					
1.1.1. Escolas do Século XXI					
1.1.2. Currículos do Século XXI					
1.1.3. Ensino Técnico-Profissional na área de TICs					
1.1.4. Ensino Aberto e à Distância					
1.1.5. Capacitação e Sensibilização de Professores e Directores de Escolas					
1.1.6. TICs na Alfabetização					
1.1.7. Sistema Integrado de Gestão Escolar					
1.1.8. Sistema de Candidaturas ao Ensino Superior					
1.1.9. Conteúdos Interactivos					
1.1.10. Desenvolvimento de Política de TICs na Educação e Plano Director de Implementação					
1.1.11. Desenvolvimento da Estratégia de e-Escolas Modelos					
1.2. Investigação, Desenvolvimento e Partilha de Conhecimento					
1.2.1. Programa Nacional de <i>e-Learning</i>					
1.2.2. MoRENNet					
1.2.3. Parques de Ciência e Tecnologia					
1.2.4. Campus Virtuais					
1.2.5. Portal do Conhecimento					

	Calendarização				
	2019	2020	2021	2022	2023
<p>■ Fase de concepção/desenvolvimento</p> <p>■ Fase de implementação</p> <p>... Iniciativa tem continuidade no próximo Plano Operacional</p>					
1.3. Desenvolvimento de Recursos Humanos					
1.3.1. Programa de Capacitação de Funcionários Públicos	■	■	■	■	■
1.3.2. Alfabetização Digital	■	■	■	■	■
2. Saúde					
2.1. Prestação de Cuidados Preventivos e Promotivos					
2.1.1. Sistema de Monitoria da Saúde e seus Determinantes	■	■	■	■	■
2.1.2. Plataformas de Interação em Saúde	■	■	■	■	■
2.2. Prestação de Cuidados Curativos					
2.2.1. Número Único de Identificação do Paciente	■	■	■	■	■
2.2.2. Sistema Electrónico de Gestão das Unidades Sanitárias	■	■	■	■	■
2.1.3. Sistema Electrónico de Seguimento do Paciente	■	■	■	■	■
2.3. Controlo e Logística em Saúde					
2.3.1. Controlo de Medicamentos e Outros Produtos Sanitários	■	■	■	■	■
2.3.2. Logística Farmacêutica	■	■	■	■	■
2.3.3. Logística Hospitalar	■	■	■	■	■
2.4. Formação em Saúde baseada em TIC					
2.4.1. TeleSaúde	■	■	■	■	■
2.5. Políticas					
2.5.1. Políticas de Informação para Saúde	■	■	■	■	■
2.6. Infra-estruturas das TIC na Saúde					
2.6.1. Rede Local nas Unidades Sanitárias	■	■	■	■	■
2.6.2. Espinha Dorsal da Rede Privativa do Sistema Nacional da Saúde	■	■	■	■	■
2.6.3. Repositórios das Unidades Sanitárias, Sedes Distritais, Provinciais e MISAU	■	■	■	■	■
3. Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento Rural					
3.1. Sector Agrário					
3.1.1. Sistema de Informação de Mercados Agrários (SIMA)	■	■	■	■	■
3.1.2. Portal do Produtor Agrário	■	■	■	■	■
3.1.3. Registo de Produtores e Plantações de Cajueiros	■	■	■	■	■

	Calendarização				
	2019	2020	2021	2022	2023
<div style="display: flex; align-items: center; gap: 5px;"> <div style="width: 15px; height: 10px; background-color: #1a3d4d; margin-right: 5px;"></div> Fase de concepção/desenvolvimento </div>					
<div style="display: flex; align-items: center; gap: 5px;"> <div style="width: 15px; height: 10px; background-color: #ffc000; margin-right: 5px;"></div> Fase de implementação </div>					
<div style="display: flex; align-items: center; gap: 5px;"> ... Iniciativa tem continuidade no próximo Plano Operacional </div>					
3.1.4. Sistema de Registo de Variedades de Plantas e Certificação de Sementes					
3.1.5. Sistema de Recolha e Análise de Dados de Extensão (SIRADE)					
3.1.6. Emissão de Licenças e Certificados Sanitários					
3.1.7. Sistema de Mapeamento de Pragas e Doenças					
3.1.8. Sistema de Aviso Prévio					
3.1.9. Sistema Nacional de Informação sobre Irrigação (SINIR)					
3.1.10. Registo de Medicamentos Veterinários					
3.1.11. Certificado de Identificação de Bovinos					
3.1.12. Sistema de Registo de Empresas e Áreas de Plantações Florestais					
3.2. Mar, Pescas e Aquicultura					
3.2.1. Sistema de informação integrada do Mar, Águas Interiores e Pescas					
3.2.2. Sistema de monitorização da actividade de pesca					
3.2.3. Portal do Sector do Mar, Águas Interiores e Pescas					
3.2.4. Sistema de gestão e ordenamento do espaço marítimo					
3.2.5. Plataforma online de registo de intervenientes da cadeia de valor da pesca e aquicultura					
3.2.6. Sistema de fiscalização do mar, pesca e aquicultura					
3.2.7. Sistema de monitorização de embarcações (VMS)					
3.2.8. Sistema móvel de recolha de dados de raia e tubarão					
3.2.9. Sistema de informação e gestão de recursos marinhos					
3.2.10. Sistema de comunicação					
3.2.11 Sistema de Certificação Digital (JUE)					
3.3. Ambiente e Desenvolvimento Rural					
3.3.1. Sistema de Gestão de Informação sobre Terras (SiGIT)					
3.3.2. Sistema de Informação Ambiental					
3.3.2.1. Sistema de Gestão de licenciamento Ambiental (SiGLA)					
3.3.2.2. Sistema de Informação Florestal					
4. Indústria, Comércio e Serviços					
4.1. Desenvolvimento do Sector TICs					
4.1.1. Programa de incentivos					
4.1.2. Atracção de IDE					
4.1.3. Parques de Ciência e Tecnologia - incubação de empresas					

	Calendarização				
	2019	2020	2021	2022	2023
 Fase de concepção/desenvolvimento					
 Fase de implementação					
... Iniciativa tem continuidade no próximo Plano Operacional					
4.1.4. Agrupamento (<i>cluster</i>) para as TICs					
4.2. Emprego e Empreendedorismo					
4.2.1. Programa de Estágios em TICs					
4.2.2. Bolsa de Emprego					
4.2.3. Programa Inovar Moçambique					
4.2.4. Portal das PME					
4.3. Competitividade da Economia					
4.3.1. Estratégia de Promoção do Comércio Electrónico					
4.4. Cultura e Turismo					
4.4.1. Promoção do destino Moçambique					
4.4.2. Visto Electrónico – e-Visa					
4.4.3. Sistema Integrado de Estatísticas das Indústrias Culturais e Criativas					
4.4.4. Registo de Empreendedores Turísticos					
5. Governação Electrónica					
5.1. Modernização da Administração Pública e Prestação de Serviços ao Cidadão					
5.1.1. Sistema de Administração Financeira do Estado (e-SISTAFE)					
5.1.2. Sistema de Gestão Autárquica (SGA)					
5.1.3. Sistema de Pagamento de Impostos (e-tributação)					
5.1.4. Plataforma Electrónica para Prestação de Serviços ao Cidadão (e-Baú)					
5.1.5. Sistema Electrónico de Gestão de R.H. do Estado					
5.1.6. Prog. de Prioridades dos Serviços Públicos Online					
5.1.7. Portal do Cidadão					
5.1.8. Portal do Governo					
5.1.9. Portal do Contribuinte da AT					
5.1.10. Central de Atendimento da AT					
5.1.11. Sistema de Gestão de Máquinas Fiscais					
5.1.12. Sistema de Gestão de Beneficiários da Acção Social					
5.1.13. Sistema Nacional de Gestão de Custos de Obras					
5.1.14. Sistema Integrado de Gestão de Informação sobre					

	Calendarização				
	2019	2020	2021	2022	2023
<p>■ Fase de concepção/desenvolvimento</p> <p>■ Fase de implementação</p> <p>... Iniciativa tem continuidade no próximo Plano Operacional</p>					
Calamidades (SIGIC)					
5.1.15. Promoção de cultura de produção estática e disseminação de dados a todos os níveis	...				
5.1.16. Desenvolvimento de sistema Integrado de Estatísticas Sectoriais					
5.1.17. Toca de Dados e Metadados no Sistema Estatístico Nacional					
5.1.18. Prosseguimento do desenho e instalação do sistema de base de dados de organização territorial do país					
5.1.19. Continuação da implementação e actualização do Sistema de Monitoria do Desenvolvimento distrital					
5.1.20. Desenho e Implementação da Base de Dados de Ajuda Externa					
5.1.21. Sistema Integrado de Gestão Documental com recurso ao ambiente digital					
5.1.22. Desenho e implementação do Portal de Intranet do MEF					
5.2. Administração da Justiça					
5.2.1. Programa de Modernização da Justiça					
5.2.2. Sistema de Registo Civil e Estatísticas Vitais					
5.3. Segurança e Ordem Pública					
5.3.1. Centrais Provinciais de Recepção de Chamadas de Emergências					
5.3.2. Sistema de Informação de Identificação Civil (BI, DIRE, AR e Refugiado)					
5.3.3. Sistema de Informação Policial					
5.3.4. Sistema de Informação Criminal					
5.3.5. Sistema de Controlo Migratório (Passaportes, Vistos, Controlo Fronteiriço e Migratório)					
5.3.6. Sistema de Informação do SENSAP					
5.4. Infra-estruturas e Equipamentos					
5.4.1. Rede Electrónica do Governo (GovNet)					
5.4.2. Centros de Dados					
5.4.3. Programa de Apetrechamento da Administração Pública					...
5.5. Interoperabilidade e Segurança das TIC					
5.5.1. Quadro de Interoperabilidade					
5.5.2. Linhas orientadoras das TICs na AP					
5.5.3. Certificação Digital					

	Calendarização				
	2019	2020	2021	2022	2023
 Fase de concepção/desenvolvimento  Fase de implementação ... Iniciativa tem continuidade no próximo Plano Operacional					
5.5.4. Política de Recuperação de Desastres					...
5.5.5. Segurança Cibernética					
5.5.6. Protecção e Privacidade de Dados					
5.5.7. Dados Abertos					
6. Acesso e Conectividade					
6.1. Integração na Sociedade da Informação					
6.1.1. Estratégia Nacional da Banda Larga					
6.1.2. Programa Nacional dos Centros Multimédia Comunitários (CMCs)					
6.1.3. Programa de Financiamento de Equipamentos					...
6.1.4. Programa de Sensibilização para o uso das TICs					...
6.2. Rede de Comunicações					
6.2.1. Expansão da e Melhoria da Rede					
6.2.2. Partilha de infra-estruturas					
7. Políticas e Regulação					
7.1. Quadro Legal Adequado					
7.1.1. Lei das Transacções Electrónicas					
7.1.2. Lei de Protecção de Dados					
7.1.3. Política de Segurança Cibernética					

2. DETALHE DAS INICIATIVAS



O Plano Estratégico para a Sociedade da Informação estabelece as seguintes iniciativas para a concretização do presente eixo:

1.1. TICs no Sistema de Ensino

- 1.1.1. Escolas do Século XXI
- 1.1.2. Currículos do Século XXI
- 1.1.3. Ensino Técnico Profissional na área de TICs
- 1.1.4. Ensino Aberto e à Distância
- 1.1.5. Capacitação e Sensibilização de Professores e Directores de Escolas
- 1.1.6. TICs na Alfabetização
- 1.1.7. Sistema Integrado de Gestão Escolar
- 1.1.8. Sistema de Candidaturas ao Ensino Superior
- 1.1.9. Conteúdos Interactivos
- 1.1.10. **Desenvolvimento de Política de TICs na Educação e Plano Director de Implementação**
- 1.1.11. **Desenvolvimento de estratégia de e-Escolas Modelo**

1.2. Investigação, Desenvolvimento e Partilha de Conhecimento

- 1.2.1. Programa Nacional de *e-Learning*
- 1.2.2. MoRENet
- 1.2.3. Parques de Ciência e Tecnologia
- 1.2.4. Campus Virtuais
- 1.2.5. Portal do Conhecimento

1.3. Desenvolvimento de Recursos Humanos

- 1.3.1. Programa de Capacitação de Funcionários Públicos
- 1.3.2. Alfabetização Digital

Iniciativa	1.1.1. Escolas do Século XXI					
Descrição	<p>Esta iniciativa visa dar continuidade ao processo de informatização das escolas em Moçambique, previsto e iniciado na sequência da estratégia de implementação da anterior Política de Informática e do Plano Tecnológico da Educação.</p> <p>A iniciativa consiste na aquisição de equipamentos informáticos e de conectividade para as instituições de ensino, seguindo uma abordagem faseada em que é dada primazia às escolas do Ensino Secundário Geral e Ensino Técnico.</p>					
Estado do Projecto	Em curso					
Principais Actividades			Resultados			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Conceber o plano de apetrechamento das salas de aula com os meios necessários para a promoção das TICs enquanto ferramenta de aprendizagem 2. Desenhar um plano de acção específico que identifica claramente quais são as instituições que irão beneficiar deste programa em cada um dos anos 3. Definir um plano de assistência técnica dos equipamentos, tendo por base as estruturas já existentes ao nível Provincial e Distrital 4. Equipar as salas de aula com os meios definidos no plano de apetrechamento 			Escolas do Ensino Secundário Geral, Escolas do Ensino Técnico-Profissional e ZIPs com salas de informática e acesso à Internet			
Calendarização	Concepção: 2017 Implementação: 2018 – 2022 (continua)					
Responsável		Entidades Envolvidas				
Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano		Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional				
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2018	2019	2020	2021	2022
Percentagem de Escolas do Ensino Secundário Geral* com Sala de Informática	N.D.	-	40%	50%	60%	80%
Percentagem de Escolas do Ensino Secundário Geral* com Acesso à Internet	N.D.	-	20%	25%	30%	35%
Percentagem de Escolas do Ensino Técnico-Profissional* com Sala de Informática	10	-	15%	40%	70%	90%
Percentagem de Instituições de Ensino Técnico-Profissional* com Acesso à Internet	10	-	5%	15%	35%	50%

Iniciativa	1.1.1. Escolas do Século XXI					
Percentagem de ZIPs* com Sala de Informática	N.D.	-	-	-	1%	5%
Percentagem de ZIPs* com Acesso à Internet	N.D.	-	-	-	1%	2%

* De acordo com os dados do Ministério da Educação – Levantamento Escolar de 3 de Março, existem 12.020 Escolas Primárias do 1º ciclo (EP1), 6.055 escolas do Ensino Primário do 2º ciclo (EP2), 491 escolas do Ensino Secundário Geral do 1º ciclo (ESG1), 200 Escolas do Ensino Secundário Geral do 2º ciclo (ESG2) e 47 Escolas do Ensino Técnico Profissional (IETP). Segundo o mesmo Ministério, em 2011 existiam 2.165 ZIPs – Zonas de Influência Pedagógica.

Iniciativa	1.1.2. Currículos do Século XXI						
Descrição	Esta iniciativa, prevista no Plano Tecnológico da Educação, visa dar continuidade à actualização dos currículos académicos que está a ser implementada pelo MINEDH, integrando as TICs como ferramenta para o processo de ensino-aprendizagem.						
Estado do Projecto	Em curso						
Principais Actividades			Resultados				
<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar as competências críticas de futuro para a sociedade moçambicana em relação às TICs 2. Efectuar a revisão curricular do Ensino Secundário Geral 3. Implementar o novo currículo no Ensino Secundário Geral 4. Efectuar uma avaliação da implementação do novo currículo no Ensino Secundário Geral 			Novo currículo do Ensino Secundário Geral revisto e implementado				
Calendarização	Revisão do Currículo ESG: 2017 – 2018 Implementação: 2019 – 2020						
Responsável		Entidades Envolvidas					
Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano		Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional UP – Universidade Pedagógica					
Indicadores		Valor Base	Metas				
			2018	2019	2020	2021	2022
Percentagem de Disciplinas do Ensino Secundário Geral a funcionar com currículo actualizado		N.D.	-	-	50%	75%	100%

Iniciativa	1.1.3. Ensino Técnico-Profissional na área de TICs					
Descrição	<p>A presente iniciativa consiste na criação de uma vertente do Ensino Técnico-Profissional em matérias relacionadas com as TICs, promovendo a qualificação de recursos humanos com competências básicas na área.</p> <p>A qualificação nesta área será determinante para assegurar a resposta aos desafios existentes sobretudo ao nível da assistência técnica nas zonas rurais, devendo ser assegurada a análise e actualização dos programas e conteúdos de formação face aos desafios e necessidades do mercado de trabalho.</p>					
Estado do Projecto	Planificado					
Principais Actividades			Resultados			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar as competências chave a desenvolver 2. Definir os cursos de Ensino Técnico-Profissional a implementar e os respectivos currículos 3. Implementar os novos cursos de Ensino Técnico-Profissional em todas as províncias 4. Efectuar uma avaliação dos cursos de Ensino Técnico-Profissional nomeadamente em termos de empregabilidade dos graduados, competências adquiridas e nível de satisfação 			Cursos de Ensino Técnico-Profissional desenvolvidos e implementados em todas as províncias			
Calendarização	Desenho dos cursos: 2017 – 2018 Implementação: 2018 – 2022 (continua)					
Responsável			Entidades Envolvidas			
Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional			Sector Privado			
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2018	2019	2020	2021	2022
Número de instituições com cursos técnico-profissionais na área das TICs	N.A.	-	1	5	10	11
Número de graduados nos cursos técnico-profissionais na área das TICs	N.A.	-	-	-	-	150
Taxa de empregabilidade de graduados em cursos técnico-profissionais na área das TICs	N.A.	-	-	-	-	80%

Iniciativa	1.1.4. Ensino Aberto e à Distância					
Descrição	Esta iniciativa visa a modernização dos programas de Ensino Aberto e à Distância, nomeadamente no Ensino Secundário Geral do primeiro ciclo, através da utilização de conteúdos programáticos interactivos e de plataformas de <i>e-Learning</i> , promovendo a diversificação e a atractividade deste modelo de ensino.					
Estado do Projecto	Em curso					
Principais Actividades			Resultados			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenhar uma estratégia para o desenvolvimento de conteúdos (numa primeira fase serão identificadas disciplinas nucleares e, posteriormente, será feita a expansão para as demais) 2. Desenvolver os conteúdos interactivos 3. Equipar os Centros de Apoio à Aprendizagem (CAA) com materiais básicos para a utilização dos conteúdos 4. Capacitar os tutores nos novos conteúdos 5. Distribuir os conteúdos junto dos CAAs e CPEDs 6. Desenvolver conteúdos <i>e-Learning</i> para o Ensino à Distância 7. Capacitar os tutores na utilização da plataforma para posterior capacitação dos alunos 8. Implementar a plataforma de <i>e-Learning</i> (ver iniciativa 1.2.1.) 			Disciplinas do ensino à distância com conteúdos interactivos de apoio à aprendizagem			
Calendarização	Concepção da Estratégia e Desenvolvimento dos Conteúdos: 2017 – 2021 Implementação dos Conteúdos: 2019 – 2022 (continua)					
Responsável		Entidades Envolvidas				
Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano		-				
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2018	2019	2020	2021	2022
Número de disciplinas do Ensino à Distância (ESG1)* com conteúdos digitais e interactivos	N.D.	-	-	5	5	6
Percentagem de alunos do Ensino à Distância (ESG1)* registados na plataforma de <i>e-Learning</i>	N.A.	-	-	-	40%	70%
Percentagem de tutores do Ensino à Distância (ESG1) registados na plataforma de <i>e-Learning</i>	N.A.	-	-	-	80%	100%

* De acordo com os dados do Ministério da Educação – Levantamento Escolar de 3 de Março, existem 27.418 alunos inscritos no Ensino à Distância.

Iniciativa	1.1.5. Capacitação e Sensibilização de Professores e Directores de Escolas	
Descrição	A implementação das TICs não poderá ser efectuada sem uma adequada capacitação dos vários agentes educativos. Portanto, esta iniciativa visa a capacitação e sensibilização dos Professores e Directores de Escolas para a utilização das TICs, enquanto ferramentas pedagógicas com impacto na aprendizagem e no desenvolvimento da sociedade moçambicana.	
Estado do Projecto	Em curso	
Principais Actividades	Resultados	
<ol style="list-style-type: none"> Desenvolver um programa de capacitação e sensibilização dos professores incluindo: <ul style="list-style-type: none"> Capacitação para a utilização das TICs; Formação nas novas técnicas e materiais pedagógicos inerentes à evolução do modelo de ensino; Sensibilização para as competências críticas para o Século XXI e seus impactos no processo de aprendizagem <p>O programa deve dar primazia aos docentes do ensino secundário e ensino técnico-profissional, de modo alinhado com o plano de apetrechamento</p> Criar um programa de capacitação e sensibilização dos dirigentes escolares, desde o nível Central ao local, para os desafios inerentes à introdução das TICs no sistema de ensino. Adequar os currículos dos IFPs – Institutos de Formação de Professores no desenvolvimento de competências básicas de TICs junto dos seus formandos – para além da disciplina de TICs dever ser promovida a utilização destas tecnologias nas demais disciplinas 	<ul style="list-style-type: none"> Professores do Ensino Secundário e Ensino Técnico Profissional capacitados Directores das Escolas Secundárias e Técnico-Profissionais capacitados e sensibilizados Formandos dos IFPs habilitados no uso das TICs 	
Calendarização	Concepção do programa: 2017 Implementação do programa: 2018 – 2022 (continua)	
Responsável	Entidades Envolvidas	
Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano	-	

Iniciativa		1.1.5. Capacitação e Sensibilização de Professores e Directores de Escolas				
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2018	2019	2020	2021	2022
Percentagem de Professores do Ensino Secundário* capacitados em TICs	N.D.	-	15%	30%	50%	75%
Percentagem de Professores do Ensino Técnico Profissional* capacitados em TICs	N.D.	-	25%	50%	75%	100%
Percentagem de Directores de escolas do Ensino Secundário capacitados em TICs	N.D.	-	40%	60%	80%	100%
Percentagem de Directores de escolas do Ensino Técnico-Profissional capacitados em TICs	N.D.	-	50%	100%	100%	100%
Percentagem de Formandos dos IFPs capacitados em TICs	N.D.	-	50%	75%	100%	100%

* De acordo com os dados do Ministério da Educação – Levantamento Escolar de 3 de Março, actualmente existem 19.655 Professores do Ensino Secundário Geral, 659 Professores em Formação e 2.233 Professores do Ensino Técnico-Profissional.

Iniciativa	1.1.6. TICs na Alfabetização	
Descrição	<p>A integração das TICs nos programas de apoio à alfabetização de adultos tem vindo a decorrer no seguimento da anterior Política de Informática e respectiva Estratégia de Implementação.</p> <p>Para os próximos anos pretende-se dar continuidade a este projecto através da melhoria dos Centros de Alfabetização e Educação de Adultos, garantindo a sua evolução em termos de TICs, apetrechando estes Centros com os equipamentos básicos de apoio como um computador, projector e colunas.</p>	
Estado do Projecto	Em curso	
Principais Actividades		Resultados
<ol style="list-style-type: none"> Definir um plano de acção para a abertura de novos Centros de Alfabetização e Educação de Adultos, apetrechamento dos mesmos e dos já existentes (centros a equipar por ano, tipologia de equipamentos, etc.) Equipar os Centros de Alfabetização e Educação de Adultos com TICs para serem utilizados no processo de alfabetização tendo por base uma identificação clara das necessidades de cada centro e o estabelecimento de um plano de acção 		<ul style="list-style-type: none"> Centros de Alfabetização com Equipamentos TICs Currículos revistos Facilitadores capacitados

Iniciativa	1.1.6. TICs na Alfabetização					
3. Capacitar os facilitadores da alfabetização em TICs 4. Rever o currículo de Alfabetização e Educação de Adultos para permitir a inclusão das TICs enquanto ferramenta de ensino						
Calendarização	Concepção do plano de acção: 2017 Implementação: 2018 – 2021 (continua)					
Responsável	Entidades Envolvidas					
Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano	-					
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2018	2019	2020	2021	2022
Percentagem de Centros de Alfabetização e Educação de Adultos com equipamentos TICs	N.D.	-	-	5%	10%	15%
Percentagem de facilitadores capacitados em TICs	N.D.	-	-	5%	10%	20%

Iniciativa	1.1.7. Sistema Integrado de Gestão Escolar	
Descrição	<p>A presente iniciativa prevê a implementação do sistema de apoio à gestão administrativa e financeira das escolas, que promova a eficiência, transparência e celeridade dos processos, garantindo a integração com os restantes sistemas de informação do Ministério.</p> <p>A criação do sistema estava prevista no documento do Plano Tecnológico da Educação, tendo sido já desenhada uma primeira versão do mesmo, em fase de testes. Assim, no âmbito do presente Plano Operacional, pretende-se dar seguimento ao desenvolvimento de funcionalidades do sistema e a respectiva implementação nas escolas, massificando a sua utilização.</p>	
Estado do Projecto	Em curso	
Principais Actividades	Resultados	

Iniciativa		1.1.7. Sistema Integrado de Gestão Escolar				
<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolvimento do sistema e respectivos testes 2. Capacitação dos utilizadores chave do sistema 3. Implementação do piloto do sistema 4. Realização dos ajustes necessários ao sistema tendo em consideração o resultado do piloto 5. Desenho do plano de alargamento da implementação do sistema 6. Implementação do sistema nas demais unidades escolares 		<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de Gestão Escolar desenvolvido e em fase de implementação • Utilizadores do sistema capacitados; • Plano de alargamento do sistema desenhado. 				
Calendarização		Desenvolvimento do Sistema: 2017 – 2018 Implementação do sistema: 2019 – 2022 (continua)				
Responsável		Entidades Envolvidas				
Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano		-				
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2018	2019	2020	2021	2022
Grau de desenvolvimento do Sistema de Gestão Escolar	N.A.	40%	80%	100%	-	-
Percentagem de instituições de Ensino Secundário Geral com o Sistema de Gestão Escolar em funcionamento	N.A.	40%	60%	80%	90%	100%
Percentagem de instituições de Ensino Secundário Geral com o Sistema de Informação de Gestão Académica em funcionamento	N.A.	-	-	20%	40%	60%
Percentagem de instituições de Ensino e SDEJTs com o Sistema de Informação de Gestão para da Educação em funcionamento	N.A.	-	-	20%	50%	70%

Iniciativa		1.1.8. Sistema de Candidaturas ao Ensino Superior	
Descrição	No âmbito da melhoria da gestão escolar, será também desenvolvido um sistema comum a todas as instituições de ensino superior, com o intuito de facilitar, uniformizar e tornar mais célere o processo de candidaturas de alunos ao ensino superior. Actualmente, o processo tem uma reduzida componente tecnológica e é assumido internamente por cada instituição.		
Estado do Projecto	Esta é uma iniciativa proposta no âmbito do Plano Estratégico para a Sociedade da Informação e respectivo Plano Operacional		
Principais Actividades		Resultados	

Iniciativa	1.1.8. Sistema de Candidaturas ao Ensino Superior					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Levantamento do processo de candidaturas ao Ensino Superior junto das instituições e respectiva uniformização 2. Desenho conceptual do sistema e validação com as instituições de ensino superior 3. Desenvolvimento do Sistema 4. Capacitação dos Utilizadores 5. Teste do Sistema – fase piloto (pelo menos uma instituição por Província) 6. Implementação do sistema 	Sistema de Candidaturas ao Ensino Superior desenvolvido e implementado					
Calendarização	Concepção e Desenvolvimento: 2018 – 2019 Implementação do Sistema: 2020 – 2022 (continua)					
Responsável	Entidades Envolvidas					
Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional	Universidades e demais instituições de ensino superior					
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2018	2019	2020	2021	2022
Grau de desenvolvimento do Sistema de Candidaturas ao Ensino Superior	N.A.	-	50%	100%	-	-
Número de instituições do Ensino Superior* que utilizam o Sistema de Candidaturas ao Ensino Superior	N.A.	-	-	-	11	25
Percentagem de candidaturas recebidas através do Sistema de Candidaturas ao Ensino Superior	N.A.	-	-	-	5%	75%

* De acordo com os dados do Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional, existem 18 instituições de Ensino Superior públicas.

Iniciativa	1.1.9. Conteúdos Interactivos	
Descrição	<p>A iniciativa prevê o desenvolvimento de conteúdos digitais e interactivos de forma faseada nos diversos níveis de ensino, dando primazia ao Ensino à Distância e ao Ensino Secundário. Em termos de disciplinas, os conteúdos devem, numa fase inicial, estar associados às disciplinas nucleares como o português, matemática e ciências.</p> <p>A criação dos conteúdos interactivos deve estar em linha com as orientações do Plano Tecnológico da Educação.</p>	
Estado do Projecto	Em curso	
Principais Actividades	Resultados	

Iniciativa	1.1.9. Conteúdos Interactivos					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificação das disciplinas nucleares do ensino secundário geral, 1º e 2º ciclo e das matérias com maior relevância e concepção da estratégia de desenvolvimento de conteúdos interactivos 2. Desenvolver os conteúdos associados a estas matérias 3. Disponibilizar os conteúdos junto dos docentes e demais agentes educativos 4. Integrar os conteúdos no processo de formação de docentes 5. Definir o plano de desenvolvimento de conteúdos para as demais disciplinas do ESG 	<ul style="list-style-type: none"> • Conteúdos Interactivos Implementados nas disciplinas nucleares do Ensino Secundário Geral (ESG2 e ESG1) • Conteúdos integrados no processo de formação de docentes 					
Calendarização	Concepção da Estratégia: 2017 Criação de Conteúdos: 2018 – 2021 (continua)					
Responsável	Entidades Envolvidas					
Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional	Instituições de Ensino Superior com cursos de formação de docentes do ensino secundário Entidades que desenvolvemos actuais manuais escolares					
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2018	2019	2020	2021	2022
Número de disciplinas do Ensino Secundário (ESG1 e ESG2) com conteúdos interactivos	N.D.	-	-	-	12	12
Porcentagem de escolas do ensino secundário que utilizam conteúdos interactivos	N.D.	-	-	-	25%	75%

Iniciativa	1.1.10. Desenvolvimento de Política de TICs na Educação e Plano Director de Implementação					
Descrição	<p>Esta iniciativa visa o desenvolvimento de um documento orientador para a políticas de TICs na Educação e implementação do Plano Director.</p> <p>O documento cobrirá as seguintes áreas: Ambientes de aprendizagem seguros e baseados nas necessidades escolares, Conteúdos Digitais Acessíveis para todos dispositivos, Capacitar professores e gestores educacionais, Competências digitais dos estudantes e prática inovadores e de criatividade dos estudantes e de professores, Sistema de Informação e Gestão Para a Educação e Financiamento, monitoria e avaliação.</p>					
Estado do Projecto	<p>Esta é uma iniciativa surge no contexto da forte dinâmica do sector da educação que possibilitou o surgimento de novas tecnologias, trazendo consigo novas necessidades e desafios, fazendo com que o sector</p>					

Iniciativa	1.1.10. Desenvolvimento de Política de TICs na Educação e Plano Director de Implementação					
	desenvolvesse instrumentos orientadores para responder as novas exigências.					
Principais Actividades			Resultados			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolvimento de Política de TICs na Educação e Plano Director de Implementação 2. Submeter a proposta de Política de TICs na Educação e Plano Director de Implementação para aprovação ao nível do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano 3. Implementar e difundir a Política de TICs na Educação e Plano Director de Implementação junto dos vários intervenientes 4. Monitorizar a implementação da Política e do Plano Director 			Política e Plano Director de TICs na Educação, aprovada, financiada e implementada			
Calendarização	Concepção: 2018/19 Implementação: 2019 a 2024					
Responsável		Entidades Envolvidas				
Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano		Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional				
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2018	2019	2020	2021	2022
Política e Plano Director de TICs na Educação	N.A.	Sim	Idem	Idem	Idem	Idem

Iniciativa	1.1.11. Desenvolvimento de Estratégia de Modelos de e-Escolas
Descrição	Esta iniciativa visa o desenvolvimento de modelos de e-Escolas com o suporte em TICs a ser expandido por todo o país, com sistema de gestão de informação escolar funcional, gestores das escolas e professores formados no uso das TICs na pedagogia, conteúdos digitais e multimédia produzidos e desmembrados nas salas de aula, equipamento e conectividade para sala de aula, incluindo o processo de acompanhamento, monitoria e avaliação permanente.
Estado do Projecto	Esta é uma iniciativa surge no contexto da boa governação e novas dinâmicas pedagógicas na sala de aula.

Iniciativa	1.1.11. Desenvolvimento de Estratégia de Modelos de e-Escolas					
Principais Actividades			Resultados			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolvimento de estratégia e modelos de e-Escolas 2. Submeter a proposta de estratégia e modelo de e-Escolas para aprovação ao nível do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano 3. Implementar e difundir a estratégia junto das escolas 4. Monitorizar a implementação a estratégia 			Estratégia e modelo de e-Escolas aprovado, financiado e implementado			
Calendarização	Concepção: 2018/19 Implementação: 2019 a 2024					
Responsável		Entidades Envolvidas				
Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano		Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional				
Indicadores		Valor Base	Metas			
			2018	2019	2020	2021
Estratégia e Modelo de e-Escolas		N.A.	Sim	Idem	Idem	Idem

Iniciativa	1.2.1. Programa Nacional de e-Learning
Descrição	<p>A iniciativa visa o desenvolvimento de uma plataforma de <i>e-Learning</i> nacional, partilhada por todas as instituições de ensino. Para tal, é fundamental a criação de parcerias com instituições com experiência na implementação deste tipo de projectos em países com realidade similar, minimizando os constrangimentos que possam existir na sua implementação.</p> <p>Numa primeira fase será realizado um projecto-piloto com um curso de <i>e-Learning</i> de média duração. Após a avaliação deste processo de implementação irá evoluir-se para uma segunda fase em que gradualmente serão implementados vários cursos de formação.</p>

Estado do Projecto	Em curso					
Principais Actividades						Resultados
<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificação de parceiro para o desenvolvimento da plataforma 2. Desenho conceptual da plataforma 3. Desenvolvimento da plataforma e realização de testes 4. Capacitação dos principais agentes dinamizadores da plataforma 5. Implementação de um curso piloto através da plataforma 6. Campanhas de divulgação e sensibilização para a utilização da plataforma 7. Manutenção da plataforma em termos de acessibilidade e conteúdo 						<ul style="list-style-type: none"> • Plataforma de <i>e-Learning</i> desenvolvida • Implementação de um curso na plataforma • Campanhas de divulgação e sensibilização realizadas
Calendarização	Concepção e Desenvolvimento da Plataforma: 2018 – 2019 Implementação: 2020 – 2022 (continua)					
Responsável	Entidades Envolvidas					
Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano	Instituições de ensino superior e outras vocacionadas para a Administração Pública					
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2018	2019	2020	2021	2022
Número de cursos disponíveis online	N.D.	-	-	-	1	2
Plataforma melhorada para ESG 2º Ciclo online	N.D.	-	75%	100%	100%	100%
Percentagem de acesso à plataforma para o ESG 1º Ciclo online	N.D.	-	-	20%	50%	100%
Percentagem de instituições de ensino que utilizam a plataforma <i>e-Learning</i>	N.D.	-	-	-	5%	15%
Iniciativa	1.2.2. MoRENet					
Descrição	<p>A Rede de Educação e Pesquisa de Moçambique é um projecto que tem vindo a ser desenvolvido desde 2005, no âmbito da anterior Política de Informática e respectiva estratégia de implementação. Este consiste numa rede de comunicação de dados de âmbito nacional que interliga instituições académicas de ensino superior e de pesquisa.</p> <p>Após a fase de concepção e desenvolvimento da MoRENet, o seu objectivo prende-se agora com a ligação das instituições à rede.</p>					
Estado do Projecto	Em curso					

Principais Actividades		Resultados				
1. Continuar o processo de expansão da MoRENNet 2. Avaliar os impactos da implementação da MoRENNet		MoRENNet implementada em todas as instituições de ensino e pesquisa				
Calendarização	2018 – 2022					
Responsável	Entidades Envolvidas					
Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional	Instituições de Ensino Superior e de pesquisa					
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2018	2019	2020	2021	2022
Número de Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa ligadas à MoRENNet	82	85	90	95	100	105

Iniciativa	1.2.3. Parques de Ciência e Tecnologia
Descrição	<p>Os Parques de Ciência e Tecnologia consistem numa infra-estrutura de apoio para o estabelecimento e o desenvolvimento de empresas baseadas no conhecimento, localizadas num ambiente ligado a centros de investigação e tecnologia de excelência.</p> <p>Esta iniciativa visa tornar os Parques de Ciência e Tecnologia em centros de referência para a inovação e desenvolvimento tecnológico em Moçambique, através da formação em diferentes áreas relacionadas com as TICs.</p> <p>Adicionalmente, serão promovidos programas de inovação e investigação e desenvolvimento que consistem na disponibilização de bolsas de investigação científica para ideias de reconhecido mérito (inovações) ou para trabalhos de investigação que possam ser uma mais-valia para a sociedade.</p>
Estado do Projecto	Em curso
Principais Actividades	
Resultados	

Principais Actividades		Resultados				
<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar parcerias para a implementação da iniciativa 2. Desenhar os cursos a ministrar nos Parques de Ciência e Tecnologia 3. Capacitar técnica e pedagogicamente os formadores 4. Desenvolver campanha de divulgação dos cursos 5. Ministrar os cursos 6. Desenhar um programa para estímulo à inovação, pesquisa e desenvolvimento nos Parques de Ciência e Tecnologia 		<ul style="list-style-type: none"> • Parcerias Estabelecidas • Cursos de TICs desenhados e implementados • Formadores capacitados técnica e pedagogicamente • Inovação, pesquisa e desenvolvimento gerados • Programa de estímulo à inovação, pesquisa e desenvolvimento desenhado 				
Calendarização		<p>Concepção dos cursos: 2017 Implementação: 2018 Concepção do programa de inovação: 2018 Implementação do programa: 2019 – 2022</p>				
Responsável		Entidades Envolvidas				
Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional		Instituições de Ensino Superior e de pesquisa Sector Privado Organizações da Sociedade Civil				
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2019	2020	2021	2022
Número de cursos em TICs leccionados nos Parques de Ciência e Tecnologia	3	-	2	4	8	10
Número de graduados nos cursos de TICs leccionados nos Parques de Ciência e Tecnologia	N.D.	-	50	100	200	250
Grau de desenvolvimento do programa de estímulo à inovação, pesquisa e desenvolvimento	N.A.	-	100%	-	-	-
Número de projectos de inovação, pesquisa e desenvolvimento resultante do estabelecimento de Parques de Ciência e Tecnologia	N.D.	-	-	-	1	2
Número de projectos de investigação científica na área das TICs resultantes do estabelecimento de Parques de Ciência e Tecnologia	N.D.	-	-	1	2	3

Iniciativa	1.2.4. Campus Virtuais						
Descrição	<p>A criação de Campus Virtuais nas principais universidades em Moçambique visa suprir a actual inexistência de plataformas que possibilitam que a aprendizagem e partilha de conhecimento seja feita a qualquer hora e em qualquer lugar.</p> <p>Os Campus Virtuais consistem em plataformas digitais onde são disponibilizados conteúdos pedagógicos, serviços administrativos electrónicos das instituições de ensino e que servem para a partilha de informações de/entre docentes e estudantes.</p> <p>O principal objectivo deste projecto é o de usar as novas tecnologias para aceder a um conjunto de serviços e de informação que, de outra forma, apenas estariam disponíveis presencialmente. Para tal, é fundamental identificar uma instituição de ensino superior, que actue como líder deste processo, para garantir a salutar implementação do projecto, podendo posteriormente ser expandido para as demais instituições de ensino superior.</p>						
Estado do Projecto	Esta é uma iniciativa proposta no âmbito do Plano Estratégico para a Sociedade da Informação e respectivo Plano Operacional						
Principais Actividades			Resultados				
<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar entidade parceira 2. Desenhar o modelo conceptual do Campus Virtual 3. Desenvolver o Campus Virtual 4. Implementar o Campus Virtual na instituição piloto 5. Realizar eventos para divulgação do Campus Virtual 6. Implementar o Campus Virtual nas principais universidades 			<ul style="list-style-type: none"> • Campus Virtuais em funcionamento nas principais universidades do país 				
Calendarização	Concepção: 2021 (continua)						
Responsável			Entidades Envolvidas				
Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional			Sector Privado Instituições de Ensino / Formação Profissional				
Indicadores			Valor Base				
			Metas				
			2017	2018	2019	2020	2021
Grau de desenvolvimento do Campus Virtual			N.A.	-	-	-	25%

Iniciativa	1.2.5. Portal do Conhecimento						
Descrição	<p>A presente iniciativa visa a criação de um Portal que integra o acesso a diversas bibliotecas especializadas (nacionais e internacionais) e portais académicos e científicos, actuando como repositório de informação científica, tendo por base a utilização de dados abertos (<i>open data</i>).</p> <p>O desenvolvimento do portal envolve a descrição, catalogação, indexação bibliográfica e carregamento em bases de dados on-line, sendo crítico garantir a sua manutenção em termos de conteúdos.</p>						
Estado do Projecto	Esta é uma iniciativa proposta no âmbito do Plano Estratégico para a Sociedade da Informação e respectivo Plano Operacional						
Principais Actividades			Resultados				
<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenhar conceptualmente o portal, em termos de estrutura e modelo de negócio 2. Identificar parcerias para desenvolvimento e actualização dos conteúdos 3. Desenvolver tecnologicamente o portal 4. Realizar campanhas de divulgação do portal nos principais meios de comunicação, com foco no digital 5. Actualizar regularmente os conteúdos, conforme modelo pré-estabelecido em termos conceptuais 			Portal do Conhecimento Implementado				
Calendarização	Concepção e Desenvolvimento: 2019 – 2020 Implementação: 2021 (continua)						
Responsável		Entidades Envolvidas					
Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional		Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento Nacionais e Internacionais Instituições de Ensino Superior Nacionais e Internacionais					
Indicadores		Valor Base	Metas				
			2017	2018	2019	2020	2021
Grau de Desenvolvimento do Portal		N.A.	-	-	50%	100%	-

Iniciativa	1.3.1. Programa de Capacitação de Funcionários Públicos
Descrição	Este programa visa a capacitação gradual dos funcionários públicos em competências para a utilização das TICs básicas e avançadas. Envolver também a promoção da importância destas tecnologias na realização das actividades diárias das instituições, a todos os níveis, através de programas de

Iniciativa	1.3.1. Programa de Capacitação de Funcionários Públicos					
	sensibilização que incluem as lideranças da Administração Pública.					
Estado do Projecto	Em curso					
Principais Actividades			Resultados			
<ol style="list-style-type: none"> Desenvolver um Programa de Capacitação abrangente que englobe todos os funcionários da AP, de modo a dotá-los com as competências necessárias em TICs Implementar o Programa de Capacitação de Funcionários Públicos recorrendo às entidades de formação existentes a nível central, provincial e distrital, nomeadamente nas representações do MCTESTP, do MINEDH, Parques de Ciência e Tecnologia e outros organismos públicos Promover a utilização da comunicação electrónica Desenvolver e implementar programas de sensibilização sobre o uso das TICs para melhorar a eficácia e eficiência no trabalho 			<ul style="list-style-type: none"> Funcionários da Administração Pública capacitados em TICs Redução do tempo de execução dos processos nas instituições Funcionários e dirigentes sensibilizados 			
Calendarização	Concepção: 2017 Implementação: 2018 – 2021 (continua)					
Responsável			Entidades Envolvidas			
Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional			Ministério da Administração Estatal e Função Pública Instituições públicas e privadas que oferecem cursos em TICs de curta duração			
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2018	2019	2020	2021	2022
Percentagem de funcionários públicos formados no âmbito do Programa de Capacitação de Funcionários Públicos	N.A.	-	5%	10%	15%	20%

Iniciativa	1.3.2. Alfabetização Digital
Descrição	O programa de Alfabetização Digital tem como objectivo dotar o cidadão com competências básicas em TICs, de forma gratuita, promovendo a inclusão digital da população no acesso à informação e aos serviços electrónicos do Estado. Para a implementação desta iniciativa devem ser usadas infra-estruturas, equipamentos e formadores de instituições que operam nesta área, tais como os CMCs, CPEDs, Vilas do Milénio, entre outras.
Estado do Projecto	Em curso

Iniciativa		1.3.2. Alfabetização Digital				
Principais Actividades		Resultados				
1. Desenvolver um programa de capacitação básica em TICs para o cidadão, em ferramentas de comunicação e de produtividade a ser disponibilizado gratuitamente 2. Coordenar a implementação do programa com as diferentes instituições onde serão ministradas as formações 3. Implementar o programa de forma faseada, abrangendo o maior número de cidadãos possível, assegurando as condições adequadas para manter a qualidade do ensino		<ul style="list-style-type: none"> Programa de Alfabetização Digital desenvolvido e implementado Aumento do número de cidadãos capacitados na utilização de TICs 				
Calendarização		Concepção: 2017 Implementação: 2018 – 2022 (continua)				
Responsável		Entidades Envolvidas				
Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional		Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano				
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Número de cidadãos formados no âmbito do Programa de Alfabetização Digital	N.A.	-	1.000	5.000	13.000	20.000



As iniciativas estratégicas definidas no Plano Estratégico para a Sociedade de Informação para a concretização deste eixo são as seguintes:

2.1. Prestação de Cuidados Preventivos e Promotivos

- 2.1.1. Sistema de Monitoria da Saúde e seus Determinantes
- 2.1.2. Plataformas de Interação em Saúde

2.2. Prestação de cuidados Curativos

- 2.2.1. Número Único de Identificação do Paciente
- 2.2.2. Sistema Electrónico de Gestão das Unidades Sanitárias
- 2.2.3. Sistema Electrónico de Seguimento do Paciente Saúde

2.3. Controlo e Logística em Saúde

2.3.1. Controlo de Medicamentos e Outros Produtos Sanitários

2.3.2. Logística Farmacêutica

2.3.3. Logística Hospitalar

2.4. Formação em Saúde baseada em TIC

2.4.1. TeleSaúde

2.5. Políticas

2.5.1. Política de Informação para Saúde

2.6. Infra-estruturas das TIC na Saúde

2.6.1. Rede Local nas Unidades Sanitárias

2.6.2. Espinha Dorsal da Rede Privativa do Sistema Nacional da Saúde

2.6.3. Repositório das Unidades Sanitárias, Sedes Distritais, Provinciais e MISAU

Iniciativa	2.1.1. Sistema de Monitoria da Saúde e seus Determinantes
Descrição	<p>A presente iniciativa visa a criação de uma unidade móvel para a deslocação de especialistas a populações com difícil acesso a unidades de saúde, utilizando ferramentas TICs no apoio à realização de diagnósticos na hora, assim como na ligação a hospitais centrais.</p> <p>Estas unidades móveis deverão estar equipadas com materiais básicos para diagnóstico, medicamentos e estar conectadas com hospitais centrais, para que diagnósticos mais complexos possam ser efectuados com a participação de médicos especializados, limitando a deslocação do paciente às unidades de saúde.</p> <p>Para além da componente de diagnóstico, as unidades móveis podem assumir um papel fundamental na implementação de campanhas de vacinação e na disseminação de informação preventiva junto das comunidades.</p>
Estado do Projecto	Esta é uma iniciativa proposta no âmbito do Plano Estratégico para a Sociedade da Informação e respectivo Plano Operacional

Principais Actividades		Resultados				
<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenhar conceptualmente as plataformas dos Observatórios, em termos de estrutura e modelo de negócio 2. Identificar parcerias para desenvolvimento e actualização dos conteúdos 3. Desenvolver tecnologicamente os portais 4. Realizar campanhas de divulgação dos portais nos principais meios de comunicação, com foco no digital 5. Actualizar regularmente os conteúdos, conforme modelo pré-estabelecido em termos conceptuais 		Observatório Nacional de Saúde e o Observatório de Recursos Humanos funcionais				
Calendarização	Concepção: 2017 – 2018 Implementação: 2019 – 2021 (continua)					
Responsável	Entidades Envolvidas					
Ministério da Saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento Nacionais e Internacionais • Instituições de Ensino Superior Nacionais e Internacionais 					
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Grau de desenvolvimento das plataformas dos observatórios	N.A.	-	-	-	50%	100%

Iniciativa	2.1.2. Plataformas de Interação em Saúde				
Descrição	Criação de uma plataforma electrónica onde é disponibilizada informação sobre cuidados básicos de saúde para a população e que permita a sua interação com profissionais de saúde em tempo real.				
Estado do Projecto	Em curso				
Principais Actividades		Resultados			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar parcerias para desenvolvimento e actualização dos conteúdos 2. Inovar tecnologicamente os sistemas existentes 3. Realizar campanhas de divulgação nos principais meios de comunicação, com foco no digital 		Plataformas de Saúde desenvolvidas e funcionais			
Calendarização	Concepção e desenvolvimento: 2017 – 2019 Implementação: 2019 – 2021 (continua)				

Responsável	Entidades Envolvidas					
Ministério da Saúde	Empresas de comunicações, publicidade e media					
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Número de novas plataformas	2	-	-	-	1	-

Iniciativa	2.2.1. Numero Único de Identificação do Doente (BI, NUIC) no Serviço Nacional de Saúde					
Descrição	Adopção do Número Único de Identificação do Doente para facilitar o seguimento do paciente em todas as situações de saúde no Serviço Nacional de Saúde (SNS).					
Estado do Projecto	Concepção: 2019 Implementação: 2020 - 2021 (continuado)					
Principais Actividades			Resultados			
<ol style="list-style-type: none"> Desenvolver o sistema electrónico de gestão Identificar unidades de saúde para a implementação do piloto Avaliar o piloto e definir modelo de expansão Capacitar os utilizadores Implementação 			Número Único de Identificação do Doente adoptado			
Calendarização	Concepção: 2019 Implementação: 2020 (continua)					
Responsável		Entidades Envolvidas				
Ministério da Saúde		MINT, MINJACR				
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Percentagem de Unidades de Saúde que implementam o Número Único de Identificação do Doente	0	-	-	-	40%	100%

Iniciativa	2.2.2. Sistema Electrónico de Gestão da Unidade Sanitária				
Descrição	Desenvolvimento e implementação do sistema electrónico de gestão de Unidade de Saúde que permita o registo dos cuidados e serviços prestados,				

	para o controlo de recursos humanos, financeiros e materiais.						
Estado do Projecto	Em curso						
Principais Actividades			Resultados				
<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolver o sistema electrónico de gestão 2. Identificar unidades de saúde para a implementação do piloto 3. Adquirir equipamento 4. Criar condições de infra-estrutura e conectividade nas unidades piloto 5. Avaliar o piloto e definir modelo de expansão 6. Capacitar os utilizadores 			Sistema de Gestão concebido e funcional nas Unidades de Saúde				
Calendarização	Concepção: 2018 - 2019 Implementação: 2019 – 2021 (continua)						
Responsável		Entidades Envolvidas					
Ministério da Saúde		<ul style="list-style-type: none"> • Instituições de Ensino Superior nacionais e internacionais • Ministérios 					
Indicadores		Valor Base	Metas				
			2017	2018	2019	2020	2021
Número de Unidades de Saúde com o Sistema de Gestão da Unidade Sanitária implementado		0	-	-	2	2	2

Iniciativa	2.2.3. Sistema Electrónico de Seguimento do Paciente					
Descrição	Desenvolvimento e implementação do sistema de registo electrónico de pacientes que permita a gestão da ficha clínica do paciente e contínuo de cuidado (durante a sua vida), em qualquer unidade de saúde do país.					
Estado do Projecto	Em curso					
Principais Actividades			Resultados			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolver o sistema electrónico de seguimento do paciente 2. Identificar unidades de saúde para a implementação do piloto 3. Criar condições de infraestrutura e conectividade nas unidades piloto 4. Avaliar o piloto e definir modelo de expansão 5. Capacitar os utilizadores 6. Implementar 			SESP desenvolvido e em implementação nas unidades sanitárias do país			
Calendarização	Concepção: 2018					

Iniciativa	2.2.3. Sistema Electrónico de Seguimento do Paciente					
	Desenvolvimento: 2019 Implementação: 2020 – 2021 (continua)					
Responsável	Entidades Envolvidas					
Ministério da Saúde						
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Número de Unidades de Saúde com o Sistema de seguimento de paciente na Unidade Sanitária implementada	0	-	-	-	6	46

Iniciativa	2.3.1. Controlo de Medicamentos e Outros Produtos de Sanitários					
Descrição	Criação de um Sistema de Informação integrado para reforço do controlo da eficácia, eficiência e qualidade do medicamento no sistema de saúde público e privado (Lei n. 12/2017, Decreto Lei n. 21/99, etc).					
Estado do Projecto	Concepção: 2019 Implementação: 2020 (continua)					
Principais Actividades			Resultados			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenhar o modelo de indicadores, periodicidade de recolha e intervenientes no processo 2. Desenhar conceptualmente o sistema 3. Desenvolver o sistema 4. Criar condições de conectividade, acesso e difusão junto dos utilizadores do sistema 5. Capacitar os utilizadores 6. Implementar o Sistema 			Sistema de Informação integrado funcional			
Calendarização	Concepção: 2018 Implementação: 2020 (continua)					
Responsável	Entidades Envolvidas					
Ministério da Saúde	MEF (Alfandegas)					
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Número de Sistemas de Informação Integrados implementados	0	-	-	-	1	-

Iniciativa	2.1.3.2. Logística Farmacêutica							
Descrição	Desenvolvimento e implementação do sistema de informação integrada para gestão logística de medicamentos e artigos médicos que possibilite o registo de transações, recolha de dados de consumo e visibilidade de informação desde o nível central, armazéns intermediários até as unidades sanitárias. Um sistema que vai permitir a rastreabilidade de produtos ao longo da cadeia de abastecimento.							
Estado do Projecto	Esta é uma iniciativa proposta no âmbito do Plano Estratégico para a Sociedade da Informação e respectivo Plano Operacional							
Principais Actividades			Resultados					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenhar conceptualmente os sistemas 2. Desenvolver os sistemas 3. Criar condições de conectividade junto dos utilizadores do sistema 4. Capacitar os utilizadores 5. Implementar os Sistemas 6. Desenhar o modelo de indicadores, periodicidade de recolha e intervenientes no processo 7. Interoperabilidade entre os sistemas de gestão de logística farmacêutica em todos níveis da cadeia 			Gestão integrada e visibilidade dos dados de consumo da cadeia de abastecimento farmacêutica.					
Calendarização	Concepção e desenvolvimento: 2019 – 2020 Implementação: 2021 (continua)							
Responsável			Entidades Envolvidas					
Ministério da Saúde			CMAM					
Indicadores			Valor Base	Metas				
				2017	2018	2019	2020	2021
Percentagem de Unidades de Saúde com o Sistema de logística farmacêutica implementada			N.A.	-	-	-	20%	50%

Iniciativa	2.1.3.3. Logística Hospitalar						
Descrição	Criação de um Sistema de Informação integrado de Logística Hospitalar (Material Médico Cirúrgico, Equipamento Hospitalar, Ambulâncias), interligando os vários Centros de Abastecimentos das Províncias e dos Hospitais Centrais com o Centro de Abastecimentos do nível central para permitir o rastreamento e disponibilidade dos recursos alocados aos vários níveis.						
Estado do Projecto	Em curso						
Principais Actividades			Resultados				
<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenhar conceptualmente o sistema (inclusão de outros níveis) 2. Desenvolver o sistema 3. Adquirir equipamento informático 4. Capacitar os utilizadores 5. Implementar o Sistema 			Sistema de Informação Integrado de Logística Hospitalar implementado em todo o país.				
Calendarização	Concepção e Desenvolvimento do Sistema de Informação Integrado de Logística: 2018 – 2019 Implementação: 2019 – 2021 (continua)						
Responsável			Entidades Envolvidas				
Ministério da Saúde			-				
Indicadores	Valor Base	Metas					
		2017	2018	2019	2020	2021	
Número de Centros de Abastecimentos Provinciais e Hospitais Centrais com o Sistema de Logística Hospitalar implementado		0	-	-	4	8	5

Iniciativa	2.4.1. TeleSaúde					
Descrição	Capacitação dos funcionários do sector da saúde através do uso das TICs disponíveis, com o intuito de promover a eficiência e celeridade dos processos nas unidades de saúde do país e inclusão nos currícula da formação do pessoal de saúde, usando a TeleSaúde (formação continua dos profissionais de saúde à distância), a Telemedicina (para facilitar a interconsulta entre clínicos e especialistas no atendimento médico de pacientes à distância) através de TeleConsultoria (discussão de casos clínicos à distância entre clínicos nacionais e internacionais), Teleducação, TeleGestão, para melhoria da qualidade do atendimento e redução de custos para os utentes e sector da saúde.					
Estado do Projecto	Em curso					

Iniciativa	2.4.1. TeleSaúde					
Principais Actividades			Resultados			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Formar os funcionários do sector da saúde em TICs em termos de objectivos, conteúdos e modelo de funcionamento para TeleSaúde, Telemedicina, TeleConsultoria, Teleducação, etc. 2. Aquisição e instalação de equipamento 3. Expansão dos locais de implementação 4. Implementar o programa, de modo gradual 5. Avaliar a implementação do programa 			<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de TeleSaúde expandido e funcional 			
Calendarização	Concepção: 2019 Implementação: 2020 – 2021 (continua)					
Responsável			Entidades Envolvidas			
Ministério da Saúde			-			
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Número de províncias com TeleSaúde	5	-	5	-	6	-
Número de Hospitais Centrais com TeleMedicina	0	-	-	-	2	2

Iniciativa	2.5.1. Política de Informação para Saúde					
Descrição	Consiste no desenvolvimento de um documento orientador para a criação de meios de regulamentação e de supervisão no âmbito da informação para a saúde. O documento irá servir de base para actuação dos intervenientes na saúde no concerne à protecção de informação de saúde em especial do utente. A política de Informação para Saúde deverá ser alinhada com a Política para a Sociedade da Informação e outras políticas de TIC's e leis em vigor no país.					
Estado do Projecto	Em curso					
Principais Actividades			Resultados			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Mapear os dados e informação recolhida, processada e divulgada no sector da saúde e respectivos instrumentos 2. Consulta da legislação vigente 3. Criação de normas e/ou regulamentos para o acesso e uso de informação de saúde 			Política de Informação do sector implementada			
Calendarização	Concepção: 2019					

Iniciativa	2.5.1. Política de Informação para Saúde					
	Implementação: 2020 (continua)					
Responsável	Entidades Envolvidas					
Ministério da Saúde	INTIC, INAGE					
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Política desenvolvida e implementada	N.A.	-	-	-	1	-

Iniciativa	2.6.1 Rede Local nas Unidades Sanitárias					
Descrição	Instalação de equipamentos e rede informática nas Unidades de Saúde para partilha e acesso a recursos e informação da Rede de Saúde.					
Estado do Projecto	Em curso					
Principais Actividades			Resultados			
1. Definição de infra-estrutura padrão base para as Unidades de Saúde de acordo com o seu nível e serviços prestados			Rede local instalada nas Unidades de Saúde			
2. Implementação						
Calendarização	Concepção: 2020 Implementação: 2020 (continua)					
Responsável	Entidades Envolvidas					
Ministério da Saúde	-					
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Número de Unidades de Saúde com rede informática	2	-	-	-	2	2

Iniciativa	2.6.2 Espinha Dorsal da Rede Privada do Sistema Nacional de Saúde				
Descrição	Implementação de infra-estrutura de comunicações interligando as Unidades de Saúde baseada na rede GovNet.				

Estado do Projecto	Por iniciar					
Principais Actividades			Resultados			
1. Concepção da Arquitectura e Infra-estrutura de Saúde na rede GovNet 2. Implementação			Espinha Dorsal da Rede Privada do Sistema Nacional de Saúde concebida e implementada			
Calendarização	Concepção: 2020 Implementação: 2021 (continua)					
Responsável		Entidades Envolvidas				
Ministério da Saúde		INAGE				
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Número de Unidades de Saúde ligadas à espinha dorsal		0	-	-	-	4

Iniciativa	2.1.6.3 Repositórios das Unidades Sanitárias, Provinciais e MISAU					
Descrição	Instalação de equipamentos e condições ambientais para o funcionamento de repositórios das Unidades de Saúde Provinciais e de nível Central.					
Estado do Projecto	Em curso					
Principais Actividades			Resultados			
4. Mapeamento das necessidades 5. Implementação			Repositórios criados nas Unidades de Saúde Provinciais e de nível central			
Calendarização	Concepção: 2020 Implementação: 2021 (continua)					
Responsável		Entidades Envolvidas				
Ministério da Saúde		INAGE				
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Número de Unidades de Saúde Provinciais e de nível central com Repositórios funcionantes		3	-	-	-	3



EIXO ESTRATÉGICO

3. AGRICULTURA, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL

No âmbito do Plano Estratégico para a Sociedade da Informação, estão previstas as seguintes iniciativas para o quarto eixo estratégico:

3.1. Sector Agrário

- 3.1.1. Sistema de Informação de Mercados Agrários (SIMA)
- 3.1.2. Portal do Produtor Agrário
- 3.1.3. Registo de Produtores e Plantações de Cajueiros
- 3.1.4. Sistema de Emissão de Licenças e Certificados sanitários e Fitossanitários
- 3.1.5. Sistema de Aviso Prévio
- 3.1.6. Sistema de Mapeamento de Pragas e Doenças
- 3.1.7. Sistema de Registo de Medicamentos Veterinários
- 3.1.8. Sistema de Registo de Marca de Identificação de Gado
- 3.1.9. Sistema de Recolha e Análise de Dados de Extensão (SIRADE)
- 3.1.10. Sistema Nacional de Informação sobre Irrigação (SINIR)
- 3.1.11. Registo de Variedades de Plantas e Certificação de Sementes
- 3.1.12. Registo de Empresas e Áreas de Plantações Florestais

3.2. Mar, Pescas e Aquacultura

- 3.2.1. Sistema de informação integrada do Mar, Águas Interiores e Pescas
- 3.2.2. Sistema de monitorização da actividade de pesca
- 3.2.3. Portal do Sector do Mar, Águas Interiores e Pescas
- 3.2.4. Sistema de gestão e ordenamento do espaço marítimo
- 3.2.5. Plataforma online de registo de intervenientes da cadeia de valor da pesca e aquacultura
- 3.2.6. Sistema de fiscalização do mar, pesca e aquacultura

3.2.7. Sistema de monitorização de embarcações (VMS)

3.2.8. Sistema (Móvel) de Recolha de Dados de Raia e Tubarão

3.2.9. Sistema de informação e gestão de recursos marinhos

3.2.10. Sistema de comunicação

3.2.11. Sistema de Certificação Digital (JUE)

3.3. Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural

3.3.1. Sistema de Gestão de Informação sobre Terras (SiGIT)

3.3.2. Sistema de Informação Ambiental

3.3.2.1. Sistema de Gestão de Licenciamento Ambiental (SiGLA)

3.3.2.2. Sistema de Informação Florestal

Iniciativa	3.1.1. Sistema de Informação de Mercados Agrários (SIMA)					
Descrição	Criação de um portal online, com suporte em plataformas multicanal, que permite o acesso de informação de mercados agrários e interacção entre os produtores e comerciantes de produtos agrários, promovendo a realização de feiras.					
Estado do Projecto	Em curso					
Principais Actividades			Resultados			
1. Desenho Conceptual do Portal do SIMA 2. Desenvolvimento de Portal adoptável a diferentes plataformas 3. Capacitação de técnicos 4. Realização de campanhas de sensibilização sobre o uso do SIMA			Portal desenvolvido e Implementado			
Calendarização	Concepção: 2019 – 2020 Implementação: 2023 (continua)					
Responsável			Entidades Envolvidas			
Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar			Rádios Comunitárias			
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2019	2020	2021	2022	2023
Distritos com mercados monitorados pelo SIMA		061	061	073	088	105

Indicadores	Valor Base	Metas				
		2019	2020	2021	2022	2023
Rádios comunitárias que difundem a informação de mercados agrários		000	011	016	024	036
Utentes que solicitam a informação específica do SIMA		244	268	295	325	358
Produtores que fornecem a informação sobre o preço ao produtor		033	040	048	058	070
Comerciantes que fornecem a informação sobre o preço ao grossista		024	029	035	042	050
Comerciantes que fornecem a informação sobre o preço ao retalhista		183	183	219	264	315
Distritos que fornecem a informação sobre a disponibilidade de produtos		024	029	035	042	050

Iniciativa	3.1.2. Portal do Produtor Agrário	
Descrição	<p>Criação de uma plataforma online, com suporte em plataformas multicanal, na qual são disponibilizadas informações úteis para a prática da agricultura e pecuária em Moçambique, nomeadamente sobre métodos produtivos, preços de produtos, gestão de desastres naturais, entre outros aspectos, servindo ainda como repositório de dados estatísticos sobre este sector.</p> <p>A partilha de informação com os utilizadores deverá ser disponibilizada, para além do website, através de serviços de mensagem (SMS), email e vídeo ou áudio nas principais línguas nacionais.</p>	
Estado do Projecto	Esta é uma iniciativa proposta no âmbito do Plano Estratégico para a Sociedade da Informação e respectivo Plano Operacional	
Principais Actividades		Resultados
<ol style="list-style-type: none"> Desenhar conceptualmente o Portal do Agricultor Desenvolver o portal em diferentes plataformas Realizar campanhas de sensibilização para a utilização do portal 		Portal do Agricultor desenvolvido e implementado
Calendarização	Concepção e Desenvolvimento: 2019 – 2020 Implementação: 2023 (continua)	
Responsável	Entidades Envolvidas	
Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar	Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional	

Indicadores	Valor Base	Metas				
		2019	2020	2021	2022	2023
Grau de desenvolvimento do Portal do Agricultor	N.A.	-	-	50%	100%	-
Número de visitantes do Portal do Agricultor	N.A.	-	-	-	-	100.000

Iniciativa	3.1.3. Plataforma de Registo de Produtores e de Plantações de Cajueiros	
Descrição	A Plataforma de Registo de Produtores e de Plantações de Cajueiros é uma interface electrónica desenvolvida com o objectivo de aprimorar o sistema de colecta de dados e comunicação em extensão de forma efectiva e sustentável. Além do cadastro de produtores, a plataforma permite o registo de suas plantações, georreferenciamento, auditoria (mapeamento) de áreas de plantio, assistência técnica, e monitoria e avaliação ao nível sectorial, em tempo real e de forma integrada	
Estado do Projecto	Em curso	
Principais Actividades	Resultados	
1. Implementar o módulo de monitoria da distribuição e plantio de mudas 2. Implementar o módulo de informação climática 3. Treinamento e reciclagem de usuários (Gestores da Plataforma, Supervisores Provinciais e Extensionistas). 4. Divulgação e/ou Promoção das Ppotencialidades da Plataforma a todos os níveis	Módulos de Monitoria da distribuição e plantio de mudas e informação climática desenvolvido e implementados	
Calendarização	Desenvolvimento e Implementação: 2018-2019	
Responsável	Entidades Envolvidas	
Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar		

Indicadores	Valor Base	Metas				
		19	2021	2022	2022	2023
Usuários Treinados		97	97	100	100	100
Produtores Registrados		50.000	50.000	5.000	50.000	50.000
Plantações Registradas	N.A.	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000
Georreferenciamento e auditoria de áreas			40.000	70.000	70.000	70.000

Iniciativa	3.1.4. Sistema e Emissão de Licenças e Certificados Sanitários e Fitossanitários					
Descrição	É um sistema que permite a emissão de licenças de importação e certificados de exportação de forma simplificada e célere evitando a sua falsificação e garantir a observância das normas sanitárias e fitossanitárias, com vista ao acesso dos produtos nacionais aos diversos mercados internacionais.					
Estado do Projecto	Na fase piloto					
Principais Actividades			Resultados			
1. Realizar o desenho conceptual do Sistema 2. Desenvolver o Sistema 3. Armazenar os dados do sistema no Centro de Dados do Governo 4. Implementar o Sistema de Emissão de Licenças e Certificados Sanitários e Fitossanitários nas DPASA 5. Capacitar os funcionários para a utilização do Sistema 6. Integração com a Janela Única Electrónica (JUE)			Sistema de Emissão de Licenças e Certificados Sanitários e Fitossanitários Implementado e Integrado na JUE			
Calendarização	2018 - 2019					
Responsável	Entidades Envolvidas					
Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar	MCNET					
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Tempo de emissão de Licença de Importação	15	15	15	5	2	2
Tempo de emissão de Certificado Exportação	15	15	15	5	2	2

Iniciativa	3.1.5. Sistema de Aviso Prévio					
Descrição	Plataforma que permite produzir e disseminar informação agro-climática através de alerta e aviso prévio para a segurança alimentar e monitoria do desenvolvimento de culturas e prognóstico de colheitas					
Estado do Projecto	Em curso					
Principais Actividades			Resultados			
1. Realizar o desenho dos Termos de Referência de Sistema de Aviso Prévio 2. Aquisição do Sistema Aviso Prévio 3. Instalação da Infra-estrutura para a Implementação do Sistema de Aviso Prévio 4. Implementar o Sistema de Aviso Prévio 5. Capacitar os funcionários para a utilização do Sistema de Aviso Prévio 6. Desenvolver um portal online onde são disponibilizadas as disseminar informação agro-climática e prognósticos de colheitas e outras informações úteis ao produtor			Implementado o sistema de aviso prévio e disseminar informação agro-climática através de alerta e aviso prévio para a segurança alimentar e monitoria do desenvolvimento de culturas e prognóstico de colheitas			
Calendarização	2019-2020					
Responsável		Entidades Envolvidas				
Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar		Instituto Nacional de Meteorologia				
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2019	2020	2021	2022	2023
Locais de colecta de informação agro-climática	15	15	15	120	150	150
Disseminar informação agro-climática	NA	2000	2000	5000		
Precisão de imagem Satélite	NA	5 Km	5Km	1Km	1Km	1Km

Iniciativa	3.1.6. Sistema de Mapeamento de Pragas e Doenças
Descrição	Plataforma electrónica que visa disponibilizar informação sobre a incidência de pragas e doenças de origem animal e vegetal.
Estado do Projecto	Esta é uma iniciativa proposta no âmbito do Plano Estratégico para a Sociedade da Informação e respectivo Plano Operacional

Principais Actividades		Resultados				
1. Realizar o desenho conceptual do Sistema de Mapeamento de Pragas e Doenças 2. Desenvolver o Sistema Mapeamento de Pragas e Doenças 3. Instalação da Infra-estrutura para a Implementação do Sistema de Mapeamento de Pragas e Doenças 4. Implementar o Sistema de Mapeamento de Pragas e Doenças 5. Capacitar os funcionários, produtores e extencionistas para a registo de dados 6. Desenvolver um portal online onde são disponibilizadas as disseminar informação 7. Disponibilizar o sistema em plataformas móveis		Plataforma Implementada e Operacional				
Calendarização	2019 - 2021					
Responsável		Entidades Envolvidas				
Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar						
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2019	2020	2021	2022	2023
Doenças de origem animal mapeadas	N.A	-	-	25%	50%	100%
Pragas de origem vegetal mapeadas	N.A	-	-	225%	50%	100%
Cobertura geográfica	N.A	-	-	25%	50%	70%

Iniciativa	3.1.7. Sistema de Registo de Medicamentos Veterinários (MedVed)					
Descrição	Possibilita o registo de medicamentos e imunológicos veterinários de forma informatizada; Possibilita a submissão electrónica dos dados inerentes aos medicamentos: Facilita a leitura e avaliação dos dossiês submetidos					
Estado do Projecto	Concluído					
Principais Actividades		Resultados				
Desenho do projecto em coordenação com os técnicos da DINAV e sucessivas formações com os técnicos das entidades que importam e comercializam estes produtos		Assegurar a introdução no mercado Moçambicano de medicamentos seguros eficazes e de qualidade				

Iniciativa	3.1.7. Sistema de Registo de Medicamentos Veterinários (MedVed)					
Calendarização	2016- 2018					
Responsável	Entidades Envolvidas					
Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar						
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2019	2020	2021	2022	2023
Processos submetidos			50	75	100	125
Processos analisados			40	60	80	100
Certificados de registo de medicamentos emitidos			25	50	75	100

Iniciativa	3.1.8. Sistema de Registo de Marca de Identificação de Gado					
Descrição	Sistema que visa o registo e a emissão de certificados com marca de identificação de gado de modo a assegurar o controlo de doenças, evitar roubos e prevenir conflitos entre os proprietários e criadores.					
Estado do Projecto	Em curso					
Principais Actividades			Resultados			
1. Revisão do Regulamento de Registo Marcação de Gado 2. Conversão do sistema para funcionamento online 3. Capacitação dos utilizadores (DPAZA, SDAE)			Sistema disponível para todas direcções provinciais (DPAZA) e Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE)			
Calendarização	2018-2019					
Responsável	Entidades Envolvidas					
Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar						
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Celeridade na emissão dos certificados (dias)		8	8	4	4	4

Iniciativa	3.1.9. Sistema de Recolha e Análise de Dados de Extensão (SIRADE)					
Descrição	O sistema de recolha e análise de dados que se caracteriza pela diversidade de fontes, de agentes de extensão e de instrumentos de recolha, mas esses dados são armazenados, recuperados e manipulados sob uma única forma, a digita (versa para as tecnologias disseminadas). O SIRADE disponibilizará dados sobre a extensão agrária em Moçambique, apresentando referências para a compreensão dessas actividades e subsidiando os processos de decisão da do MASA, organizações não-governamentais (ONG's) e empresas privadas.					
Estado do Projecto	Em curso					
Principais Actividades			Resultados			
1. Redesenho da plataforma local SMEA de modo a que possa estar acessível via WEB remotamente 2. Implementação de perfis hierárquicos de validação e autenticação 3. Implementação de módulos de segurança e auditoria 4. Consultoria no desenho da infraestrutura de apoio			Sistema online e funcional			
			2019-2021			
Responsável		Entidades Envolvidas				
Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar						
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2019	2020	2021	2022	2023
Distritos abrangidos pelo sistema	28	34	42	42		
Distritos com dados no sistema	28	34	42	42		
Extensionistas usando sistema	385	420	480	510		
Produtores assistidos	200000	200000	200000	200000		
Associações assistidas	770	840	960	1020		

Iniciativa	3.1.10. Sistema Nacional de Informação sobre Irrigação (SINIR)					
Descrição	O Sistema Nacional de Informação Sobre Irrigação é um, plataforma electrónica de colecta, armazenamento e visualização de informação georreferenciada ou não da agricultura irrigada no país. Desenvolvida com o objectivo de facilitar o armazenamento de dados, disponibilização e ou visualização de informação relevante em tempo real da agricultura irrigada praticada em Moçambique, a plataforma estará aberta para o público e irá fornecer informações do potencial irrigável, regadios existentes e suas características, produção e produtividade, entre outros aspectos.					
Estado do Projecto						
Principais Actividades			Resultados			
1. Desenho conceptual 2. Desenvolver o portal em diferentes plataformas 3. Realizar campanhas de sensibilização para a utilização do portal			Plataforma desenvolvida e implementada			
Calendarização	2019-2020					
Responsável		Entidades Envolvidas				
Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar						
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2019	2020	2021	2022	2023
Grau de implementação do portal do Agricultor	N.A	-	50%	100%		
Numero de visitantes do Portal	N.A					100 000

Iniciativa	3.1.11. Registo de Variedades de Plantas e Certificação de Sementes					
Descrição	Plataforma que permite automatizar o processo de Registo de Variedade de Plantas e emissão de Certificados de Sementes					
Estado do Projecto	Em curso					
Principais Actividades			Resultados			
1. Realizar o desenho conceptual do Sistema 2. Desenvolver o Sistema 3. Armazenar os dados do sistema no Centro de Dados do Governo 4. Implementar o Sistema de Emissão de Licenças e Certificados Sanitários e Fitossanitários nas DPASA 5. Capacitar os funcionários para a utilização do Sistema			Sistema de Emissão de Licenças e Certificados Sanitários e Fitossanitários Implementado e Integrado			
Calendarização	2019-2021					
Responsável		Entidades Envolvidas				
Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar						
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2019	2020	2021	2022	2023
Tempo de emissão de Licença de Importação	15	15	15	5	3	3
Tempo de emissão de Certificado Exportação	15	15	15	5	3	3

Iniciativa	3.1.12. Registo de Variedades de Plantas e Certificação de Sementes					
Descrição	Plataforma electrónica para o registo de Silvicultores e georreferenciamento das Áreas de Plantações Florestais					
Estado do Projecto	Em curso					
Principais Actividades			Resultados			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Implementar o módulo de monitoria da distribuição e plantio de mudas 2. Implementar o módulo de informação climática 3. Treinamento e reciclagem de usuários (Gestores da Plataforma, Supervisores Provinciais e Extensionistas). 4. Divulgação e/ou Promoção das Ppotencialidades da Plataforma a todos os níveis. 			Desenvolvido e implementados			
Calendarização	2019-2021					
Responsável		Entidades Envolvidas				
Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar						
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2019	2020	2021	2022	2023
Usuários treinados		97	97	100	100	100
Produtores registados		50000	50000	50000	50000	50000
Plantações Florestais		50000	50000	50000	50000	50000
Georeferenciamento e auditoria às áreas			40000	70000	70000	70000

Iniciativa	3.2.1. Sistema de informação integrada do Mar, Águas Interiores e Pescas						
Descrição	Esta iniciativa visa o desenvolvimento e implementação de um sistema integrado através de uma plataforma WEB, que irá incorporar mecanismos de consulta de dados e informações a nível das várias unidades do sector, Central e Provincial, devendo incluir um painel com indicadores económicos, sociais, biológicos e estatísticos (Dashboard).						
Estado do Projecto	Em curso						
Principais Actividades			Resultados				
<ol style="list-style-type: none"> 1. Análise e levantamento de requisitos nas instituições envolvidas 2. Elaboração do protótipo do sistema 3. Concepção e desenvolvimento do Sistema de Informação integrada do Mar, Águas Interiores e Pescas 4. Testes unitários 5. Capacitação dos utilizadores finais 6. Operacionalização e Implementação do sistema integrado 			Sistema de informação integrada do Mar, desenhado, implementado e operacional				
Calendarização	Concepção: 2018 Implementação: 2018 – 2021 (continua)						
Responsável			Entidades Envolvidas				
Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas							
Indicadores		Valor Base	Metas				
			2017	2018	2019	2020	2021
Percentagem do sector do Mar, Águas Interiores e Pescas com o Sistema de Informação integrado implementado		N.A.		25%	75%	100%	100%

Iniciativa	3.2.2. Sistema de Monitorização da Actividade de Pesca (SIMAPE)					
Descrição	Esta iniciativa visa a implementação de um sistema de informação integrado através de uma plataforma Web para o registo e processamento de dados das empresas de pesca, embarcações, licenciamento e capturas ao nível Central e Provincial, alimentando deste modo o Sistema de informação Integrado do Mar, Águas Interiores e Pescas.					
Estado do	Em curso					

Estado do Projecto	Em curso					
Principais Actividades						Resultados
<ol style="list-style-type: none"> 1. Implementar e operacionalizar o sistema nas Instituições a nível Central e Provincial 2. Capacitar os funcionários na utilização do sistema a nível Provincial 3. Manutenção e assistência técnica do sistema 						Sistema de Monitorização da actividade de pesca implementado e operacional no Sector
Calendarização	Implementação: 2018 – 2021 (continua)					
Responsável	Entidades Envolvidas					
Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas						
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Percentagem do sector do Mar com o Sistema de monitorização da actividade de pesca operacional	N.A.		75%	100%	100%	100%

Iniciativa	3.2.3. Portal do Sector do Mar, Águas Interiores e Pescas					
Descrição	Esta iniciativa visa a actualização, desenvolvimento e implementação de novas funcionalidades no Portal do Sector o Ministério, enquanto um meio que facilita a interacção entre os cidadãos, empresas e os serviços do Estado, na disponibilização de serviços públicos.					
Estado do Projecto	Em curso					
Principais Actividades						Resultados
<ol style="list-style-type: none"> 4. Conceber o Plano de Desenvolvimento de novas funcionalidades do Portal; 5. Desenvolver novas funcionalidades do portal para permitir a resposta as necessidades do cidadão; 6. Conceber e desenvolver o portal; 7. Implementar o portal; 8. Comunicar a existência do portal junto dos principais beneficiários; 9. Realizar campanhas de sensibilização para a utilização do portal 10. Assegurar a manutenção do portal em termos de conteúdos dinâmicos; 11. Actualizar periodicamente os conteúdos do portal 						Portal do Sector desenvolvido e implementado

Calendarização	Concepção: 2018 Implementação: 2018 – 2021 (continua)					
Responsável	Entidades Envolvidas					
Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas	Ministério da Ciência e Tecnologia-Ensino Superior e Técnico Profissional					
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Número de visitantes no portal do Sector	N.A.	10.000	25.000	50.000	75.000	100.000

Iniciativa	3.2.4. Sistema de Gestão e Ordenamento do Espaço Marítimo					
Descrição	Esta iniciativa visa o desenvolvimento e implementação de um sistema de gestão e ordenamento do espaço marítimo que visa garantir a exploração sustentável do Mar.					
Estado do Projecto	Em curso					
Principais Actividades			Resultados			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Levantamentos das actividades que demandam da utilização do MAR 2. Elaboração do plano de afectação das actividades 3. Concepção e desenvolvimento do sistema; 4. Testes unitários 5. Capacitação dos utilizadores que vão operar no sistema 6. Implementação e operacionalização do sistema. 			Ordenado o Espaço Marítimo Nacional			
Calendarização	Concepção: 2019 Implementação: 2020 – 2021 (continua)					
Responsável	Entidades Envolvidas					
Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas	MINEC, MTC, MDM, MITADER, MINT, MCTESTP, MCT, MEDH, MIREM.					
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Percentagem de instituições que demandam a utilização do Mar com actividades mapeadas no Sistema de gestão e ordenamento do espaço marítimo operacional	N.A.		10%	50%	100%	100%

Iniciativa	3.2.5. Plataforma online de registo de Intervenientes da cadeia de valor da pesca e aquacultura					
Descrição	Esta iniciativa visa o desenvolvimento e implementação da plataforma online para criação de oportunidades de negócio e parceiras entre os intervenientes na produção, transporte, conservação e comercialização da pesca, aquacultura e rações.					
Estado do Projecto	Em curso					
Principais Actividades			Resultados			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenho e implementação do sistema 2. Divulgar a plataforma e garantir plena funcionalidade; 3. Realizar campanhas de sensibilização para a utilização da plataforma. 			Bolsa de Contactos da Cadeia de Valor Implementada			
Calendarização	Concepção: 2019 Implementação: 2010 – 2021					
Responsável		Entidades Envolvidas				
Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas		Ministério da Indústria e Comércio, Sector Privado				
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Número de Utilizadores da Plataforma	N.A.				100	200
Número de Parcerias estabelecidas	N.A.				50	150

Iniciativa	3.2.6. Sistema de fiscalização do Mar, Pesca e Aquacultura				
Descrição	Esta iniciativa visa o desenvolvimento e implementação de um sistema de fiscalização para o controle das actividades do Mar, Pesca e Aquacultura, que consiste na recolha de dados de pesca, inspecções, unidades produtivas visualizadas, entradas e saídas de barcos na zee, dados de captura da pesca industrial e semi-industrial, Aquacultura comercial e infracções.				
Estado do Projecto	Em curso				

Principais Actividades		Resultados				
1. Concepção e desenvolvimento do sistema 2. Implementação do sistema nas instituições envolvidas		Sistema de fiscalização do Mar, Pesca e Aquacultura implementado e operacional				
Calendarização	Concepção: 2018 Implementação: 2019 – 2021 (continua)					
Responsável	Entidades Envolvidas					
Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas	Ministério dos Transportes e comunicações					
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Percentagem do Sector com o Sistema de fiscalização do Mar, Pesca e Aquacultura operacional	N.A.		20%	50%	100%	100%

Iniciativa	3.2.7. Sistema de Monitorização de Embarcações (VMS)					
Descrição	Esta iniciativa visa o Melhoramento do Sistema de Monitorização de embarcações, na criação de novos módulos tendo em conta a evolução tecnológica e às necessidades do Sector					
Estado do Projecto	Em curso					
Principais Actividades		Resultados				
1. Upgrade de algumas funcionalidades no sistema 2. Operacionalização do sistema		Sistema de monitorização de embarcações operacional				
Calendarização	Implementação: 2018 – 2021 (continua)					
Responsável	Entidades Envolvidas					
Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas	Collcte localization Satellites (CLS)					
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Percentagem do Sector do Mar, Pesca e Aquacultura, com o Sistema de Monitorização de Embarcações (VMS) operacional	N.A.		20%	40%	100%	100%
Iniciativa	3.2.8. Sistema (Móvel) de Recolha de Dados De Raia e Tubarão					
Descrição	Esta iniciativa visa a implementação de um Sistema On-line para o Registo de Dados, Imagens e Localização de Espécies Protegidas de Raia e Tubarão capturadas nas Embarcações de Pesca Industrial e Semi-Industrial					

Iniciativa	3.2.8. Sistema (Móvel) de Recolha de Dados De Raia e Tubarão					
Estado do Projecto	Em concepção					
Principais Actividades			Resultados			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Concepção do Projecto 2. Mobilização de financiamentos 3. Desenvolvimento do Sistema 4. Implementação 5. Manutenção 			Identificadas as Espécies Protegidas capturadas e respectivas estatísticas			
Calendarização	Concepção: 2018 Implementação: 2019 – 2020					
Responsável		Entidades Envolvidas				
Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas						
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Percentagem do Sector com o Sistema móvel de Recolha de Dados da Raia e Tubarão criado e operacional		N.A.				

Iniciativa	3.2.9. Sistema de Informação e Gestão de Recursos Marinhos				
Descrição	Esta iniciativa visa o desenvolvimento de um Sistema de Informação sobre os Recursos Marinhos, sua localização, Potenciais de Pesca entre outros. Sistema (multiplataforma) deve proporcionar acesso rápido a informações básicas sobre os recursos identificados.				
Estado do Projecto	Esta é uma iniciativa proposta no âmbito do Plano Estratégico para a Sociedade da Informação e respectivo Plano Operacional.				
Principais Actividades			Resultados		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Concepção do Projecto 2. Desenvolvimento do Sistema 3. Implementação 4. Manutenção 			Sistema Implementado e operacional		
Calendarização	Concepção: 2018 Implementação: 2019 – 2020				
Responsável		Entidades Envolvidas			
Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas					

Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Número Total de Registos	N.A.			10%	20%	30%
Número de Registos por Tipo de Recurso	N.A.			5%	10%	15%
	N.A.					

Iniciativa	3.2.10. Sistema de Comunicação					
Descrição	Esta iniciativa visa a implantação de um Sistema de Comunicação entre a Sede e suas Delegações ou Centros de Pesquisa de forma a permitir acesso, actualização e transferência de dados e informação.					
Estado do Projecto	Esta é uma iniciativa proposta no âmbito do Plano Estratégico para a Sociedade da Informação e respectivo Plano Operacional.					
Principais Actividades			Resultados			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Sistema Implementado e operacional 2. Concepção do Projecto 3. Desenvolvimento do Sistema 4. Implementação 5. Manutenção 			<ul style="list-style-type: none"> • Sistema Implementado e operacional 			
Calendarização	Concepção: 2019 Implementação: 2010 – 2021					
Responsável			Entidades Envolvidas			
Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas						
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Percentagem do Sector com o Sistema de Comunicação implementado e operacional	N.A.			20%	40%	60%

Iniciativa	3.2.11. Sistema de Certificação Digital					
Descrição	Esta iniciativa visa a Criação de um sistema integrado para a automatização do processo de submissão de pedidos de Licenças e Certificados; a monitorização e prevenção de riscos de assinatura de documentos de Certificação por pessoas não autorizadas; e a fluidez na tramitação de pedidos					
Estado do Projecto	Em curso					

Principais Actividades	Resultados					
Adesão e integração dos processos de Certificação à JUE	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de Certificação digital implementado na JUE; • Automatização do processo de submissão de Licenças e Certificados Sanitários; • Redução de papel na tramitação de pedidos de Licenças e Certificados Sanitários; • Transparência no processo de submissão e aprovação de pedidos de Licenças e Certificados Sanitários; • Redução de tempo de processamento do pedido de Licenças e Certificados Sanitários; • Informações estatísticas harmonizadas entre o INIP e Alfandegas em tempo útil; • Pedidos efectuados directamente na plataforma JUE diminuindo a burocracia 					
Calendarização	Concepção: 2017 Implementação: 2018 – 2021 (continua)					
Responsável	Entidades Envolvidas					
Instituto Nacional de Inspeção do Pescado	Alfandegas, MCNET					
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Fase piloto do projecto em curso	N.A.					

Iniciativa	3.3.1. Sistema de Gestão de Informação de Terras (SiGIT)				
Descrição	Esta iniciativa visa a conclusão do desenvolvimento dos módulos previstos no desenho conceptual revisto do Sistema de Gestão de Informação de Terras e respectiva implementação e capacitação nos órgãos centrais, provinciais e distritais onde o sistema estará em operação.				
Estado do Projecto	Em curso				
Principais Actividades	Resultados				
1. Concluir o desenvolvimento do SiGIT 2. Garantir o armazenamento de dados do sistema no Centro Nacional de Dados do Governo 3. Implementar o SiGIT nas instituições de nível Central, Provincial e Distrital dedicados à gestão de terras 4. Capacitar os funcionários para a utilização do SiGIT	<ul style="list-style-type: none"> • SiGIT desenvolvido e implementado nas instituições do MITADER • Emissão de DUATs através do sistema 				
Calendarização	Desenvolvimento: em curso – 2018				
	Implementação: 2017 – 2021				

Responsável	Entidades Envolvidas					
Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural	-					
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Grau de desenvolvimento do Sistema de Gestão de Informação de Terras	N.D.	75%	100%	-	-	-
Percentagem de órgãos centrais, provinciais e distritais com o SiGIT implementado	N.D.	15%	50%	75%	100%	-
Percentagem de DUATs emitidos através do Sistema de Gestão e Informação de Terras	N.D.	-	5%	10%	25%	40%

Iniciativa	3.3.2. Sistema de Informação Ambiental	
Descrição	A iniciativa tem como objectivo o desenvolvimento de um Sistema de Informação Ambiental que serve de plataforma de partilha de dados e informações junto das instituições dos sectores relacionados com os recursos ambientais, com o objectivo de melhorar a sua coordenação e fluxos de comunicação. A iniciativa prevê a implementação do sistema e capacitação dos funcionários dos órgãos centrais, provinciais e distritais onde o sistema estará em operação.	
Estado do Projecto	Esta é uma iniciativa proposta no âmbito do Plano Estratégico para a Sociedade da Informação e respectivo Plano Operacional	
Principais Actividades		Resultados
<ol style="list-style-type: none"> 1. Realizar o desenho conceptual do Sistema de informação Ambiental 2. Desenvolver o Sistema de Informação Ambiental 3. Armazenar os dados do sistema no Centro Nacional de Dados do Governo 4. Implementar o Sistema de Informação Ambiental nas instituições associadas à gestão de recursos ambientais 5. Capacitar os funcionários para a utilização do Sistema de Informação Ambiental 6. Desenvolver um portal online onde são disponibilizados os dados ambientais para consulta da população 		Sistema de Informação Ambiental desenvolvido e implementado
Calendarização	Concepção e Desenvolvimento: 2020 – 2021 (continua)	

Responsável	Entidades Envolvidas					
Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural	Ministério dos Recursos Minerais e Energia Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar					
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Grau de desenvolvimento do Sistema de Informação Ambiental	N.A.	-	-	-	25%	50%

Iniciativa	3.3.2.1. Sistema de Gestão de Licenciamento Ambiental (SiGLA)				
Descrição	A iniciativa tem como objectivo o desenvolvimento e implementação de um Sistema de Gestão de Licenciamento Ambiental que serve de plataforma de divulgação das acções licenciamento ambiental de acordo com o decreto de Avaliação do Impacto Ambiental. A iniciativa prevê a implementação do sistema e capacitação dos funcionários dos órgãos centrais, provinciais e distritais onde o sistema estará em operação.				
Estado do Projecto	Projecto em fase de desenvolvimento				
Principais Actividades			Resultados		
1. Desenvolver o Sistema de Gestão de Licenciamento Ambiental (SGLA) 2. Armazenar os dados do de cadastro dos processos de Avaliação do Impacto Ambiental de todas as categorias (A+, A, B, C, D) 3. Implementar SGLA em todas as nas instituições provinciais e E-BAÚs 4. Capacitar os funcionários para a utilização do Sistema 5. Desenvolver um portal online onde é disponibilizada a informação sobre o tipo de empreendimentos cadastrados e respectivos consultores			Sistema de Licenciamento Ambiental operacional		
Calendarização	Concepção e Desenvolvimento: 2017 – 2021 (continua)				
Responsável	Entidades Envolvidas				
Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural					

Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Grau de desenvolvimento do Sistema de Licenciamento Ambiental	N.A.	-	-	-	60%	85%

Iniciativa	3.3.2.2. Sistema de Informação Florestal					
Descrição	Esta iniciativa tem como objectivo desenvolver e implementar o Sistema de Informação Florestal, uma ferramenta que ira apoiar na tomada de decisão sobre gestão de recursos florestais em Moçambique					
Estado do Projecto	Projecto em fase de desenvolvimento					
Principais Actividades			Resultados			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolver e implementar o Sistema de Informação Florestal (SIF) 2. Realizar avaliação das necessidades de manejo florestal e dos dados associados à tomada de decisões necessárias dentro dos quatro componentes do SIF 3. Fornecer recomendações sobre a estrutura e o conteúdo dos componentes do banco de dados, viabilidade e utilidade para ligar a outros sistemas 4. Treinar autoridades governamentais de nível central e provincial sobre o uso de banco de dados e extracção de informação 			Sistema de Informação Florestal concluído e operacional			
Calendarização	Concepção e Desenvolvimento: 2018 – 2021 (continua)					
Responsável	Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural					
Entidades Envolvidas						
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Percentagem de Planos detalhados de desenvolvimento do SIF	N.A.	-	-	25%	50%	100%
Autoridades governamentais de nível central e provinciais treinados	N.A.	-	-	15%	40%	75%



EIXO ESTRATÉGICO

4. INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

No Plano Estratégico para a Sociedade de Informação são estabelecidas as seguintes iniciativas estratégicas, fundamentais para promover o crescimento da indústria, comércio e serviços e que se reflectem neste eixo:

4.1. Desenvolvimento do Sector das TICs

- 4.1.1. Programa de incentivos
- 4.1.2. Atracção de IDE
- 4.1.3. Parques de Ciência e Tecnologia - incubação de empresas
- 4.1.4. Agrupamento (*cluster*) para as TICs

4.2. Emprego e Empreendedorismo

- 4.2.1. Programa de Estágios em TICs
- 4.2.2. Bolsa de Emprego
- 4.2.3. Programa Inovar em Moçambique
- 4.2.4. Portal das PME

4.3. Competitividade da Economia

- 4.3.1. Estratégia de Promoção do Comércio Electrónico

4.4. Cultura e Turismo

- 4.4.1. Promoção do Destino Moçambique
- 4.4.2. Visto Electrónico – e-Visa
- 4.4.3. Sistema Integrado de Estatísticas das Indústrias Culturais e Criativas
- 4.4.4. Registo de Empreendedores Turísticos

Iniciativa	4.1.1. Programa de incentivos
Descrição	<p>Esta iniciativa consiste no desenvolvimento de um programa de incentivos para as empresas e empreendedores na área das TICs com o intuito de promover o seu desenvolvimento e propagação. O programa envolve a criação de incentivos de natureza fiscal, monetária, regulatória e legal, entre outros.</p> <p>Dado o dinamismo do sector, poderão ser gradualmente introduzidos novos benefícios e incentivos, de modo alinhado com a Política para a Sociedade da Informação.</p>
Estado do Projecto	Em curso

Principais Actividades		Resultados				
<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenhar o programa de incentivos e socializar com as várias entidades envolvidas e potenciais beneficiários 2. Implementar os incentivos previstos no programa 3. Desenvolver os instrumentos legais e regulamentares de suporte ao programa 4. Realizar campanhas de divulgação do programa 5. Actualizar o programa em função das necessidades, novos desenvolvimentos da economia, nova legislação aplicável, entre outros. 		<ul style="list-style-type: none"> • Programa de Incentivos para o Sector das TICs implementado • Campanhas de sensibilização realizadas 				
Calendarização	Desenho e Aprovação do Programa: 2017 – 2018					
	Implementação: 2019 – 2021					
Responsável	Entidades Envolvidas					
Ministério da Indústria e Comércio	Ministério da Economia e Finanças Ministério da Justiça Banco de Moçambique, em articulação com os Bancos Comerciais					
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Grau de desenvolvimento do Programa de Incentivos	N.A.	50%	100%	-	-	-
Número de novas empresas / empreendedores que beneficiam anualmente do Programa de Incentivos	N.A.	-	-	5	5	5

Iniciativa	4.1.2. Atracção de Investimento Directo Estrangeiro
Descrição	A presente iniciativa visa aprimorar os mecanismos e iniciativas de promoção para a criação de uma conjuntura atractiva a nível legal, fiscal, financeira e técnica, potenciando o investimento directo estrangeiro em Moçambique em projectos na área das TICs.
Estado do Projecto	Em curso
Principais Actividades	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar e/ou desenhar projectos passíveis de investimento directo estrangeiro para a sua implementação 2. Definir uma proposta de mecanismos específicos para a atracção de IDE para o sector de TICs 3. Implementar os mecanismos desenhados 	
Resultados	
Investimento Directo Estrangeiro em projectos / sector das TICs aumentado	

Calendarização	Concepção: 2017 Implementação: 2018 – 2021 (continua)					
Responsável	Entidades Envolvidas					
Ministério dos Negócios Estrangeiros	Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional Ministério da Indústria e Comércio Ministério da Economia e Finanças					
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Percentagem do Investimento Directo Estrangeiro dedicado às TICs	N.D.	-	1%	2%	2%	3%

Iniciativa	4.1.3. Parques de Ciência e Tecnologia - incubação de empresas							
Descrição	A presente iniciativa visa reforçar os Parques de Ciência e Tecnologia enquanto centros de referência para a incubação de empresas tecnológicas em Moçambique e na Região, proporcionando condições adequadas a empresas e empreendedores na área das TICs para o desenvolvimento, partilha e transferência de conhecimento.							
Estado do Projecto	Em curso							
Principais Actividades			Resultados					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Divulgar os Planos de Incubação existentes e as respectivas oportunidades junto dos potenciais beneficiários, bem como sensibilizá-los para esta questão e seus benefícios 2. Estabelecer parcerias com grandes incubadoras na região e a nível internacional 3. Comunicar de forma regular os casos de sucesso de empresas que incubaram no Parque de Ciência e Tecnologia 4. Criar condições atractivas para o estabelecimento formal das empresas incubaram, integrando-as no programa de incentivos desenhados 			Empresas moçambicanas a incubar no Parque de Ciência e Tecnologia					
Calendarização	2017 – 2021 (continua)							
Responsável			Entidades Envolvidas					
Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional			Parques de Ciência e Tecnologia UEM – Universidade Eduardo Mondlane Sector Privado – Media					
Indicadores			Valor Base	Metas				
				2017	2018	2019	2020	2021
Número de empresas na área das TICs que incubaram nos Parques de Ciência e Tecnologia			N.D.	5	10	20	50	75

Iniciativa	4.1.4. Agrupamento (<i>cluster</i>) para as TICs					
Descrição	Com esta iniciativa pretende-se promover a criação de um agrupamento (<i>cluster</i>) para as TICs que junta as várias entidades do sector num espaço propício para o desenvolvimento de relações de cooperação com agentes nacionais e internacionais para potenciar o desenvolvimento, a rentabilidade e a sustentabilidade do sector no país.					
Estado do Projecto	Esta é uma iniciativa proposta no âmbito do Plano Estratégico para a Sociedade da Informação e respectivo Plano Operacional					

Iniciativa	4.1.4. Agrupamento (<i>cluster</i>) para as TICs					
Principais Actividades			Resultados			
1. Realizar um estudo estratégico para a criação de um agrupamento para as TICs identificando as oportunidades de negócio nestas áreas e definindo a estratégia de implementação a adoptar 2. Implementar o agrupamento para as TICs tendo por base as recomendações estratégicas			Estudo Estratégico do Agrupamento para as TICs (<i>Cluster</i>) desenvolvido			
Calendarização	Desenvolvimento do Estudo Estratégico: 2020 Implementação: 2021 (continua)					
Responsável			Entidades Envolvidas			
Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional			Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação			
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Grau de desenvolvimento do estudo estratégico para a criação do agrupamento para as TICs	N.A.	-	-	-	100%	-
Número de empresas pertencentes ao agrupamento para as TICs	N.A.	-	-	-	-	10

Iniciativa	4.2.1. Programa de Estágios em TICs					
Descrição	<p>O objectivo desta iniciativa está relacionado com a cooperação entre as instituições de ensino superior e técnico profissional para criar um programa de estágios em TICs para a Administração Pública e Sector Privado.</p> <p>O programa é composto por duas vertentes: um período de formação incentiva em competências TICs para o mercado de trabalho e um período probatório onde, no seio das instituições onde são colocados, devem demonstrar as competências adquiridas.</p> <p>O sucesso desta iniciativa depende do posicionamento do programa, da qualidade da formação específica e da existência de um regime de contratação adequado.</p>					
Estado do Projecto	Esta é uma iniciativa proposta no âmbito do Plano Estratégico para a Sociedade da Informação e respectivo Plano Operacional					
Principais Actividades			Resultados			

Iniciativa	4.2.1. Programa de Estágios em TICs					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenhar o programa em termos de modelo de operacionalização, entidades envolvidas, conteúdos da formação, entre outros 2. Identificar empresa ou empresas do sector privado para estabelecimento de parcerias para a formação e para acolhimento dos estagiários 3. Estabelecer parcerias com as instituições de Ensino Superior e Técnico-Profissional para a identificação dos melhores alunos a integrar o programa 4. Estabelecer parcerias com as instituições de Ensino Superior e Técnico-Profissional com o intuito de capacitar os formadores do programa de estágios 5. Desenvolver campanhas de comunicação para atrair parceiros 6. Desenvolver e propor a implementação de um regime de contratação especial para os estagiários do programa 7. Definir o modelo de evolução do programa, nomeadamente em termos de modelo de negócio e de sustentabilidade 8. Monitorizar a implementação do programa de estágios 	Programa de Estágios TICs desenhado e em operacionalização					
Calendarização	Concepção do Programa: 2019 Implementação: 2020 – 2021 (continua)					
Responsável	Entidades Envolvidas					
Ministério da Administração Estatal e Função Pública	Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional					
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Número de estágios na área de TICs criados no âmbito do Programa	N.A.	-	-	-	150	200
Taxa de empregabilidade resultante dos estágios na área de TICs	N.A.	-	-	-	90%	95%

Iniciativa	4.2.2. Bolsa de Emprego						
Descrição	<p>A Bolsa de Emprego consiste na criação de uma plataforma electrónica onde se apresentam as vagas disponíveis nas instituições da Administração Pública e de empresas do sector privado, com o intuito de promover a comunicação, transparência e a redução de custos administrativos do processo.</p> <p>Esta iniciativa visa complementar a oferta existente de portais desta natureza desenvolvidos por empresas do sector privado, investindo na criação de sinergias.</p>						
Estado do Projecto	Em curso						
Principais Actividades			Resultados				
<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenhar o modelo de funcionamento da bolsa de emprego e o respectivo modelo de negócio em parceria com o sector privado 2. Desenvolver e implementar a plataforma tecnológica 3. Comunicar a existência da bolsa de emprego e sensibilizar para a sua utilização 4. Assegurar mecanismos para a actualização da plataforma em termos de oferta de trabalho e procura 			Bolsa de Emprego em funcionamento				
Calendarização	Concepção: 2019 Implementação: 2020 – 2021 (continua)						
Responsável		Entidades Envolvidas					
Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social		Ministério da Administração Estatal e Função Pública Unidades Orgânicas de Recursos Humanos das Instituições da Administração Pública					
Indicadores		Valor Base	Metas				
			2017	2018	2019	2020	2021
Taxa de contratação resultante de anúncios e candidaturas através da Bolsa de Emprego		N.A.	-	-	-	10%	25%

Iniciativa	4.2.3. Programa Inovar em Moçambique				
Descrição	<p>O Programa “Inovar em Moçambique” pretende ser uma ferramenta de estímulo à concepção e desenvolvimento de inovação de produtos e serviços em áreas estratégicas para o país relacionadas com a sociedade da informação.</p>				
Estado do Projecto	<p>Esta é uma iniciativa proposta no âmbito do Plano Estratégico para a Sociedade da Informação e respectivo Plano Operacional</p>				

Principais Actividades		Resultados				
1. Desenhar o programa 2. Identificar parcerias para a implementação do programa, nomeadamente ao nível dos média 3. Implementar o programa		Programa “Inovar em Moçambique” concebido e implementado				
Calendarização	Concepção: 2020 Implementação: 2021 (continua)					
Responsável	Entidades Envolvidas					
Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional	-					
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Número de inovações geradas no âmbito do Programa	N.A.	-	-	-	-	1

Iniciativa	4.2.4. Portal das PME					
Descrição	A iniciativa consiste no aprimoramento do Portal das PME, uma plataforma electrónica destinada à partilha de informação em termos de oportunidades de investimento, de acesso a financiamento, notícias, entre outros aspectos, cujos destinatários são as PME Moçambicanas, com especial atenção para as da área das TICs.					
Estado do Projecto	Em curso					
Principais Actividades		Resultados				
1. Conceber o plano de desenvolvimento de novas funcionalidades do Portal 2. Desenvolver novas funcionalidades do Portal 3. Comunicar a existência do Portal junto dos principais beneficiários e sensibilizar para a sua utilização 4. Assegurar a manutenção do Portal em termos de conteúdos e criação de dinâmicas		Portal desenhado e implementado				
Calendarização	Concepção: 2017 Implementação: 2018 – 2021					
Responsável	Entidades Envolvidas					
Ministério da Indústria e Comércio	-					
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Percentagem de PMEs registadas no Portal	N.A.	-	15%	25%	40%	60%

Iniciativa	4.3.1. Estratégia de Promoção do Comércio Electrónico					
Descrição	<p>Esta iniciativa visa o desenvolvimento de um documento estratégico no qual são definidas actividades de promoção do comércio electrónico das empresas moçambicanas, desde a sua promoção online até às transacções electrónicas, como meio de expansão do âmbito de actuação das empresas, a nível nacional e internacional.</p> <p>Esta estratégia deve abranger aspectos relacionados com os principais canais de comunicação existentes para a realização de transacções electrónicas, com os mecanismos para garantir a segurança de dados para pagamento e com as principais áreas dos incentivos financeiros e fiscais para a criação e promoção do comércio electrónico.</p>					
Estado do Projecto	Esta é uma iniciativa proposta no âmbito do Plano Estratégico para a Sociedade da Informação e respectivo Plano Operacional					
Principais Actividades			Resultados			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Conceber um documento estratégico para a promoção do Comércio Electrónico com identificação das iniciativas concretas junto de cada um dos actores chave, nomeadamente Estado e Sector Privado 2. Implementar a Estratégia Definida 			Estratégia para a Promoção do Comércio electrónico desenhada e em implementação			
Calendarização	Concepção: 2017 Implementação: 2018 – 2021					
Responsável			Entidades Envolvidas			
Ministério da Economia e Finanças			Ministério da Indústria e Comércio			
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Percentagem de empresas moçambicanas com páginas electrónicas (<i>websites</i>)	N.D.	-	15%	20%	25%	30%
Percentagem de empresas moçambicanas que disponibilizam produtos/ serviços online	N.D.	-	-	-	-	2%
Peso do comércio electrónico no volume de negócios total do país (volume de negócios transaccionado online face ao PIB)	N.D.	-	-	-	-	1%

Iniciativa	4.4.1. Promoção do Destino Moçambique				
Descrição	A presente iniciativa visa dar continuidade ao trabalho já desenvolvido pelo Ministério da Cultura e Turismo, através da implementação da Estratégia de Marketing Turístico, tendo como base iniciativas de promoção e desenvolvimento de diferentes tipos de turismo em função do potencial dos pólos turísticos prioritários, bem como a capitalização do património cultural, como factor diferenciador do produto. Estas iniciativas também tem sido operacionalizadas através do uso das redes sociais, realização de campanhas <i>online</i> e desenvolvimento de aplicações móveis entre outras ferramentas.				
Estado do Projecto	Em curso				
Principais Actividades			Resultados		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Marketing Digital e online 2. Feiras de Turismo 3. Roadshows 4. Balcões de Informação Turística (BIT) 5. Pontos de Referência Turística 6. Organização de Eventos 7. Desenvolvimento de Rotas e Circuitos Estratégicos 			<ul style="list-style-type: none"> • Divulgada a identidade de Marca do Destino Moçambique através de plataformas digitais • Firmado/posicionado Moçambique no mercado internacional, como destino turístico • Criados pontos de referência que permitam aos turistas partilhar a sua experiência contribuindo deste modo para divulgação da imagem e destino. • Garantida maior visibilidade para o posicionamento do país no mercado internacional do turismo • Estabelecida a ligação espacial entre produtos diversos e reforçada a atenção sobre potenciais atracções que podem ser concebidos /capitalizados em função dos interesses do visitante. • Dinamizada a indústria do turismo a nível local ou internacional 		
Calendarização	Implementação: 2019 – 2022				
Responsável	Entidades Envolvidas				
Ministério da Cultura e Turismo (SP – INATUR)	MCTESTP, MTC, MIC				
Indicadores	Valor Base	Metas			
		2019	2020	2021	2022
Turistas estrangeiros	1.835.435	2.101.389	2.248.487	2.405.881
Turistas domésticos	4.708.450	4.898.670	4.996.643	5.096.576	----
Estadia média	4	5	5	5	----

Iniciativa	4.4.1. Promoção do Destino Moçambique				
Conferências de investimento	1	1	2	2	
Cruzeiros a escalar portos nacionais	16	18	20	22	----
Postos de emprego	65.800	65.700	66.600	67.400	----
Nomeações internacionais dos destinos turísticos	1	2	3	4	----
Novos estabelecimentos turísticos	6	7	9	10	-----

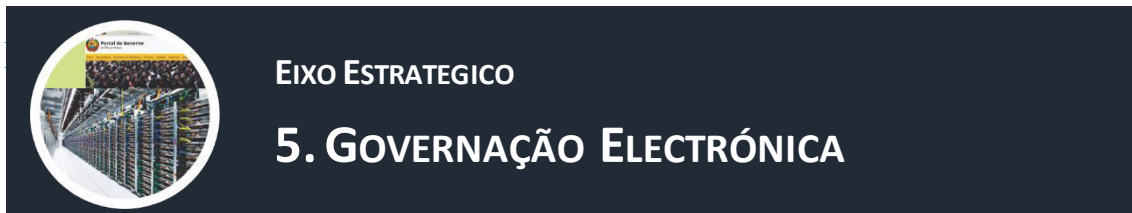
Iniciativa	4.4.2. Visto Electrónico – e-Visa					
Descrição	A presente iniciativa visa criar uma aplicação que irá permitir que a gestão do processo de solicitação de visto ocorra inteiramente em ambiente virtual, em que tudo é feito através da Internet, o pedido de visto, os documentos comprovativos e o pagamento são apresentados electronicamente e a decisão sobre a candidatura é comunicada por correio electrónico através do envio do respectivo Visto ou não autorização, assim como a solicitação de mais informações.					
Estado do Projecto	Em curso					
Principais Actividades			Resultados			
1. Análise, desenvolvimento e teste da plataforma; 2. Treinamento dos recursos humanos e implantação da plataforma; 3. Optimização do fluxo de processos actualização, aprimoramento e consolidação da plataforma.			<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir as barreiras na obtenção do visto; • Incrementar o número de visitantes ao País; • Incrementar as receitas do Turismo. 			
Calendarização	Implementação: 2019 – 2022					
Responsável			Entidades Envolvidas			
Ministério da Cultura e Turismo			MINT; MINEC e MCTESTP			
Indicadores		Valor Base	Metas			
			2019	2020	2021	2022
Implantada a plataforma do visto Electrónico		N.A	25%	50%	75%	100%

Iniciativa	4.4.3. Sistema de Colecta de Dados estatísticos das Industrias Culturais e Criativas				
Descrição	A presente iniciativa visa implementação de uma plataforma de recolha de dados estatísticos das Indústrias Culturais e Criativas e criação de Base de Dados das Estatísticas da Cultura				
Estado do Projecto	Em curso				

Iniciativa	4.4.3. Sistema de Colecta de Dados estatísticos das Industrias Culturais e Criativas				
Principais Actividades					
<ol style="list-style-type: none"> Mapeamento dos indicadores da cultura Desenvolvimento da base de dados de estatísticas da Cultura Conceber um Sistema das indústrias culturais e criativas 		<ul style="list-style-type: none"> Base de Dados desenvolvida Aferida a contribuição da Cultura na Economia 			
Calendarização	Implementação: 2018 – 2022				
Responsável		Entidades Envolvidas			
Ministério da Cultura e Turismo		INE-			
Indicadores	Valor Base	Metas			
		2018	2019	2020	2021
Base de dados das indústrias culturais e criativas desenvolvidas	N.A.	25%	50%	75%	100%

Iniciativa	4.4.4. Sistema Registo de Empreendimentos Turísticos				
Descrição	A presente iniciativa tem em vista criar uma plataforma que visa centralizar e disponibilizar, para consulta online, informação alargada (título de abertura válido, denominação social, categoria, classificação, preços, capacidade, localização e outras informações estatísticas relevantes) dos empreendimentos turísticos, estabelecimentos de restauração e bebidas e salas de dança, empresas de animação turística e agências de viagens e turismo, acessível ao público através no Portal do Órgão Central do Aparelho do Estado responsável pelo sector do Turismo.				
Estado do Projecto	Em curso				
Principais Actividades		Resultados			
<ol style="list-style-type: none"> Desenvolvimento e teste da plataforma; Treinamento de recursos humanos e divulgação da plataforma; Aprimoramento e consolidação da plataforma 		Disponibilização de estatísticas do Turismo actualizadas e fiáveis, no que respeita de entre outros dados, o número de estabelecimentos em funcionamento e número de trabalhadores do sector no activo			
Calendarização	Implementação: 2019 – 2022				
Responsável		Entidades Envolvidas			
Ministério da Cultura e Turismo		MCTESTP-			

Iniciativa	4.4.4. Sistema Registo de Empreendimentos Turísticos				
Indicadores	Valor Base	Metas			
		2019	2020	2021	2022
Plataforma de Registo Nacional de Empreendimentos Turísticos operacional	N.A.	25%	50%	75%	100%



As iniciativas estratégicas do Plano Estratégico para a Sociedade da Informação que visam reunir as condições adequadas para garantir a Governação Electrónica são as seguintes:

5.1. Modernização da Administração Pública e Prestação de Serviços ao Cidadão

- 5.1.1. Sistema de Administração Financeira do Estado (e-SISTAFE)
- 5.1.2. Sistema de Gestão Autárquica (SGA)
- 5.1.3. Sistema de Pagamento de Impostos (e-tributação)
- 5.1.4. Plataforma Electrónica para Prestação de Serviços ao Cidadão (e-Baú)
- 5.1.5. Sistema Electrónico de Gestão de Recursos Humanos do Estado (e-SNGRHE)
- 5.1.6. Programa de Prioridades dos Serviços Públicos Online
- 5.1.7. Portal do Cidadão
- 5.1.8. Portal do Governo
- 5.1.9. Portal do Contribuinte da AT
- 5.1.10. Central de Atendimento AT
- 5.1.11. Sistema de Gestão das Máquinas Fiscais
- 5.1.12. Sistema de Gestão de Beneficiários da Acção Social (SGB)
- 5.1.13. Sistema Nacional de Gestão de Custos de Obras (SINAGEC)
- 5.1.14. Sistema Integrado de Gestão de Informação sobre Calamidades (SIGIC)
- 5.1.15. Promoção de cultura de produção estatística e disseminação de dados a todos os níveis
- 5.1.16. Desenvolvimento de Sistema Integrado de Estatísticas Sectoriais
- 5.1.17. Troca de dados e metadados no Sistema Estatístico Nacional

5.1.18. Prosseguimento do desenho e instalação do sistema de base de dados de organização territorial do país

5.1.19. Continuação da implementação e actualização do Sistema de Monitoria do Desenvolvimento distrital

5.1.20. Base de Dados de Ajuda Externa

5.1.21. Sistema Integrado de Gestão Documental

5.1.22. Desenho e Implementação do Portal de Intranet do MEF

5.2. Sector Judiciário

5.2.1. Programa de Modernização da Justiça

5.2.2. Sistema de Registo Civil e Estatísticas Vitais

5.3. Segurança e Ordem Pública

5.3.1. Centrais Provinciais de Chamadas de Emergência (CPCEs)

5.3.2. Sistema de Identificação Civil (BI, DIRE, AR e Refugiado)

5.3.3. Sistema de Informação Policial

5.3.4. Sistema de Controlo Fronteiriço e Migratório (Passaportes, Vistos, Movimento Migratório e Fronteiriço)

5.3.5. Sistema de Informação Criminal

5.3.6. Sistema de Informação do SENSAP

5.4. Infra-estruturas e Equipamentos

5.4.1. Rede Electrónica do Governo (GovNet)

5.4.2. Centros de Dados

5.4.3. Programa de apetrechamento da Administração Pública

5.5. Interoperabilidade e Segurança das TICs

5.5.1. Quadro de Interoperabilidade

5.5.2. Linhas orientadoras das TICs na AP

5.5.3. Certificação Digital

5.5.4. Política de Recuperação de Desastres

5.5.5. Segurança Cibernética

Iniciativa	5.1.1. Sistema de Administração Financeira do Estado (e-SISTAFE)
Descrição	O e-SISTAFE é um sistema informático que suporta a execução dos processos

Iniciativa	5.1.1. Sistema de Administração Financeira do Estado (e-SISTAFE)					
	<p>da Administração Financeira do Estado e é dividido em módulos:</p> <p>Módulo de Elaboração Orçamental (MEO), Módulo de Execução Orçamental (MEX) Módulo de Gestão de Informações (MGI), Módulo de Administração do Património do Estado (MPE), Módulo de Gestão de Salários e Pensões (MSP), Módulo de Gestão da Dívida Pública (MDP) e Módulo de Gestão da Rede de Cobrança (MRC).</p> <p>A implementação destes módulos deve ser acompanhada da capacitação dos funcionários e agentes do Estado para a sua utilização, assim como a criação da infra-estruturação das instituições da Administração Pública para fazer face aos requisitos técnicos do sistema. Até 2017 foi desenvolvido o MEX e MEO. Estar a ser desenvolvido o MPE e MSP. Por desenvolver p MGI, MDP e MRC.</p> <p>O e-SIATAFE é para se implantado em todos órgãos e instituições do Estado.</p>					
Estado do Projecto	Em curso					
Principais Actividades			Resultados			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Implementar os restantes módulos do e-SISTAFE nas instituições do Estado 2. Manter em funcionamento os módulos do e-SISTAFE nas instituições onde o sistema foi implantado. 3. Capacitar os funcionários das instituições para a utilização dos módulos do e-SISTAFE 			<p>Todos Módulos do e-SISTAFE desenvolvidos e em operacionalização</p>			
Calendarização	2017 – 2021					
Responsável		Entidades Envolvidas				
Ministério da Economia e Finanças		-				
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Nível de implementação dos módulos do e-SISTAFE e em uso em todos os órgãos e instituições da Administração Pública	(≈64,3%)	64,3%	78,57%	92,85%	92,85%	100%

Iniciativa	5.1.2. Sistema de Gestão Autárquica (SGA)	
Descrição	<p>O SGA é um sistema informático que visa endereçar todos os processos e preocupações de Gestão Autárquica cuja responsabilidade pelo seu desenvolvimento é do Ministério da Administração Estatal e Função Pública e do Ministério da Economia e Finanças. Surge para responder a necessidade de modernizar as Autarquias em Moçambique, conferindo-lhes melhores condições para explorarem o seu potencial de receitas, implementarem mecanismos seguros de gestão da sua despesa e melhorarem a sua prestação de serviços aos munícipes.</p> <p>O SGA dispõe de duas grandes componentes, nomeadamente (i) Componente de Gestão Financeira Autárquica, que consiste na adaptação do e-SISTAFE para as Autarquias, isso em observância, como já referido, à Lei do SISTAFE, e (ii) Componente de Gestão dos Serviços Autárquicos, especificamente, gestão urbanística, ambiental e de serviços municipais que deve ser construída de raiz</p>	
Estado do Projecto	<p>Foi decidida a priorização da implementação da Componente de Gestão Financeira para atender ao estabelecido na Lei 9 de 2002, pelo que o CEDSIF decidiu avançar com a implementação do Projecto com base em recursos próprios, tendo sido criada uma equipa técnica dedicada para o efeito, enquanto em paralelo decorre trabalho específico com vista à angariação de apoios financeiros para auxiliar na rápida realização do Projecto.</p>	
Principais Actividades		Resultados
<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenhar as especificações de negócio; 2. Implementar as funcionalidades que compõem o SGA; 3. Operacionalizar o Piloto em Autarquias seleccionadas 4. Expandir o sistema para todas as Autarquias 		SGA operacional
Calendarização	2017 – 2021	
Responsável	Entidades Envolvidas	
<ul style="list-style-type: none"> • Ministério da Economia e Finanças pela Componente de Gestão Financeira Autárquica; • Ministério da Administração Estatal e Função Pública para a componente de Gestão de Serviços Autárquico. 	<ul style="list-style-type: none"> • Todas as Autarquias • Associação Nacional dos Municípios de Moçambique (ANAMM) 	

Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
• Operacionalização da Componente de Gestão Financeira nas Autarquias do Piloto	9	-	10%	80%	100%	100%
• Número de Autarquias abrangidas pelo processo de expansão da Componente de Gestão Financeira	44	-	-	31.8%	65.9%	100%
• Número de Autarquias Abrangidas com a operacionalização da Componente de Gestão Autárquica	44	-	-	31.8%	65.9%	100%

Iniciativa	5.1.3. Sistema de Pagamento de Impostos (e-Tributação)					
Descrição	Pretende-se com esta iniciativa dar continuidade ao desenvolvimento dos módulos para cobrança de impostos, taxas e contribuições do cidadão e empresas, promovendo a celeridade e o controlo das actividades tributárias.					
Estado do Projecto	Em curso					
Principais Actividades			Resultados			
<ol style="list-style-type: none"> Desenvolver os restantes módulos do e-Tributação Implementar os restantes módulos do e-Tributação nas instituições da AT onde o sistema está em funcionamento Capacitar os funcionários da AT para a utilização dos módulos do e-Tributação 			<ul style="list-style-type: none"> Módulos do e-Tributação desenvolvidos e implementados 			
Calendarização	2017 – 2021					
Responsável	Entidades Envolvidas					
Ministério da Economia e Finanças	-					
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Percentagem de declarações para pagamento de impostos integradas no e-Tributação	Módulos do IVA e ISPC em implementação	10%	20%	30%	50%	75%

Iniciativa	5.1.4. Plataforma Electrónica para Prestação de Serviços ao Cidadão (e-BAÚ)					
Descrição	A iniciativa está relacionada com a informatização dos vários tipos de serviços para cidadãos e empresas, visando desenvolver um sistema integrado de prestação de serviços, permitindo que decorram com maior fluidez e eficiência e que fiquem armazenados numa base de dados digital.					
Estado do Projecto	Em curso					
Principais Actividades			Resultados			
1. Desenvolver os módulos da plataforma de serviços para o cidadão (e-BAÚ), de acordo com o desenho conceptual 2. Implementar os módulos desenvolvidos			<ul style="list-style-type: none"> Módulos da plataforma desenvolvidos e implementados 			
Calendarização	2017 – 2021					
Responsável		Entidades Envolvidas				
Ministério da Indústria e Comércio		Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional				
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Número de serviços sectoriais integrados na plataforma	N.D.	2	3	4	5	7

Iniciativa	5.1.5. Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos do Estado (e-SNGRHE)				
Descrição	Este sistema visa fornecer informação sobre o percurso de cada funcionário público e gerar estatísticas determinantes para uma gestão adequada das carreiras e desempenho no sector público. Esta iniciativa pretende que sejam assegurados os meios para concluir o desenvolvimento do sistema e que o mesmo seja implementado nas instituições da Administração Pública, com o intuito melhorar a gestão de recursos humanos através da informatização e uniformização dos processos.				
Estado do Projecto	Em curso				
Principais Actividades			Resultados		

<ol style="list-style-type: none"> 1. Terminar o desenvolvimento do Sistema Electrónico de Gestão de Recursos Humanos do Estado 2. Implementar o Sistema Electrónico de Gestão de Recursos Humanos nas instituições da Administração Pública 3. Capacitar os funcionários das instituições para a utilização do Sistema 		<ul style="list-style-type: none"> • Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos desenvolvido e implementado 					
Calendarização	2017 - 2021 (continua)						
Responsável		Entidades Envolvidas					
Ministério da Economia e Finanças		-					
Indicadores	Valor Base	Metas					
		2017	2018	2019	2020	2021	
Percentagem de instituições da AP com o sistema de implementado		N.A.	2%	5%	15%	30%	50%

Iniciativa	5.1.6. Programa de Prioridades dos Serviços Públicos Online				
Descrição	O desenvolvimento desta iniciativa prevê a elaboração de um plano estratégico e de prioridades sobre a implementação de serviços públicos electrónicos, com o intuito de alinhar os objectivos e os projectos futuros destes serviços da Administração Pública, de modo a evitar a duplicação de esforços das instituições.				
Estado do Projecto	Esta é uma iniciativa proposta no âmbito do Plano Estratégico para a Sociedade da Informação e respectivo Plano Operacional				
Principais Actividades			Resultados		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolver o Programa de Prioridades dos Serviços Públicos Online, com o envolvimento de representantes de todas as áreas, sobre a disponibilização de serviços públicos através de plataformas electrónicas multicanal 2. Partilhar o Programa de Prioridades dos Serviços Públicos Online com os funcionários responsáveis e intervenientes na implementação do mesmo 3. Implementar os projectos definidos no Programa de Prioridades dos Serviços Públicos Online 			<ul style="list-style-type: none"> • Programa de Prioridades dos Serviços Públicos online desenvolvido e em implementação 		
Calendarização	Concepção: 2017 Implementação: 2018 – 2021				
Responsável			Entidades Envolvidas		
Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional			Ministério da Administração Estatal e Função Pública		

Iniciativa	5.1.6. Programa de Prioridades dos Serviços Públicos Online					
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Grau de implementação do Programa de Prioridades dos Serviços Públicos Online	N.A.	-	25%	50%	75%	100%

Iniciativa	5.1.7. Portal do Cidadão					
Descrição	<p>O Portal do Cidadão tem o intuito de se tornar um canal facilitador do relacionamento entre o cidadão, empresas e os serviços do Estado, na disponibilização de serviços públicos electrónicos e informação útil para a população.</p> <p>É importante assegurar a sua integração com os sistemas do Estado, nomeadamente o e-BAÚ, e-Tributação, Sistema de Registo Civil e Estatísticas Vitais, entre outros, bem como desenvolver gradualmente novas funcionalidades.</p>					
Estado do Projecto	Em curso					
Principais Actividades		Resultados				
<ol style="list-style-type: none"> Garantir a integração do Portal do Cidadão com os restantes sistemas do aparelho do Estado Promover o Portal do Cidadão junto dos funcionários da Administração Pública Promover, nas instituições da Administração Pública e nos meios de comunicação social, a utilização do Portal do Cidadão pela população Desenvolver novas funcionalidades do portal para permitir a resposta às necessidades do cidadão 		<ul style="list-style-type: none"> Portal do Cidadão desenvolvido e implementado 				
Calendarização	2017 – 2021 (continua)					
Responsável	Entidades Envolvidas					
Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional	-					
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Número de utilizadores registados no Portal do Cidadão	N.A.	10.000	50.000	100.000	200.000	350.000

Iniciativa	5.1.8. Portal do Governo					
Descrição	Esta iniciativa visa o desenvolvimento e implementação de novos módulos do Portal do Governo tendo em vista a partilha de informação das acções do Governo e a criação de fóruns para promover a participação do cidadão na tomada de decisões pelo Governo, através de uma utilização crescente do mGov.					
Estado do Projecto	Em curso					
Principais Actividades			Resultados			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaborar o desenho conceptual dos novos módulos do Portal do Governo 2. Desenvolver os novos módulos do Portal do Governo 3. Implementar os novos módulos do Portal do Governo 4. Assegurar o acompanhamento e actualização dos conteúdos, fóruns e outros elementos interactivos com o cidadão 			Novos módulos do Portal do Governo desenvolvidos e implementados			
Calendarização	2020 – 2021 (continua)					
Responsável		Entidades Envolvidas				
Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional		Gabinete de Informação				
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Grau de desenvolvimento dos novos módulos do Portal do Governo	N.A.	-	-	-	25%	50%

Iniciativa	5.1.9. Portal do Contribuinte da AT				
Descrição	Através do Portal do Contribuinte os contribuintes irão interagir de forma dinâmica com a Administração Tributária, fazendo a submissão electrónica dos formulários das suas obrigações fiscais, bem como acederem à sua informação fiscal, sem precisar de se deslocar às unidades de cobrança.				
Estado do Projecto	Quase finalizado. Encontra-se Paralisado devido a constrangimentos financeiros.				
Principais Actividades			Resultados		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Reanálise funcional dos desenvolvimentos 2. Revisão do código e realização de testes de integração 3. Testes de Aceitação, Testes de Carga e Formações (capacitação e passagem de conhecimento) 			Portal do contribuinte implementado com as funcionalidades de Submissão de declarações, Consulta da situação fiscal, Pedido de Certidão de quitação fiscal e integrado com o sistema e-Tributação		

Calendarização	2018-2019			
Responsável	Entidades Envolvidas			
Ministério da Economia e Finanças				
Indicadores	Valor base	Metas		
		2018	2019	
Portal do Contribuinte operacional			100%	

Iniciativa	5.1.10. Central de Atendimento da AT			
Descrição	Com a Central de Atendimento os contribuintes irão interagir via telefone, email, sms e chat com a Administração Tributária, para esclarecimento de dúvidas, sem precisar de se deslocar às unidades de cobrança.			
Estado do Projecto	Paralisado após Implementação devido a Falta de Manutenção			
Principais Actividades	Resultados			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Reactivação da Central de Atendimento; 2. Inclusão de mais dois canais de comunicação (SMS e Chat); 3. Realização de Formações 	<ul style="list-style-type: none"> • Central de Atendimento operacional com os canais de SMS e Chat disponíveis. 			
Calendarização	2019			
Responsável	Entidades Envolvidas			
Ministério da Economia e Finanças				
Indicadores	Valor base	Metas		
		2018	2019	
Central de Atendimento operacional		15%	100%	

Iniciativa	5.1.11. Sistema de Gestão de Máquinas Fiscais (SGMF)			
Descrição	Com a iniciativa pretende-se desenvolver, instalar, testar, implementar e manter um Sistema Informático de Gestão de Máquinas Fiscais (SGMF)			
Estado do Projecto	Em curso			
Principais Actividades	Resultados			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Aquisição, Instalação, Teste e Implementação do SGMF; 2. Realização do Piloto do SGMF ; 3. Lançamento da Manifestação de Interesse para o Fornecimento de Serviços Transmissão de Dados com os Provedores 4. Avaliar a adequação de uso dos dispositivos fiscais dos contribuintes integrados com o SGMF; 5. Comunicação e Marketing do Projecto Junto dos Contribuintes e Outros Intervenientes 6. Upgrade do SGMF para a Fase II 	<ul style="list-style-type: none"> • SGMF operacional e pronto para integrar com os dispositivos de hardware e software dos contribuintes; • Dispositivos fiscais dos contribuintes integrados com SGMF; • Cobertura de serviços transmissão de dados com provedores de comunicações a nível nacional • Funcionários da AT, contribuintes e do público em geral devidamente sensibilizado sobre o projecto. 			
Calendarização	2018-2022			
Responsável	Entidades Envolvidas			
Ministério da Economia e Finanças	Banco de Moçambique, Ministério da Indústria e			

	Comercio, CEDSIF, Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Técnico e a CTA					
Indicadores	Valor base	Metas				
		2018	2019	2020	2021	2022
Percentagem de Contribuintes integrados ao SGMF		8%	28%	50%	78%	100%

Iniciativa	5.1.12. Sistema de Gestão de Beneficiários da Acção Social (SGB)					
Descrição	<p>O SGB é um sistema informático, cuja responsabilidade pelo seu desenvolvimento é o Instituto Nacional de Acção Social em parceria com o Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças. Este sistema surge para responder a necessidade de melhorar a gestão dos Beneficiários de Acção Social e dos recursos associados. Espera-se conseguir este benefício por:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reduzir multiplicação de custos administrativos relativos a registos de candidatos a benefícios sociais; • Assegurar maior rigor no processo de elegibilidade, atribuição e o pagamento dos benefícios de acção social; 					
Estado do Projecto	Em curso					
Principais Actividades			Resultados			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenhar as especificações de negócio; 2. Implementar as funcionalidades que compõem o SGB; 3. Apoiar na gestão da mudança; 4. Criar condições de infra-estrutura tecnológica no INAS 			SGB operacional			
Calendarização	2018 – 2021					
Responsável			Entidades Envolvidas			
Ministério da Economia e Finanças			Ministério de Acção Social			
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
SGB disponível operacional nas Delegações do INAS	30	0	90%	100%	100%	100%

Iniciativa	5.1.13. Sistema Nacional de Gestão de Custos de Obras (SINAGEC)					
Descrição	<p>O SINAGEC é um sistema informático que visa dotar o Estado de uma base de referência para determinar o custo de empreitadas e de obras públicas.</p> <p>Como benefícios esperam-se os seguintes:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Aumento da qualidade das obras do Estado pela padronização das e especificações dos materiais, e serviços envolvidos nas empreitadas; 2. Economia para o Estado por se diminuir/eliminar a especulação na orçamentação de obras públicas; 3. Aumento da transparência no processo de contratação de obras públicas; 					
Estado do Projecto	<p>Em curso</p> <p>Em curso também o desenvolvimento de funcionalidades para especificação de e produção de preços de referência de serviços de obras.</p>					
Principais Actividades			Resultados			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolvimento de um sistema informático para automatizar o cálculo do custo de obras a partir dos preços individuais dos materiais de construção e outros insumos envolvidos; 2. Criar condições de infraestrutura tecnológica na Central de Catalogação do MOPHR 3. Apoio na Gestão da Mudança; 			Sistema operacional			
Calendarização	2018 – 2021					
Responsável		Entidades Envolvidas				
Ministério da Economia e Finanças		Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos				
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Quantidade de módulos em operacionalização	5		60%	100%	-	-

Iniciativa	5.1.14. Sistema Integrado de Gestão de Informação sobre Calamidades (SIGIC)				
Descrição	<p>A iniciativa visa concluir o desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão de Informação Sobre Calamidades, que consiste na recolha e tratamento integrado de dados meteorológicos, hidrológicos, sísmicos, imagens de satélite, histórico de eventos, entre outros, que sirvam para a tomada de medidas preventivas em caso de ocorrência de calamidades.</p> <p>Posteriormente, o sistema deverá ter uma componente online, numa página electrónica (<i>website</i>) em que são disponibilizados os dados, notícias e informações sobre calamidades em Moçambique.</p>				

Iniciativa	5.1.14. Sistema Integrado de Gestão de Informação sobre Calamidades (SIGIC)					
Estado do Projecto	Em curso					
Principais Actividades			Resultados			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Concluir o desenvolvimento do SIGIC 2. Garantir o armazenamento de dados do sistema no Centro Nacional de Dados do Governo 3. Implementar o SIGIC nas entidades provinciais do Ministério de Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos ligadas à gestão de calamidades e de recursos naturais (INGC, DNA, ARAs) 4. Capacitar os funcionários das instituições em que o SIGIC está implementado 5. Desenvolver um portal online onde são disponibilizados os dados e informações sobre as calamidades no país 			<ul style="list-style-type: none"> • Sistema Integrado de Gestão de Informação sobre Calamidades concluído e implementado 			
Calendarização	Desenvolvimento: 2017 – 2018 Implementação: 2018 – 2020					
Responsável			Entidades Envolvidas			
Ministério da Administração Estatal e Função Pública			Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural			
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Grau de desenvolvimento do SIGIC	N.D.	75%	100%	-	-	-
Grau de implementação do SIGIC nas instituições	N.A.	-	40%	60%	100%	-
Percentagem de funcionários públicos capacitados para a utilização do SIGIC	N.A.	-	40%	60%	100%	-

Iniciativa	5.1.15. Promoção de cultura de produção estatística e disseminação de dados a todos os níveis
Descrição	Esta iniciativa visa disponibilizar principais indicadores estatísticos, demográficos, sociais, vitais, económicos, de governação, de género e do ambiente para planificação e monitoria dos programas de desenvolvimento nacional
Estado do	Em curso

Iniciativa	5.1.15. Promoção de cultura de produção estatística e disseminação de dados a todos os níveis					
Projecto						
Principais Actividades			Resultados			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Realizar estudos temáticos do Censo da População 2. Implementar o Sistema para o processamento de dados Censo Agro-pecuário 3. Sistema para recolher e dados de inquéritos demográficos (Inquérito aos Orçamentos Familiares, Inquérito Demográfico e de Saúde) 4. Implementar o Sistema Integrado de Estatísticas Sectoriais 5. Sistema de recolha de estatísticas territoriais 			Indicadores disseminados em tempo oportuno para planificação nacional			
Calendarização	<p>Realizar estudos temáticos do Censo da População (2019)</p> <p>Realizar o Censo Agro-Pecuário (2020/2021)</p> <p>Realizar os inquéritos demográficos (Inquérito aos Orçamentos Familiares (2019/20), Inquérito Demográfico e de Saúde (2019)</p> <p>Produzir estatísticas territoriais (2018)</p>					
Responsável			Entidades Envolvidas			
INE			Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar Ministério da Saúde			
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2018	2019	2020	2021	2022
Publicações estatísticas	83%	100%	100%	100%	100%	-
Publicações do sistema estatístico	301	470	505	495	506	

Iniciativa	5.1.16. Desenvolvimento de Sistema Integrado de Estatísticas Sectoriais					
Descrição	Trata-se de um sistema com recurso a aplicações web, que permitirá fazer-se a recolha de dados em tempo real. Este sistema garante interoperabilidade entre entidades do Sistema Estatístico Nacional assim como com organizações internacionais					
Estado do Projecto	Em curso					
Principais Actividades			Resultados			
Modulo estatísticas Económicas <ul style="list-style-type: none"> • Implementação do sistema 			Sistema para recolha e processamento de estatísticas			

Iniciativa	5.1.16. Desenvolvimento de Sistema Integrado de Estatísticas Sectoriais					
Modulo estatísticas demográficas 1. Contextualização e delimitação do sistema 2. Licitação de requisitos do sistema 3. Modelação do sistema 4. Desenvolvimento do sistema 5. Implementação e testes	sectoriais desenvolvidas e implementado					
Calendarização	Modelação do sistema: 2018 Desenvolvimento: 2019 Implementação, por módulos 2019					
Responsável		Entidades Envolvidas				
INE						
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2018	2019	2020	2021	2022
Desenvolvimento modelar		25%	75%	-	-	-
Implementação e testes		-	40%	60%	100%	-

Iniciativa	5.1.17. Troca de dados e metadados no Sistema Estatístico Nacional				
Descrição	É uma iniciativa que visa padronizar e modernizar os mecanismos e processos para o intercâmbio de dados e metadados estatísticos (SDMX) entre organizações produtoras de estatísticas em Moçambique. O INE pretende implementar a iniciativa para permitir a troca de dados entre os órgãos do Sistema Estatístico Nacional.				
Estado do Projecto	Em curso				
Principais Actividades			Resultados		
Licitação de requisitos do sistema Modelação do sistema Desenvolvimento do sistema Implementação e testes			Instituições do Sistema Estatístico Nacional com partilha de dados de forma automática		
	Preparação: 2018 Análise e desenvolvimento, 2019 Implementação e entrada em produção 2020				
Responsável			Entidades Envolvidas		

Iniciativa		5.1.17. Troca de dados e metadados no Sistema Estatístico Nacional					
INE							
Indicadores	Valor Base	Metas					
		2018	2019	2020	2021	2022	
Percentagem do número de entidades internas e externas que partilham os seus dados usando a plataforma SDMX		.	-	-	25%	40%	100%

Iniciativa		5.1.18. Prosseguimento do desenho e instalação do sistema de base de dados de organização territorial do país				
Descrição	Trata-se de uma iniciativa que visa disponibilizar, em tempo útil, informação actualizada sobre a organização territorial					
Estado do Projecto	Em curso					
Principais Actividades						
Calendarização	2017 – 2021					
Responsável	Entidades Envolvidas					
MEFP						
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021

Iniciativa	5.1.19. Continuação da implementação e actualização do Sistema de Monitoria do Desenvolvimento distrital

Descrição	Faz o acompanhamento de funcionalidade dos processos distritais e a análise do desempenho das instituições envolvidas nos processos, a nível central, provincial e distrital					
Estado do Projecto	Em curso					
Principais Actividades			Resultados			
Calendarização	2017 – 2021					
Responsável			Entidades Envolvidas			
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021

Iniciativa	5.1.20. Desenho e Implementação da Base de Dados de Ajuda Externa				
Descrição	É um sistema de informação centralizado que tem como objectivo servir como fonte fiável e credível de informação sobre toda a ajuda externa canalizada ao país e ajudar o governo na gestão eficaz da ajuda ao desenvolvimento e na promoção do uso responsável e transparente dos recursos alocados.				
Estado do Projecto	Em curso				
Principais Actividades			Resultados		
<ul style="list-style-type: none"> • Contratação de um consultor residente para a elaboração dos Termos de Referência • Lançamento do concurso para seleção da empresa desenvolvedora • Desenvolvimento e implementação 			<ul style="list-style-type: none"> • Consultor contratado • Concurso lançado • Base de Dados desenvolvida 		
Calendarização	2019 – 2020				
Responsável			Entidades Envolvidas		
MEF					

Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
		----	-----			

Iniciativa	5.1.22. Desenho e Implementação do Portal de Intranet do MEF					
Descrição	Com o portal de Intranet pretende se fornecer um conjunto de ferramentas que permitem a interoperabilidade holística e sistémica com todas Unidades orgânicas e Tuteladas					
Estado do Projecto	Em curso					
Principais Actividades			Resultados			
<p>Levantamento, Modelação e Documentação dos processos de negocio de todas Unidades Orgânicas do MEF</p> <p>Implementação de Intranet para todas Unidades Orgânicas do MEF</p> <p>Promoção de acções contínuas de formação</p>			<p>Comunicação interna óptima e segura</p> <p>Colaboração e interatividade entre diferentes funcionários e diferentes repositórios de informação</p> <p>Canal oficial de comunicação estabelecido</p> <p>Participação activa dos funcionarios</p>			
Calendarização	2019 – 2021					
Responsável			Entidades Envolvidas			
MEF			MEF Central/I. Tuteladas			
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
		----	-----			

Iniciativa	5.2.1. Programa de Modernização da Justiça					
Descrição	Esta iniciativa consiste no desenho de um plano de actividades para a modernização do sector da Justiça, com adopção de TICs nas instituições do sector e a respectiva capacitação dos funcionários. Alguns dos projectos chave que devem constar no programa consistem na informatização dos Tribunais do país e o desenvolvimento de um Sistema de Informação Penal.					
Estado do Projecto	Em curso					
Principais Actividades			Resultados			

Iniciativa	5.2.1. Programa de Modernização da Justiça					
<ol style="list-style-type: none"> Desenvolver o Programa para a Modernização da Justiça Realizar o desenho conceptual do Sistema de Informação Penal Desenvolver e implementar o Sistema de Informação Penal Garantir o armazenamento de dados dos sistemas no Centro Nacional de Dados do Governo Adquirir os equipamentos recomendados no Programa de Modernização da Justiça Capacitar os funcionários para a utilização dos sistemas implementados 	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Modernização do Sector da Justiça desenhado e em implementação Sistema de Informação Penal desenvolvido e implementado 					
Calendarização	Concepção: 2017 Implementação: 2018 – 2021					
Responsável	Entidades Envolvidas					
Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos	Ministério do Interior Tribunais Judiciais					
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Grau de desenvolvimento do Programa de Modernização da Justiça	N.A.	100%	-	-	-	-
Percentagem de instituições do sector da justiça com equipamentos informáticos	N.D.	-	20%	30%	40%	50%

Iniciativa	5.2.2. Sistema de Registo Civil e Estatísticas Vitais					
Descrição	Este sistema, previsto na anterior Política de Informática e respectiva estratégia de implementação, irá permitir efectuar o registo civil do cidadão moçambicano, servindo também como base para promover a interoperabilidade entre sistemas da Administração Pública. A implementação do sistema deve considerar a necessidade de infra-estruturar as Conservatórias de Registo Civil e capacitar os seus utilizadores.					
Estado do Projecto	Em curso					
Principais Actividades			Resultados			
<ol style="list-style-type: none"> Concluir o desenvolvimento do Sistema de Registo Civil e Estatísticas Vitais Investir em infra-estruturas e equipamentos adequados para suportar as funcionalidades do sistema nas Conservatórias de Registo Civil Implementar o Sistema de Registo Civil e Estatísticas Vitais nas 			<ul style="list-style-type: none"> Sistema de Registo Civil e Estatísticas Vitais desenvolvido e implementado 			

Iniciativa		5.2.2. Sistema de Registo Civil e Estatísticas Vitais				
Conservatórias de Registo Civil						
4. Implementar o Sistema de Registo Civil e Estatísticas Vitais nos restantes serviços públicos para os quais o acesso à informação é considerado essencial ou adequado						
5. Disponibilizar o sistema em plataformas móveis que facilitem o registo da população que reside em zonas remotas						
Calendarização		Desenvolvimento: em curso – 2018 Implementação: 2019 – 2021				
Responsável		Entidades Envolvidas				
Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos		Ministério do Interior				
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Grau de desenvolvimento do Sistema de Registo Civil e Estatísticas Vitais	N.D.	75%	100%	-	-	-
Percentagem de Conservatórias do Registo Civil com o sistema em funcionamento	N.A.	-	-	1%	3%	5%

Iniciativa		5.3.1. Centrais Provinciais de Recepção de Chamadas de Emergências (CPRCEs)				
Descrição		<p>Pretende-se com esta iniciativa estabelecer pontos únicos, a nível provincial, de recepção de chamadas de emergência grátis, através de um número universal grátis, que permita ao cidadão ter acesso imediato ao socorro.</p> <p>A implementação desta iniciativa deverá incluir a disponibilização, programação e gestão de centrais telefónicas nas capitais provinciais, com capacidade de encaminhamento de chamadas para os sectores integrados no sistema, incluindo a instalação e configuração do <i>Software</i> de gestão de atendimento, capacitação de gestores e operadores, manutenção e actualização dos sistemas.</p>				
Estado do Projecto		Desenho e harmonização				
Principais Actividades		Resultados				
<ol style="list-style-type: none"> Desenhar o modelo de centro único de recepção e triagem de chamadas de emergência; Operacionalizar os centros provinciais através da instalação e configuração de uma central telefónica digital capaz de garantir a recepção das chamadas de emergência e seu direccionamento para os sectores responsáveis pela intervenção e a instalação dos sistemas de gestão; 		<ul style="list-style-type: none"> Centros de atendimento adquiridos e operacionalizados nas capitais provinciais. Equipa de gestão e operação capacitado e estabelecido. Contratos de assistência 				

Iniciativa		5.3.1. Centrais Provinciais de Recepção de Chamadas de Emergências (CPRCEs)				
3. Capacitar os gestores e operadores;		técnica estabelecidos.				
4. Estabelecer os contratos da assistência técnica e actualização dos sistemas.		<ul style="list-style-type: none"> Plano de actualização do sistema definido. 				
Calendarização		<ul style="list-style-type: none"> Desenho e harmonização – 2019 Instalação e capacitação dos gestores e operadores – 2020-2021 Manutenção e assistência técnica – 2021-2023 Actualização da central telefónica – 2023 				
Responsável		Entidades Envolvidas				
Ministério do Interior		Ministério de Transportes e Comunicações e Ministério da Saúde e Ministério de Administração Estatal e Função Pública (INGC).				
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2019	2020	2021	2022	2023
Desenho e harmonização do Centro Provincial de Chamadas de Emergência (CPCE)	5%	50%	50%	-	-	-
Operacionalização dos CPCEs	2%	-	20%	50%	100%	-
Manutenção assistência técnica	N/D	-	-	-	50%	100%
Actualização dos sistemas	N/D	-	-	-	-	100%

Iniciativa		5.3.2. Sistema de Informação de Identificação Civil (BI, DIRE, AR e Refugiado)				
Descrição		<p>Esta iniciativa visa informatizar os processos de recolha de dados, de emissão e distribuição de documentos biométricos de identificação para os cidadãos nacionais e estrangeiros, incluindo os refugiados.</p> <p>A implementação desta iniciativa deve ser acompanhada da disponibilização dos sistemas, apetrechamento em equipamento informático e de escritório, estabelecimento de uma infra-estrutura de transmissão de dados para garantir o funcionamento em tempo real dos sistemas de validação de dados, fornecimento dos documentos em branco, capacitação dos técnicos e respectivos funcionários, assim como da assistência técnica e actualização dos sistemas.</p>				
Estado do Projecto		Em actualização				
Principais Actividades			Resultados			

<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolver e implementar os sistemas de emissão de documentos biométricos de identificação do cidadão nacional e estrangeiro e dos refugiados; 2. Implantar a infra-estrutura de recolha e validação de dados do BI em todo o país e nas embaixadas e serviços consulares seleccionadas; 3. Implantar a infra-estrutura de recolha e validação de dados do documento de identificação do cidadão estrangeiro e refugiados nos locais indicados; 4. Capacitar os técnicos e respectivos funcionários; 5. Estabelecer contratos de assistência técnica, fornecimento de documentos em branco e actualização dos sistemas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sistemas de emissão de documentos biométricos do cidadão e refugiados desenvolvidos e em implementação; • Infra-estrutura de recolha e validação de dados do BI instalada em todo o país, embaixadas e serviços consulares; • Infra-estrutura de recolha e validação de dados dos Passaportes instalada em todo o país; • Infra-estrutura de recolha e validação de dados sobre o refugiado instalado; • Gestores, Técnicos e Utilizadores do sistema capacitados; • Contratos de fornecimento de documentos em branco e assistência técnica estabelecidos; 											
Calendarização	<ul style="list-style-type: none"> • Desenho e harmonização – 2019-2020. • Instalação e capacitação dos gestores e operadores – 2021-2023 • Manutenção e assistência técnica – 2022-2027 											
Responsável	Entidades Envolvidas											
Ministério do Interior	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Ministério da justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos											
Indicadores	<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Valor Base</th> <th colspan="5">Metas</th> </tr> <tr> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>2022</th> <th>2023</th> </tr> </thead> </table>	Valor Base	Metas					2019	2020	2021	2022	2023
Valor Base	Metas											
	2019	2020	2021	2022	2023							
Desenho, especificação técnica dos sistemas, instalação e teste	<table border="1"> <tr> <td>50%</td> <td>100%</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> </table>	50%	100%	-	-	-	-					
50%	100%	-	-	-	-							
Sistemas de emissão de documentos biométricos de identificação do cidadão e refugiados desenvolvidos e em implementação	<table border="1"> <tr> <td>30%</td> <td>100%</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> </table>	30%	100%	-	-	-	-					
30%	100%	-	-	-	-							
Infra-estrutura de recolha de dados do BI instalada nos Postos em todo o país	<table border="1"> <tr> <td>40%</td> <td>100%</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> </table>	40%	100%	-	-	-	-					
40%	100%	-	-	-	-							
Infra-estrutura de recolha de dados do BI instalada nas Embaixadas e Serviços Consulares seleccionados	<table border="1"> <tr> <td>5%</td> <td>50%</td> <td>100%</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> </table>	5%	50%	100%	-	-	-					
5%	50%	100%	-	-	-							
Infra-estrutura de validação do BI instalada e em operação	<table border="1"> <tr> <td>30%</td> <td>50%</td> <td>100%</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> </table>	30%	50%	100%	-	-	-					
30%	50%	100%	-	-	-							

Infra-estrutura de recolha de dados e validação do DIRE / AR instalada e em operação	30%	50%	100%	-	-	-
Infra-estrutura de recolha e validação de dados do documento de identificação do refugiado instalado	5%	10%	20%	30%	40%	50%
Gestores, Técnicos e Utilizadores do sistema capacitados	20%	60%	100%	-	-	-
Contratos de fornecimento de documentos em branco e assistência técnica estabelecidos	N/A	20%	40%	60%	80%	100%

Iniciativa	5.3.3. Sistema de Informação Policial	
Descrição	<p>Esta iniciativa visa fortalecer a prevenção e combate eficiente da criminalidade através da aplicação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) como ferramentas de trabalho para a interacção com o cidadão, recolha, análise e partilha de dados e informações, assim como produção de estatísticas diversas.</p> <p>A operacionalização desta iniciativa, inclui o desenho e instalação dos sistemas, disponibilização da infra-estrutura de comunicações de voz e dados, implantação das soluções informáticas nas subunidades, adopção de tecnologias para agilizar o trabalho policial e controlar o potencial delativo, capacitação dos gestores, formadores e utilizadores, assim como a manutenção, assistência técnica e actualização dos sistemas</p>	
Estado do Projecto	Desenho e angariação de financiamento	
Principais Actividades	Resultados	
<ol style="list-style-type: none"> Desenhar e detalhar as especificações e o projecto técnico dos sistemas e elaborar os seus planos de desenvolvimento; Desenhar e implementar os sistemas de interacção com o cidadão, gestão de ocorrências e portal <i>online</i> para denúncias; Desenhar e implementar um programa de informatização das principais actividades administrativas e operativas da Polícia, através da disponibilização de sistemas de informação, apetrechamento em equipamento informático e de comunicação de voz e dados e estabelecimento da conectividade necessária; Desenhar e estabelecer sistemas de controlo e monitorização electrónica nos locais propensos a ocorrências de crimes e acidentes de viação; Desenhar o plano da implementação paulatina do sistema de informação policial; Capacitar os gestores e operadores Estabelecer os contratos da assistência técnica e actualização dos sistemas 	<ul style="list-style-type: none"> Sistema de Informação Policial desenvolvido e em fase de implementação; Gestores, Técnicos e Utilizadores do sistema capacitados; Realizado o investimento em infra-estrutura de comunicações e equipamento informático e de escritório; Contratos de assistência técnica estabelecidos; Plano de alargamento do sistema definido 	
Calendarização	<ul style="list-style-type: none"> Desenho e harmonização –2020. 	

Iniciativa	5.3.3. Sistema de Informação Policial					
	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação e capacitação dos gestores e operadores – 2021-2023 • Manutenção e assistência técnica – 2022-2023 					
Responsável	Entidades Envolvidas					
Ministério do Interior	Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, Procuradoria-Geral da República, Tribunais, Ministério de Transportes e Comunicações, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional					
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2019	2020	2021	2022	2023
Desenvolvimento do Sistema de Informação Policial	5%	10%	15%	20%	25%	30%
Implementação do Sistema de Informação Policial em operação nas subunidades	0,1	-	2%	4%	10%	20%
Disponibilização nacional de sistemas de monitorização electrónica	5%	-	-	10%	15%	20%
Percentagem de Gestores e operadores capacitados	5%	-	7%	10%	15%	20%
Manutenção e assistência técnica	N/A	-	-	2%	4%	10%

Iniciativa	5.3.4. Sistema de Controlo Fronteiriço e Migratório (Passaportes, Vistos, Movimento fronteiriço e Migratório)
Descrição	<p>Esta iniciativa visa informatizar os processos de recolha de dados e de emissão de documentos biométricos de viagem e dos vistos, do sistema de controlo do movimento migratório e aplicar tecnologias para o controlo de fronteiras terrestres e marítimas.</p> <p>A implementação desta iniciativa deve ser acompanhada do estabelecimento de uma infra-estrutura de transmissão de dados para garantir o funcionamento em tempo real dos sistemas de validação de dados dos pedidos do passaporte e vistos, do registo e gestão do movimento migratório e do controlo de fronteiras, do fornecimento dos documentos em branco para os passaportes e vistos, da capacitação dos técnicos e respectivos funcionários, assim como da assistência técnica e actualização dos sistemas.</p>
Estado do Projecto	Desenho do sistema integrado de fronteiras terrestres e marítimas e actualização dos sistemas de emissão de passaportes, de vistos e de controlo migratório

Iniciativa		5.3.4. Sistema de Controlo Fronteiriço e Migratório (Passaportes, Vistos, Movimento fronteiriço e Migratório)					
Principais Actividades		Resultados					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Actualizar e implementar os sistemas de emissão de documentos de viagem biométricos e vistos; 2. Desenhar e implementar o sistema de controlo do movimento migratório; 3. Desenhar e implementar o sistema integrado de controlo das fronteiras terrestres e marítimas; 4. Dimensionar, providenciar e implantar a infra-estrutura de recolha e validação de dados dos passaportes nos locais seleccionados; 5. Dimensionar, providenciar e implantar a infra-estrutura de recolha e validação de dados de vistos no país e nas embaixadas e serviços consulares seleccionados; 6. Dimensionar, providenciar e implantar a infra-estrutura dos sistemas de controlo do movimento migratório e das fronteiras marítimas e terrestres; 7. Capacitar os técnicos e respectivos funcionários; 8. Estabelecer contratos de assistência técnica, fornecimento de documentos em branco e actualização dos sistemas. 		<ul style="list-style-type: none"> • Sistemas de emissão de passaportes e vistos biométricos e de controlo migratório implementados e operacionais; • Sistema integrado de controlo fronteiriço implementado e operacional. • Infra-estrutura de recolha e validação de dados de passaportes biométricos implantada e em funcionamento; • Infra-estrutura de recolha e validação de dados de visto implantada e em funcionamento, no país, embaixadas e serviços consulares; • Infra-estrutura do sistema integrado de controlo fronteiriço marítimo e terrestre implantada e em funcionamento; • Técnicos, gestores e funcionários capacitados na operação dos sistemas; • Estabelecidos contratos de assistência técnica, fornecimento de documentos em branco e actualização dos sistemas 					
Calendarização		<ul style="list-style-type: none"> • Desenho e harmonização – 2019-2020. • Instalação e capacitação dos gestores e operadores – 2021-2023 • Manutenção e assistência técnica – 2022-2027 					
Responsável		Entidades Envolvidas					
Ministério do Interior		Ministério de Negócios Estrangeiros e Cooperação, Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos					
Indicadores		Valor Base	Metas				
			2019	2020	2021	2022	2023
Implementação dos sistemas de emissão de		30%	50%	100%	-	-	-

Iniciativa	5.3.4. Sistema de Controlo Fronteiriço e Migratório (Passaportes, Vistos, Movimento fronteiriço e Migratório)					
passaportes e de vistos biométricos						
Implementação do sistema do controlo do movimento migratório;	5%	20%	60%	100%	-	-
Desenho e implementação do sistema integrado de controlo das fronteiras marítimas e terrestres	0,5%	2%	5%	10%	15%	20%
Implantação da infra-estrutura de recolha e validação de dados do passaporte nos locais seleccionados	30%	50%	100%	-	-	-
Dimensionar, providenciar e implantar a infra-estrutura de recolha e validação de dados de vistos no País e nas Embaixadas e Serviços Consulares seleccionados	5%	50%	100%	-	-	-
Dimensionar, providenciar e implantar a infra-estrutura do sistema integrado de controlo das fronteiras marítimas e terrestres	0,5%	-	-	5%	10%	15%
Capacitação dos técnicos e respectivos funcionários	20%	30%	80%	85%	90%	95%
Contratos de fornecimento de documentos em branco para os passaportes e vistos	10%	25%	40%	55%	70%	85%
Contratos de assistência técnica e actualização dos sistemas	10%	30%	50%	70%	90%	100%

Iniciativa	5.3.5. Sistema de Informação Criminal
Descrição	<p>Esta iniciativa visa reforçar a capacidade do SERNIC através da automatização dos processos de investigação criminal e estabelecer uma infra-estrutura de telecomunicações e sistemas de informação baseados em computador para agilizar a recolha de dados e informações, disponibilizar ferramentas de tratamento e arquivo da informação criminal, processamento e análise comparativa das impressões digitais e viabilizar a troca e partilha de informação criminal com as instituições de Administração de Justiça</p> <p>A implementação desta iniciativa deve ser acompanhada da disponibilização de sistemas e tecnologias para agilizar a investigação criminal, acelerar o esclarecimento dos casos criminais e preparação dos processos a submeter aos tribunais, do estabelecimento de uma infra-estrutura de transmissão de voz e dados para garantir o funcionamento em tempo real dos sistemas, da capacitação dos gestores e utilizadores, assim como a assistência técnica e actualização dos sistemas.</p>
Estado do	Desenho do sistema

Iniciativa	5.3.5. Sistema de Informação Criminal					
Projecto						
Principais Actividades						Resultados
<ol style="list-style-type: none"> Desenhar e detalhar as especificações e o projecto técnicos dos sistemas e elaborar os seus planos de desenvolvimento; Desenhar e implementar um programa de informatização faseado das principais actividades administrativas e operativas do SERNIC, através da disponibilização de sistemas de informação, apetrechamento em equipamento informático e de comunicação de voz e dados e estabelecimento da conectividade necessária; Informatizar os arquivos e os processos de investigação criminal e disponibilizar sob forma digital o material armazenado nos arquivos centrais e regionais do SERNIC. Informatizar as principais actividades dos laboratórios de SERNIC no tratamento da informação, realização de testes necessários ao esclarecimento dos casos criminais. Capacitar os técnicos, gestores e respectivos agentes; Estabelecer contratos de assistência técnica e actualização dos sistemas. 	<ul style="list-style-type: none"> Sistema de Informação Criminal desenvolvido e em fase de implementação; Gestores, Técnicos e Utilizadores do sistema capacitados; Realizado o investimento em infra-estrutura de comunicações e equipamento informático e de escritório; Contratos de assistência técnica estabelecidos; Plano de alargamento do sistema definido 					
Calendarização	<ul style="list-style-type: none"> Desenho e harmonização -2020. Instalação e capacitação dos gestores e operadores – 2021-2023 Manutenção e assistência técnica – 2022-2027 					
Responsável	Entidades Envolvidas					
Ministério do Interior	Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, Procuradoria-Geral da República, Tribunais, Ministério de Transportes e Comunicações, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional					
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2019	2020	2021	2022	2023
Desenho e especificações detalhadas	5%	10%	30%	50%	80%	100%
Implementação dos sistemas de informação do SERNIC, apetrechamento e conectividade	5%	10%	15%	20%	30%	50%
Informatização de arquivos e processos	5%	10%	15%	20%	25%	30%
Informatização dos laboratórios	5%	10%	15%	20%	25%	30%
Capacitação dos técnicos, gestores e agentes	5%	10%	15%	20%	25%	30%
Contratos de assistência técnica e actualização dos sistemas	N/A	-	5%	10%	15%	20%

Iniciativa	5.3.6. Sistema de Informação do SENSAP					
Descrição	<p>Esta iniciativa visa capacitar o SENSAP na prevenção e combate aos incêndios através da aplicação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) como ferramentas de trabalho e para a interação com o cidadão, assim como para produção de estatísticas.</p> <p>A implementação desta iniciativa, inclui o desenho e operacionalização dos sistemas, apetrechamento do SENSAP com equipamento informático, de escritório e de comunicações, disponibilização da conectividade necessária, capacitação dos gestores, formadores e utilizadores, assim como da assistência técnica e actualização dos sistemas</p>					
Estado do Projecto	Concepção e desenho do sistema					
Principais Actividades			Resultados			
<ul style="list-style-type: none"> Desenhar e detalhar as especificações e o projecto técnicos dos sistemas e elaborar os seus planos de desenvolvimento; Desenhar e implementar um programa de informatização faseado das principais actividades administrativas e operativas do SENSAP, através da disponibilização de sistemas de informação, apetrechamento em equipamento informático e de comunicação de voz e dados e estabelecimento da conectividade necessária; Desenhar e implementar o sistema de gestão de registos (<i>Fire Record Management System</i>) e disponibilizar uma ferramenta baseada na Web para a interacção com o cidadão e canalização dos pedidos de intervenção em casos de incêndios; Capacitar os técnicos, gestores e respectivos agentes; Estabelecer contratos de assistência técnica e actualização dos sistemas. 			<ul style="list-style-type: none"> Sistema de Informação de Salvação Pública desenvolvido e em fase de implementação; Realizado o investimento em infra-estrutura de comunicações e equipamento informático e de escritório; Gestores, Técnicos e Utilizadores do sistema capacitados; Contratos de assistência técnica estabelecidos; Plano de actualização e alargamento do sistema definido. 			
Calendarização	<ul style="list-style-type: none"> Desenho e harmonização 2020. Instalação e capacitação dos gestores e operadores – 2021-2023 Manutenção e assistência técnica – 2022-2027 					
Responsável	Entidades Envolvidas					
Ministério do Interior	Ministério de Transportes e Comunicações, Ministério de Administração e Função Pública, Ministério de Indústria e Comércio					
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2019	2020	2021	2022	2023
Desenho e especificações detalhadas	5%	20%	70%	100%	-	-
Desenho e implementação do programa de informatização SENSAP.	5%	-	10%	20%	30%	40%

Iniciativa	5.3.6. Sistema de Informação do SENSAP					
Desenho e implementação do sistema de gestão de registos e ferramenta Web de interacção com o cidadão	5%	-	40%	60%	80%	100%
Capacitação dos técnicos, gestores e funcionários	2%	-	10%	20%	30%	40%
Contratos de assistência técnica e actualização dos sistemas	N/D	-	-	10%	20%	30%

Iniciativa	5.4.1. Rede Electrónica do Governo (GovNet)					
Descrição	<p>Esta iniciativa tem o intuito de assegurar a capacidade das infra-estruturas e da largura de banda da GovNet para os próximos anos, tendo em vista uma abrangência nacional, o aumento da eficiência e da qualidade no acesso à rede pelas instituições da Administração Pública.</p> <p>No âmbito da iniciativa deve ainda ser avaliada a oferta de novos serviços na rede para as instituições ligadas.</p>					
Estado do Projecto	Em curso					
Principais Actividades			Resultados			
<ol style="list-style-type: none"> Desenvolver o planeamento e orçamento dos equipamentos necessários adquirir para assegurar um nível de funcionamento adequado da GovNet Assegurar o número adequado de membros e das respectivas competências da equipa do INTIC responsável pelas infra-estruturas da GovNet Realizar acções conjuntas de identificação e implementação de soluções para a melhoria da rede, entre o INTIC e a TDM Monitorizar os níveis de serviço contratados e os disponibilizados na GovNet Expandir a rede da GovNet até às instituições de nível Distrital Avaliar a possibilidade de prestação de novos serviços 			<ul style="list-style-type: none"> Nível de serviço da GovNet melhorado Aumento do número de instituições distritais ligadas à GovNet 			
Calendarização	2017 – 2021					
Responsável			Entidades Envolvidas			
Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional			TDM – Telecomunicações de Moçambique			
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Largura de banda média da GovNet (Mbps)	2,3MB	4MB	8MB	10MB	30MB	40MB

Iniciativa	5.4.1. Rede Electrónica do Governo (GovNet)					
Percentagem de Distritos com GovNet disponível	N.D.	30%	35%	40%	45%	50%

Iniciativa	5.4.2. Centros de Dados					
Descrição	Esta iniciativa consiste na adopção e uniformização dos serviços de armazenamento de dados e de alojamento de sistemas informáticos das instituições da Administração Pública, com base nos Centros Nacionais de Dados de Governo, promovendo a segurança, disponibilidade no acesso e a informatização dos dados.					
Estado do Projecto	Em curso					
Principais Actividades			Resultados			
<ol style="list-style-type: none"> Realizar acções de sensibilização sobre a importância dos Centros de Dados Alojar cópias de segurança de dados das instituições da Administração Pública no Centro Nacional de Dados do Governo Alojar os sistemas informáticos da Administração Pública no Centro Nacional de Dados do Governo Assegurar as condições de segurança e funcionamento de acordo com a certificação de Centros de Dados de nível 3 Desenvolver e implementar um plano de sustentabilidade financeira para o Centro Nacional de Dados do Governo, de forma a tornar as suas actividades rentáveis 			<ul style="list-style-type: none"> Acções de sensibilização realizadas Criada redundância dos dados das instituições da AP Sistemas informáticos da AP alojados nos Centros de Dados Sustentabilidade das actividades dos Centros de Dados 			
Calendarização	2017 – 2021					
Responsável		Entidades Envolvidas				
Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional		-				
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Percentagem de instituições da AP com cópias de segurança de dados alojados no Centro Nacional de Dados	8 Instituições	10%	20%	30%	40%	50%
Percentagem de sistemas da AP alojados no Centro Nacional de Dados	N.D.	5%	10%	20%	30%	40%
Número de horas sem serviço no Centro	N.D.	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5

Nacional de Dados, por ano							
Grau de desenvolvimento do plano de sustentabilidade no Centro Nacional de Dados		N.A.	75%	100%	-	-	-
Iniciativa	5.4.3. Programa de Apetrechamento da Administração Pública						
Descrição	Desenho e implementação de um programa de modernização do parque electrónico das instituições da Administração Pública, com o objectivo de providenciar as condições adequadas em termos de equipamentos de trabalho e de conectividade para utilização dos sistemas informáticos.						
Estado do Projecto	Esta é uma iniciativa proposta no âmbito do Plano Estratégico para a Sociedade da Informação e respectivo Plano Operacional						
Principais Actividades				Resultados			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Efectuar o levantamento de necessidades junto dos vários órgãos da AP 2. Desenhar o plano de apetrechamento tendo em consideração a questão dos equipamentos e conectividade 3. Implementar o Programa de Apetrechamento dos Órgãos da AP 				<ul style="list-style-type: none"> • Programa de Apetrechamento do Órgãos da AP desenvolvido e em implementação 			
Calendarização	Concepção: 2020 Implementação: 2021 (continua)						
Responsável			Entidades Envolvidas				
Ministério da Administração Estatal e Função Pública			Todos os Ministérios				
Indicadores		Valor Base	Metas				
			2017	2018	2019	2020	2021
Grau de desenvolvimento do Programa de Apetrechamento da Administração Pública		N.A.	-	-	-	100%	-
Rácio de funcionários por computador		N.D.	-	-	-	-	25

Iniciativa	5.5.1. Quadro de Interoperabilidade						
Descrição	A concretização desta iniciativa baseia-se adopção do quadro de interoperabilidade do Governo Electrónico na Administração Pública, promovendo o cruzamento e acesso à informação de diferentes instituições, tendo em vista a eficiência na gestão de processos e na prestação de serviços ao cidadão.						
Estado do	Em curso						

Iniciativa	5.5.1. Quadro de Interoperabilidade					
Projecto						
Principais Actividades			Resultados			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Efectuar um levantamento de todos os sistemas em desenvolvimento e em funcionamento na AP 2. Partilhar a informação recolhida com as várias instituições da AP 3. Realizar o acompanhamento semestral a todas as instituições sobre novas informações relevantes, assegurar a integridade da informação e efectuar a partilha com as instituições da AP 4. Desenhar um manual de procedimentos que devem anteceder o desenvolvimento de um novo sistema de informação 5. Estabelecer os requisitos informáticos e promover a integração dos sistemas informáticos existentes da AP 			<ul style="list-style-type: none"> • Procedimentos de verificação e alinhamento de sistemas em vigor • Sistemas informáticos da AP integrados 			
Calendarização	2017 – 2021					
Responsável		Entidades Envolvidas				
Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional		Ministério da Administração Estatal e Função Pública				
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Percentagem de sistemas da AP integrados	N.D.	5%	15%	25%	35%	45%

Iniciativa	5.5.2. Linhas orientadoras das TICs na AP				
Descrição	A definição das linhas orientadoras para as TICs na Administração Pública visa estabelecer as prioridades para o desenvolvimento ou aquisição de programas e equipamentos informáticos nas instituições, promovendo a interoperabilidade dos sistemas e uniformização dos equipamentos nas instituições da Administração Pública, assim como a eficiência de custos.				
Estado do Projecto	Em curso				
Principais Actividades			Resultados		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Definir as linhas orientadoras para a aquisição de programas e equipamentos informáticos nas instituições da AP 2. Definir as linhas orientadoras para o desenvolvimento de programas informáticos, tendo em consideração o quadro de interoperabilidade 3. Elaborar e difundir o documento com as linhas orientadoras 			Linhas orientadoras definidas e partilhadas pelas instituições da AP		

Iniciativa	5.5.2. Linhas orientadoras das TICs na AP					
<p>pelas instituições da AP</p> <p>4. Realizar auditorias regulares às instituições da AP para avaliar a execução das linhas orientadoras</p>						
Calendarização	<p>Concepção: 2017</p> <p>Implementação: 2018 - 2021</p>					
Responsável	Entidades Envolvidas					
Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional	Ministério da Administração Estatal e Função Pública					
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Grau de desenvolvimento do documento sobre as linhas orientadoras para as TICs na AP	N.A.	100%	-	-	-	-
Percentagem de instituições da AP que executam os seus processos de aquisição de TICs de acordo com as linhas orientadoras	N.D.	-	35%	50%	75%	100%

Iniciativa	5.5.3. Certificação Digital					
Descrição	A iniciativa tem o objectivo de desenvolver uma ferramenta de certificação e assinaturas digitais de documentos oficiais da Administração Pública, cidadãos e empresas, promovendo a fluidez de processos administrativos e financeiros e a segurança das transacções electrónicas.					
Estado do Projecto	Em curso					
Principais Actividades			Resultados			
<ol style="list-style-type: none"> Concluir o desenvolvimento da ferramenta de certificação digital Implementar a ferramenta de certificação digital nas instituições da AP Capacitar os funcionários públicos para a utilização da ferramenta Desenvolver acções de sensibilização junto do cidadão para a utilização da ferramenta Implementar e gerir as infra-estruturas e serviços de certificação digital do Estado, no âmbito do Sistema de Certificação Electrónica do Estado; 			Sistema de certificação digital desenvolvido e implementado			
Calendarização	<p>Desenvolvimento: 2017 – 2018</p> <p>Implementação: 2019 – 2021 (continua)</p>					

Iniciativa		5.5.3. Certificação Digital				
Responsável		Entidades Envolvidas				
Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos		Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional				
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Grau de desenvolvimento da ferramenta de certificação digital	N.D.	75%	100%	-	-	-
Percentagem de instituições da AP com a ferramenta em funcionamento	N.A.	-	-	20%	40%	60%

Iniciativa		5.5.4. Política de Recuperação de Desastres				
Descrição	<p>A definição de uma estratégia de recuperação de desastres para as instituições da Administração Pública tem o intuito de assegurar que são criadas e adoptadas medidas de segurança e redundância no armazenamento dos dados e serviços de TICs caso ocorra uma situação de emergência.</p> <p>Para além deste documento, é necessário assegurar as condições para a concretização desta iniciativa, a nível das infra-estruturas e equipamentos.</p>					
Estado do Projecto	Esta é uma iniciativa proposta no âmbito do Plano Estratégico para a Sociedade da Informação e respectivo Plano Operacional					
Principais Actividades		Resultados				
<ol style="list-style-type: none"> Definir uma política institucional de recuperação de desastres para a Administração Pública Adquirir os equipamentos recomendados para assegurar a recuperação da informação das instituições Capacitar os funcionários para garantir a realização dos procedimentos recomendados de recuperação de desastres 		<ul style="list-style-type: none"> Política de recuperação de desastres desenvolvida Medidas de recuperação de desastres implementadas nas instituições da AP 				
Calendarização	Concepção: 2019 Implementação: 2020 – 2021 (continua)					
Responsável		Entidades Envolvidas				
Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional		-				
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Percentagem de instituições da AP com Política de Recuperação de Desastres implementada	N.A.	-	-	-	20%	30%

Percentagem de funcionários da área de TICs capacitados	N.A.	-	-	-	15%	30%
---	------	---	---	---	-----	-----

Iniciativa	5.5.5. Segurança Cibernética					
Descrição	Implementação do quadro legal e mecanismos de cultura de segurança de informação, incluindo a criação de equipas de resposta a incidentes computacionais.					
Estado do Projecto	Em curso					
Principais Actividades			Resultados			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Implementar um Centro de Emergência de Resposta a Incidentes Computacionais (CERT) do Governo; 2. Coordenar a implementação da segurança das infra-estruturas críticas de informação na Administração Pública; 3. Desenvolver acções de formação e sensibilização, com vista a criar uma cultura nacional de segurança cibernética; 4. Prestar serviços profissionais disponibilizados sob forma de Consultoria Externa às restantes instituições da Administração Pública; 			Centro de Emergência de Resposta a Incidentes Computacionais (CERT) do Governo implementado.			
Calendarização	Concepção: 2019 Implementação: 2020 – 2021 (continua)					
Responsável		Entidades Envolvidas				
Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional		Ministério do Interior; Ministério da Defesa Nacional; Ministério de Transporte e Comunicações; Ministério da Justiça Assuntos Constitucionais e Religiosos, incluindo o Judiciário.				
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Percentagem Ministérios com CERTs criados e operacionais	N.A.	-	-	-	40%	80%
Percentagem de funcionários da área de TICs capacitados	N.A.	-	-	-	15%	30%

Iniciativa	5.5.6. Protecção e Privacidade de Dados
-------------------	--

Descrição	Implementação do quadro legal e mecanismos de cultura de segurança de informação, incluindo a criação de equipas de resposta a incidentes computacionais.					
Estado do Projecto	Em curso					
Principais Actividades	Resultados					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Coordenar as actividades do projecto lei de Protecção e Privacidade de Dados; 2. Desenvolver acções de formação e sensibilização, com vista a criar uma cultura nacional de Protecção e Privacidade de Dados; 3. Formação de técnicos em matéria de recuperação de desastres. 	<ul style="list-style-type: none"> • Lei de Protecção e Privacidade de Dados; • Política de recuperação de desastres desenvolvida. • Medidas de recuperação de desastres implementadas nas instituições da AP 					
Calendarização	Concepção: 2019 Implementação: 2020 – 2023 (continua)					
Responsável	Entidades Envolvidas					
Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional	Todas as Instituições da Administração Pública					
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Percentagem de instituições da AP que colectam dados do cidadão implementam medidas de protecção e privacidade de dados	N.A.	-	-	-	20%	30%
Percentagem de funcionários da área de TICs capacitados	N.A.	-	-	-	15%	30%

Iniciativa	5.5.7. Dados Abertos do Governo				
Descrição	Implementação do quadro legal sobre a Política de Dados Abertos, incluindo a implementação de uma Plataforma de Dados Abertos do Governo.				
Estado do Projecto	Em curso				
Principais Actividades	Resultados				
<ol style="list-style-type: none"> 1. Adesão de Moçambique à iniciativa <i>Open Government Paternship</i>; 2. Visitas de Estudo (Intercambio dos técnicos do INAGE com os de outros países...). 3. Realização/ Actualização do ODRA - Open Data 	<ul style="list-style-type: none"> • Política de Dados Abertos Aprovado e publicado; • Lei de Dados Abertos Aprovado e publicado; • Plano Nacional de Acção; 				

<p>Readiness Assessment;</p> <p>4. Contratação de consultoria especializada para desenvolvimento do DadosGOV;</p> <p>5. Aquisição de Software;</p> <p>6. Acções de Formação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Plataforma de Dados Aberto de Moçambique desenvolvido e implementado (dados.gov.mz) 											
Calendarização	<p>Concepção: 2019</p> <p>Implementação: 2020 – 2023 (continua)</p>											
Responsável	Entidades Envolvidas											
<p>Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional</p>	<p>Ministério do Interior;</p> <p>Ministério da Defesa Nacional;</p> <p>Ministério de Transporte e Comunicações;</p> <p>Ministério da Justiça Assuntos Constitucionais e Religiosos, incluindo o Judiciário.</p> <p>Ministério da Economia e Finanças</p> <p>Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano</p> <p>Ministério da Saúde</p> <p>Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural</p> <p>Banco de Moçambique</p> <p>Instituto Nacional das Comunicação de Moçambique</p> <p>Instituto Nacional de Segurança Social</p> <p>Instituto Nacional de Saúde</p> <p>Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social</p> <p>Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar</p> <p><u>Instituto de Gestão das Participações do Estado</u></p> <p>Instituto Nacional de Investigação Pesqueira</p> <p>Instituto Nacional dos Transportes Terrestres</p>											
Indicadores	<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Valor Base</th> <th colspan="5">Metas</th> </tr> <tr> <th>2017</th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> </tr> </thead> </table>	Valor Base	Metas					2017	2018	2019	2020	2021
Valor Base	Metas											
	2017	2018	2019	2020	2021							
<p>Percentagem de instituições Administração Pública aderindo a iniciativa de Dado Aberto do Governo</p>	<table border="1"> <tr> <td>N.A.</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>80%</td> <td>100%</td> </tr> </table>	N.A.	-	-	-	80%	100%					
N.A.	-	-	-	80%	100%							
<p>Percentagem de instituições da Administração Pública com dados catalogados no dados.gov.mz</p>	<table border="1"> <tr> <td>N.A.</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>50%</td> <td>60%</td> </tr> </table>	N.A.	-	-	-	50%	60%					
N.A.	-	-	-	50%	60%							



Este eixo estratégico assume-se como uma componente transversal aos restantes eixos do Plano Estratégico para a Sociedade de Actuação, cujas iniciativas são as seguintes:

6.1. Integração na Sociedade da Informação

6.1.1. Estratégia Nacional da Banda Larga

6.1.2. Programa Nacional dos Centros Multimédia Comunitários (CMCs)

6.1.3. Programa de Financiamento de Equipamentos

6.1.4. Programa de Sensibilização para o uso das TICs

6.2. Rede de Comunicações

6.2.1. Expansão e melhoria da rede

6.2.2. Partilha de infra-estruturas

Iniciativa	6.1.1. Estratégia Nacional da Banda Larga							
Descrição	Esta iniciativa visa a implementação das actividades previstas no documento estratégico para a banda larga em Moçambique, que inclui a visão, missão e os objectivos relativamente à expansão da rede, assim como a respectiva operacionalização, de forma a expandir a rede até ao nível local.							
Estado do Projecto	Em curso							
Principais Actividades				Resultados				
1. Implementar a Estratégia Nacional da Banda Larga 2. Assegurar a coordenação e a monitorização da implementação das actividades da Estratégia				• Estratégia Nacional de Banda Larga desenhada e em implementação				
Calendarização	Concepção: em curso – 2017 Implementação: 2018 – 2021							
Responsável			Entidades Envolvidas					
Ministério dos Transportes e Comunicações			Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional					
Indicadores			Valor Base	Metas				
				2017	2018	2019	2020	2021
Grau de implementação dos projectos da Estratégia Nacional de Banda Larga			N.A.	-	10%	30%	50%	75%
Largura de Banda Média Disponível*			N.D.	-	-	-	-	-

* A definir de acordo com as metas traçadas na Estratégia Nacional para a Banda Larga

Iniciativa	6.1.2. Programa Nacional dos CMCs						
Descrição	A iniciativa visa dar continuidade ao desenvolvimento e promoção do Programa Nacional dos Centros Multimédia Comunitários (CMCs), no qual é definida a estratégia de actuação dos CMCs para os próximos anos. Esta estratégia considera o desenvolvimento das TICs e as novas formas de promover a integração digital da população, sendo também definido o plano de acção para a implementação de novos CMCs no território moçambicano.						
Estado do Projecto	Em curso						
Principais Actividades				Resultados			
<ol style="list-style-type: none"> Desenvolver o novo Programa de Nacional de CMCs, tendo em consideração a implementação de novos Centros, a sua manutenção e sustentabilidade Definir acordos de financiamento para a implementação e a manutenção dos CMCs Implementar as actividades estabelecidas no Programa Nacional de CMCs Capacitar os funcionários dos CMCs para assegurar um adequado nível de assistência ao cidadão, assim como de manutenção dos equipamentos e infra-estruturas Desenhar e implementar uma estratégia e plano de acção para a manutenção dos equipamentos 				<ul style="list-style-type: none"> Novo Programa Nacional de CMCs desenvolvido e em implementação CMCs implementados em todos os distritos 			
Calendarização	Concepção: em curso – 2017 Implementação: 2018 – 2021						
Responsável			Entidades Envolvidas				
Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional			-				
Indicadores		Valor Base	Metas				
			2017	2018	2019	2020	2021
Número de CMCs implementados		55	-	65	70	75	80

Iniciativa	6.1.3. Programa de Financiamento de Equipamentos					
Descrição	Esta iniciativa consiste em desenvolver e implementar um programa de apoio financeiro para a aquisição de equipamentos de trabalho e de acesso à Internet, com condições bonificadas. Numa primeira fase deve ser aplicada junto de grupos específicos como professores, alunos e funcionários públicos e, posteriormente, alargada a demais franjas da população.					
Estado do Projecto	Em curso					

Principais Actividades		Resultados				
<ol style="list-style-type: none"> 1. Definir os grupos-alvo do programa e as regras de financiamento que se pretendem estabelecer para a aquisição de equipamentos 2. Estabelecer acordos para o financiamento com entidades do sector bancário e empresas de telecomunicações 3. Desenvolver parceria junto de entidades multinacionais de equipamentos para assegurar o fornecimento dos mesmos com condições atractivas 4. Desenvolver a solução logística e operacional do Programa de Financiamento de Equipamentos, incluindo as vertentes da assistência técnica 5. Promover o Programa junto das potenciais partes interessadas 		<ul style="list-style-type: none"> • Programa de Financiamento de Equipamentos desenvolvido 				
Calendarização	Concepção: 2018 – 2019 Implementação: 2020 – 2021 (continua)					
Responsável	Entidades Envolvidas					
Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional	Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano Ministério da Administração Estatal e Função Pública Instituições de Ensino Superior Sector Privado (Empresas de Telecomunicações, Bancos e Empresas de equipamentos tecnológicos)					
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Número de equipamentos adquiridos no âmbito do Programa de Financiamento	N.A.	-	-	-	10%	20%

Iniciativa	6.1.4. Programa de Sensibilização para o uso das TICs				
Descrição	Esta iniciativa visa o aprimoramento e sistematização de um programa de acções de sensibilização a nível nacional, em que se demonstra a importância das TICs para o cidadão, no acesso a oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional, através de seminários, palestras e outros eventos.				
Estado do Projecto	Em curso				
Principais Actividades		Resultados			

<ol style="list-style-type: none"> 1. Definir as prioridades e os grupos alvo das acções de sensibilização 2. Definir campanhas de sensibilização para temas específicos relacionados com as oportunidades e benefícios das TICs 3. Definir o plano de acção das campanhas a realizar 4. Angariar entidades para apoiar na promoção da utilização das TICs junto da população, nomeadamente os meios de comunicação social 5. Monitorar o impacto das campanhas realizadas 		Aumento do número de acções de sensibilização realizadas				
Calendarização	Concepção: 2019 Implementação: 2020 – 2021 (continua)					
Responsável	Entidades Envolvidas					
Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional	Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano					
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Número de pessoas que participaram em programas de sensibilização	N.A.	-	-	-	5.000	10.000

Iniciativa	6.2.1. Expansão e melhoria da rede				
Descrição	Esta iniciativa visa a expansão da actual rede de telecomunicações, com prioridade para o crescimento da vertente móvel e melhoria da qualidade da rede de fibra óptica no país, permitindo o acesso à Internet em zonas mais remotas do país.				
Estado do Projecto	Em curso				
Principais Actividades			Resultados		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolver um plano de expansão da rede de telecomunicações garantindo o acesso a um maior número de cidadãos, em coordenação com as operadoras do mercado 2. Desenvolver um plano para o aumento da disponibilidade da rede de fibra óptica e expansão aos Distritos principais 3. Implementar os planos de expansão 4. Acompanhar a implementação dos planos com o intuito de assegurar a concretização dos mesmos 			<ul style="list-style-type: none"> • Rede móvel disponível em todos os Distritos • Aumento do número de Distritos cobertos com a rede de fibra óptica • Nível de serviço da rede de fibra óptica melhorado 		
Calendarização	Em curso – 2021				
Responsável	Entidades Envolvidas				

Iniciativa	6.2.1. Expansão e melhoria da rede					
Ministério dos Transportes e Comunicações		Operadoras de telecomunicações				
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Percentagem de população com cobertura de rede móvel	80%	82%	85%	87%	89%	91%
Percentagem de cidadãos com acesso à Internet móvel	3%	4%	6%	8%	12%	16%
Nível de funcionamento da rede de fibra óptica	N.D.	90%	92%	95%	99%	99%
Percentagem de Distritos com cobertura de fibra-óptica	28%	30%	34%	38%	44%	50%

Iniciativa	6.2.2. Partilha de infra-estruturas						
Descrição	Esta iniciativa visa a implementação de mecanismos legais e regulamentares sobre a partilha de infra-estruturas de comunicação, promovendo a criação de sinergias entre as operadoras e um melhor serviço para o cidadão, de forma a evitar a duplicação no investimento de recursos e tornar mais atractivo o investimento na expansão da rede.						
Estado do Projecto	Planificado						
Principais Actividades			Resultados				
<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolver acções de sensibilização para a partilha das infra-estruturas junto dos principais operadores 2. Desenvolver medidas para assegurar a partilha de infra-estruturas de comunicação 3. Implementar e monitorizar a concretização de medidas para a partilha de infra-estruturas de comunicação 			<ul style="list-style-type: none"> • Documentos legais/regulamentares sobre a partilha de infra-estruturas de comunicação em vigor • Aumento da percentagem de infra-estrutura de comunicações partilhadas 				
Calendarização	2017 – 2021						
Responsável		Entidades Envolvidas					
Ministério dos Transportes e Comunicações		Operadoras de telecomunicações fixas e móveis					
Indicadores		Valor Base	Metas				
			2017	2018	2019	2020	2021
Percentagem de infra-estruturas de comunicações partilhadas		N.D.	-	5%	10%	15%	20%



EIXO ESTRATÉGICO

7. POLÍTICAS E REGULAÇÃO

Este eixo estratégico, à semelhança do anterior, assume-se como uma componente transversal aos restantes eixos do Plano Estratégico para a Sociedade de informação e, para o qual são definidas as seguintes iniciativas:

7.1. Quadro Legal Adequado

7.1.1. Lei das Transacções Electrónicas

7.1.2. Lei de Protecção de Dados

7.1.3. Política de Segurança Cibernética

Iniciativa	7.1.1. Lei de Transacções Electrónicas	
Descrição	Esta iniciativa visa a implementação da Lei de Transacções Electrónicas, através de regulamentos, normas e padrões, promovendo o desenvolvimento do Comércio Electrónico, Governo Electrónico, Protecção de Dados Electrónicos Pessoais e de outras actividades económicas baseadas em TICs.	
Estado do Projecto	Em curso	
Principais Actividades	Resultados	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaborar o Regulamento do Sistema de Certificação Digital de Moçambique; 2. Implementação e Funcionamento do Sistema de Certificação Electrónica do Estado (Certificação Digital); 3. Elaborar o Regulamento do Registo de Domínio “.mz”; 4. Implementar a Plataforma de Controlo e Monitoria do Domínio “.mz”; 5. Elaborar o Regulamento sobre o uso da Internet; 6. Elaborar Regulamento de Taxas do uso do Sistema de Certificação Electrónica do Estado; 7. Elaborar o Regulamento do Comércio Electrónico; 8. Elaborar o Regulamento de Protecção do Direito do Consumidor; 9. Implementar a Plataforma da Agenda Digital de Moçambique; 10. Garantir a implementação de normas e padrões do sector de TICs; 	<ul style="list-style-type: none"> • Ambiente de Transacções Electrónicas seguro; • Ambiente do Comercio e Governo Electrónico seguro; • Defesa do consumidor reforçado; 	
Calendarização	2017 – 2021	

Iniciativa	7.1.1. Lei de Transacções Electrónicas					
Responsável	Entidades Envolvidas					
Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional	-					
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Início da implementação da Lei de Transacções Electrónicas	N.A.	Sim	-	-	-	-

Iniciativa	7.1.2. Lei de Protecção de Dados					
Descrição	<p>Esta iniciativa visa o desenvolvimento de um instrumento regulador de infra-estruturas, armazenamento e disponibilização de dados pessoais e de organismos públicos.</p> <p>A lei irá servir de base para a actuação das instituições da Administração Pública no que concerne a protecção de informação.</p>					
Estado do Projecto	A iniciativa surge no âmbito do Plano Estratégico para a Sociedade da Informação e respectivo Plano Operacional					
Principais Actividades			Resultados			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaborar a lei de protecção de dados; 2. Submeter a Assembleia da Republica; 3. Regulamentar a lei; 			<ul style="list-style-type: none"> • Dados Electrónicos seguros; 			
Calendarização	<p>Concepção: 2020</p> <p>Implementação: 2021</p>					
Responsável	Entidades Envolvidas					
Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional	<p>Ministério da Administração Estatal e Função Pública</p> <p>Ministério da Justiça, Assuntos Religiosos e Constitucionais</p> <p>Ministério dos Transportes e Comunicações</p> <p>Ministério do Interior</p>					

Iniciativa	7.1.2. Lei de Protecção de Dados					
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Lei de Protecção de Dados aprovada	N.A.	-	-	-	Sim	-

Iniciativa	7.1.3. Política de Segurança Cibernética					
Descrição	<p>Com esta iniciativa pretende-se definir e divulgar a política nacional de segurança cibernética, que proteja a informação do cidadão e do Estado, assegurando também a identificação e implementação de tecnologias de protecção da sua privacidade.</p> <p>Este documento deve servir de base para a criação de mecanismos de controlo da informação tratada pelas instituições, nomeadamente sistemas informáticos, que garantam a confidencialidade e o adequado armazenamento dos dados.</p>					
Estado do Projecto	Esta é uma iniciativa proposta no âmbito do Plano Estratégico para a Sociedade da Informação e respectivo Plano Operacional					
Principais Actividades			Resultados			
<ol style="list-style-type: none"> Desenvolvimento do documento da Política Nacional de Privacidade Implementar a Política Nacional de Privacidade junto das instituições da Administração Pública Difundir a importância da Política Nacional de Privacidade junto das instituições da Administração Pública e do cidadão Monitorizar a implementação das orientações da Política Nacional de Privacidade nos procedimentos das instituições da Administração Pública 			<ul style="list-style-type: none"> Política Nacional de Privacidade desenhada, aprovada e implementada 			
Calendarização	Concepção: 2018 Implementação: 2020					
Responsável			Entidades Envolvidas			
Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional			Ministério da Justiça, Assuntos Religiosos e Constitucionais Ministério dos Transportes e Comunicações Ministério do Interior			
Indicadores	Valor Base	Metas				
		2017	2018	2019	2020	2021
Política Nacional de Segurança Cibernética aprovada	N.A.	-	Sim	-	-	-

3. ORÇAMENTAÇÃO 2019 – 2021 DAS INICIATIVAS

Eixos/Iniciativas	2019	2020	2021	Total Disponível	Total déficit	Total de Iniciativa
1. EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO						
1.1. TICs no Sistema do Ensino						
1.1.1. Escolas do Século XXI	13.800.000,00	475.000.000,00	475.000.000,00	13.800.000,00	950.000.000,00	963.800.000,00
1.1.2. Currículos do Século XXI	7.200.000,00	80.000.000,00	50.000.000,00	7.200.000,00	130.000.000,00	137.200.000,00
1.1.3. Ensino Técnico-Profissional na área de TICs	127.969.571,00	127.969.571,00	127.969.571,00	191.954.356,50	191.954.356,50	383.908.713,00
1.1.4. Ensino Aberto e à Distância	12.000.000,00	120.000.000,00	120.000.000,00	12.000.000,00	240.000.000,00	252.000.000,00
1.1.5. Capacitação e Sensibilização de Professores e Directores de Escolas	6.800.000,00	36.000.000,00	36.000.000,00	6.800.000,00	72.000.000,00	78.800.000,00
1.1.6. TICs na Alfabetização	0,00	31.600.000,00	31.600.000,00	0,00	63.200.000,00	63.200.000,00
1.1.7. Sistema Integrado de Gestão Escolar	7.800.000,00	60.000.000,00	30.000.000,00	7.800.000,00	90.000.000,00	97.800.000,00
1.1.8. Sistema de Candidaturas ao Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.9. Conteúdos Interactivos	3.600.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	3.600.000,00	200.000.000,00	203.600.000,00
1.1.10. Desenvolvimento de Política de TICs na Educação e	4.700.000,00	0,00	0,00	4.700.000,00	0,00	4.700.000,00

Plano Director de Implementação						
1.1.11. Desenvolvimento da Estratégia de e-Escolas Modelos	1.300.000,00	0,00	0,00	1.300.000,00	0,00	1.300.000,00
1.2. Investigação, Desenvolvimento e Partilha de conhecimento						
1.2.1. Programa Nacional de e-Learning	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.2. MoRENet	96.000.000,00	96.000.000,00	96.000.000,00	288.000.000,00	0,00	288.000.000,00
1.2.3. Parques de Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4. Campus Virtuais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5. Portal do Conhecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3. Desenvolvimento de Recursos Humanos						
1.3.1. Programa de Capacitação de Funcionários Públicos	40.000.000,00	40.000.000,00	20.000.000,00	100.000.000,00	0,00	100.000.000,00
1.3.2. Alfabetização Digital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total anual	321.169.571,00	1.166.569.571,00	1.086.569.571,00	637.154.356,50	1.937.154.356,50	2.574.308.713,00
2. SAUDE						
2.1. Prestação de Cuidados Preventivos e Promotivos						
2.1.1. Sistema de Monitoria da Saúde e seus Determinantes	33.651.600,00	40.381.920,00	48.458.310,00	86.796.530,00	35.695.300,00	122.491.830,00
2.1.2. Plataformas de Interação em Saúde	2.952.000,00	3.542.400,00	4.250.880,00	4.193.280,00	6.552.000,00	10.745.280,00

2.2. Prestação de Cuidados Curativos						
2.2.1. Número Único de Identificação do Doente	0,00	2.000.000,00	4.000.000,00	6.000.000,00	0,00	6.000.000,00
2.2.2. Sistema Electrónico de Gestão da Unidade de Saúde	80.000.000,00	80.000.000,00	80.000.000,00	240.000.000,00	0,00	240.000.000,00
2.2.3. Sistema Electrónico de Seguimento do Paciente	0,00	179.192.000,00	363.808.000,00	543.000.000,00	0,00	543.000.000,00
2.3. Controlo e Logística em Saúde						
2.3.1. Controlo de medicamentos e outros produtos de saúde	0,00	0,00	0,00	21.700.000,00	43.400.000,00	65.100.000,00
2.3.2. Sistema de Logística Farmacêutica	98.749.200,00	118.499.040,00	142.198.850,00	352.895.090,00	6.552.000,00	359.447.090,00
2.3.3. Sistema de Logística Hospitalar	11.400.000,00	17.100.000,00	14.250.000,00	42.750.000,00	0,00	42.750.000,00
2.4. Formação através do uso das TIC para a Saúde						
2.4.1. TeleSaúde	0,00	8.000.000,00	2.000.000,00	10.000.000,00	0,00	10.000.000,00
2.5. Política						
2.5.1. Política de Informação para a Saúde	0,00	11.000.000,00	0,00	11.000.000,00	0,00	11.000.000,00
2.6. Infra-estruturas das TIC na Saúde						
2.6.1. Unidades de Saúde beneficiando de Rede Informática e acedendo serviços da Rede de Saúde	0,00	40.000.000,00	40.000.000,00	80.000.000,00	0,00	80.000.000,00

2.6.2. Espinha Dorsal da Rede Privada do Sistema Nacional de Saúde	0,00	0,00	8.000.000,00	8.000.000,00	0,00	8.000.000,00
2.6.3. Repositórios funcionantes nas Unidades de Saúde Provinciais e de Nível Central	0,00	0,00	25.000.000,00	25.000.000,00	0,00	25.000.000,00
Total anual	226.752.800,00	499.715.360,00	731.966.040,00	1.431.334.900,00	92.199.300,00	1.523.534.200,00
3. AGRICULTURA, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL						
3.1. Sector Agrário						
3.1.1. Sistema de Informação de Mercados Agrários (SIMA)	3.493.000,00	4.191.000,00	4.331.000,00	2.500.000,00	9.515.000,00	12.015.000,00
3.1.2. Portal do Produtor Agrário	550.000,00	700.000,00	350.000,00	1.150.000,00	450.000,00	1.600.000,00
3.1.3. Registo de Produtores e Plantações de Cajueiros	4.250.000,00	1.285.000,00	2.517.000,00	8.052.000,00	0,00	8.052.000,00
3.1.4. Sistema de Mapeamento de Pragas e doenças	6.500.000,00	4.500.000,00	3.500.000,00	2.500.000,00	12.000.000,00	14.500.000,00
3.1.5. Sistema de Aviso Prévio	30.000.000,00	18.000.000,00	9.000.000,00	6.000.000,00	51.000.000,00	57.000.000,00
3.1.6. Sistema de Registo de Medicamentos Veterinários	4.975.500,00	5.690.500,00	8.225.500,00	18.891.500,00	0,00	18.891.500,00
3.1.7. Sistema de Identificação de Bovinos	1.998.830,40	1.445.096,40	0,00	0,00	3.443.926,80	3.443.926,80

(Sistema de registo de marca de identificação de gado)						
3.1.8. Sistema de Recolha e Análise de Dados de Extensão (SIRADE)	4.975.500,00	5.690.500,00	8.225.500,00	18.891.500,00	0,00	18.891.500,00
3.1.9. Sistema de Emissão de Licenças e Certificados Sanitários e Fitossanitários	6.000.000,00	4.000.000,00	3.500.000,00	13.500.000,00	0,00	13.500.000,00
3.1.10. Sistema de Monitoria e Extensão Agrária (SMEA)	272.090,60	288.674,00	0,00	560.764,60	0,00	560.764,60
3.2. Mar, Pescas e Aquacultura						
3.2.1. Sistema de informação integrada do Mar, Águas Interiores e Pescas	130.000,00	130.000,00	130.000,00	390.000,00	0,00	390.000,00
3.2.2. Sistema de monitorização da actividade de pesca	3.132.000,00	3.132.000,00	3.132.000,00	0,00	9.396.000,00	9.396.000,00
3.2.3. Portal do Sector do Mar, Águas Interiores e Pescas	500.000,00	500.000,00	600.000,00	1.600.000,00	0,00	1.600.000,00
3.2.4. Sistema de gestão e ordenamento do espaço marítimo	144.000,00	36.000.000,00	36.000.000,00	72.144.000,00	0,00	72.144.000,00
3.2.5. Plataforma online de registo de intervenientes da cadeia	1.890.000,00	0,00	0,00	0,00	1.890.000,00	1.890.000,00

de valor da pesca e aquicultura						
3.2.6. Sistema de fiscalização do mar, pesca e aquicultura	38.790.400,00	38.790.400,00	38.790.400,00	0,00	116.371.200,00	116.371.200,00
3.2.7. Sistema de monitorização de embarcações (VMS)	3.035.500,00	3.035.500,00	3.035.500,00	9.106.500,00	0,00	9.106.500,00
3.2.8. Sistema móvel de recolha de dados de raia e tubarão	3.720.000,00	3.720.000,00	1.860.000,00	0,00	9.300.000,00	9.300.000,00
3.2.9. Sistema de informação e gestão de recursos marinhos	7.920.000,00	7.920.000,00	3.960.000,00	0,00	19.800.000,00	19.800.000,00
3.2.10. Sistema de comunicação	5.220.000,00	2.610.000,00	870.000,00	0,00	8.700.000,00	8.700.000,00
3.2.11. Sistema de Emissão de Licenças e Certificados Sanitários	2.235.200,00	0,00	0,00	0,00	2.235.200,00	2.235.200,00
3.2.12. Sistema de Certificação Digital (JUE)	764.800,00	0,00	0,00	0,00	764.800,00	764.800,00
3.3. Ambiente e Desenvolvimento Rural						
3.3.1. Sistema de Gestão de Informação sobre Terras (SiGIT)	500.000,00	500.000,00	500.000,00	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00
3.3.2. Sistema de Informação Ambiental	1.000.000,00	500.000,00	300.000,00	0,00	1.800.000,00	1.800.000,00
3.3.3. Sistema de Gestão de licenciamen	1.500.000,00	500.000,00	250.000,00	0,00	2.250.000,00	2.250.000,00

to Ambiental (SIGLA)						
3.3.4. Sistema de Informação Florestal	405.072,00	299.833,00	135.398,00	840.303,00	0,00	840.303,00
Total anual	133.901.893,00	143.428.503,40	129.212.298,00	157.626.567,60	248.916.126,80	406.542.694,40
4. INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS						
4.1. Desenvolvimento do Sector de TICs						
4.1.1. Programa de incentivos	4.000.000,00	4.500.000,00	5.000.000,00	13.500.000,00	0,00	13.500.000,00
4.1.2. Portal das PMEs	2.200.000,00	2.500.000,00	3.000.000,00	7.700.000,00	0,00	7.700.000,00
4.1.3. Atracção de IDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.4. Parques de Ciência e Tecnologia - incubação de empresas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.5. Agrupamento (cluster) para as TICs	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2. Emprego e Empreendedorismo						
4.2.1. Programa de Estágios em TICs	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.2. Bolsa de Emprego	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.3. Programa Inovar Moçambique e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.3. Competitividade da Economia						
4.3.1. Estratégia de Promoção do Comércio Electrónico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4. Cultura e Turismo						
4.4.1. Promoção do destino Moçambique e	26.356.380,00	29.515.620,00	32.215.300,00	82.587.300,00	5.500.000,00	88.087.300,00

4.4.2. Visto Electrónico – e-Visa	122.000.000,00	109.800.000,00	0,00	122.000.000,00	109.800.000,00	231.800.000,00
4.4.3. Sistema Integrado de Estatísticas das Indústrias Culturais e Criativas	3.350.000,00	4.355.000,00	5.226.000,00	12.931.000,00	0,00	12.931.000,00
4.4.4. Registo de Empreendedores Turísticos	1.500.000,00	1.000.000,00	0,00	2.500.000,00	0,00	2.500.000,00
Total anual	159.406.380,00	151.670.620,00	45.441.300,00	241.218.300,00	115.300.000,00	356.518.300,00
5. GOVERNAÇÃO ELECTRÓNICA						
5.1. Modernização da Administração Pública e Prestação de Serviços ao Cidadão						
5.1.1. Sistema de Administração Financeira do Estado (e-SISTAFE)	2.656.530,99	1.119.287,92	851.937,92	1.093.663,71	3.534.093,12	4.627.756,83
5.1.2. Sistema de Gestão Autárquica (SGA)	1.128.785,10	2.827.517,10	1.128.785,10	124.385,40	4.960.701,90	5.085.087,30
5.1.3. Sistema de Pagamento de Impostos (e-tributação)	2.818.168,06	2.098.788,40	0,00	2.964.630,22	1.952.326,24	4.916.956,46
5.1.4. Plataforma Electrónica para Prestação de Serviços ao Cidadão (e-Baú)	16.609.680,00	12.754.080,00	514.080,00	1.542.240,00	28.335.600,00	29.877.840,00
5.1.5. Sistema Electrónico de Gestão de R.H do Estado	765.608,76	765.608,76	0,00	0,00	1.531.217,52	1.531.217,52
5.1.6. Prog. de Prioridades dos Serviços	6.320.000,00	2.680.000,00	367.000,00	9.367.000,00	0,00	9.367.000,00

Públicos Online						
5.1.7. Portal do Cidadão	5.200.000,00	5.200.000,00	3.900.000,00	14.300.000,00	0,00	14.300.000,00
5.1.8. Portal do Governo	3.900.000,00	2.600.000,00	2.600.000,00	9.100.000,00	0,00	9.100.000,00
5.1.9. Portal do Contribuinte e da AT	20.000.000,00	0,00	0,00	20.000.000,00	0,00	20.000.000,00
5.1.10. Central de Atendimento da AT	5.000.000,00	0,00	0,00	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00
5.1.11. Sistema de Gestão de Máquinas Fiscais	35.000.000,00	30.000.000,00	30.000.000,00	95.000.000,00	0,00	95.000.000,00
5.1.12. Sistema de Gestão de Beneficiários da Acção Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1.13. Sistema Nacional de Gestão de Custos de Obras	1.639.748,46	1.639.748,46	1.639.748,46	4.919.245,38	0,00	4.919.245,38
5.1.14. Sistema Integrado de Gestão de Informação sobre Calamidades (SIGIC)	5.929.500,00	3.151.000,00	699.500,00	9.780.000,00	0,00	9.780.000,00
5.1.15. Promoção de cultura de produção estática e disseminação de dados a todos os níveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1.16. Desenvolvimento de sistema Integrado de Estatísticas Sectoriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

5.1.17. Troca de Dados e Metadados no Sistema Estatístico Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1.18. Sistema de Monitoria e desenvolvi- mento dos Distritos (SMODD)	2.750.000,00	3.025.000,00	3.327.000,50	9.102.000,50	0,00	9.102.000,50
5.1.19. Recolha e sistemizaçã o de informaçã o para o banco de dados e sistemas de informaçã o territorial	15.500.000,00	16.550.000,00	18.200.000,00	50.250.000,00	0,00	50.250.000,00
5.1.20. Base de Dados de Ajuda Externa (ODAMoz)	14.740.650,28	0,00	0,00	14.740.650,28	0,00	14.740.650,28
5.1.21. Sistema Integrado de Gestão Documental	0,00	0,00	0,00	11.000.000,00	0,00	11.000.000,00
5.1.22. Desenho e Implementa ção do Portal de Intranet do MEF	0,00	0,00	0,00	61.422.866,34	0,00	61.422.866,34
5.2. Administração da Justiça						
5.2.1. Programa de Modernizaçã o da Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2.2. Sistema de Registo Civil e Estatísticas Vitais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

5.3. Segurança e Ordem Pública						
5.3.1. Centrais Provinciais de Recepção de Chamadas de Emergências	13.773.720,00	21.555.321,00	37.518.522,00	72.847.563,00	0,00	72.847.563,00
5.3.2. Sistema de Informação de Identificação Civil (BI, DIRE, AR e Refugiado)	870.000.000,00	720.000.000,00	240.000.000,00	1.830.000.000,00	0,00	1.830.000.000,00
5.3.3. Sistema de Informação Policial	1.260.737.020,00	3.360.737.021,00	4.260.737.022,00	8.882.211.063,00	0,00	8.882.211.063,00
5.3.4. Sistema de Informação Criminal	1.052.700.000,00	1.323.600.000,00	1.758.600.001,00	4.134.900.001,00	0,00	4.134.900.001,00
5.3.5. Sistema de Controlo Migratório (Passaportes, Vistos, Controlo Fronteiriço e Migratório)	4.914.000.000,00	9.636.000.000,00	8.568.000.000,00	23.118.000.000,00	0,00	23.118.000.000,00
5.3.6. Sistema de Informação do SENSAP	58.500.000,00	56.600.000,00	56.600.000,00	171.700.000,00	0,00	171.700.000,00
5.3.7. Rede Electrónica do Governo (GovNet)	37.574.415,00	0,00	0,00	6.157.775,00	31.416.640,00	37.574.415,00
5.3.8. Centros de Dados	73.857.300,00	81.243.030,00	89.367.330,00	170.610.360,00	73.857.300,00	244.467.660,00
5.3.9. Programa de Apetrechamento da Administração Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4. Interoperabilidade e Segurança das TIC						
5.4.1. Quadro de Interoperabilidade	58.820.000,00	65.620.000,00	58.000.000,00	123.620.000,00	58.820.000,00	182.440.000,00

5.4.2. Linhas orientadoras das TICs na AP	3.250.000,00	240.000,00	0,00	240.000,00	3.250.000,00	3.490.000,00
5.4.3. Certificação Digital	90.557.000,00	744.000,00	529.480,00	1.273.480,00	90.557.000,00	91.830.480,00
5.4.4. Política de Recuperação de Desastres	3.900.000,00	175.000,00	0,00	175.000,00	3.900.000,00	4.075.000,00
5.4.5. Segurança Cibernética	39.000.000,00	26.040.000,00	29.140.000,00	55.180.000,00	39.000.000,00	94.180.000,00
5.4.6. Proteção de Dados Pessoais	8.970.000,00	13.590.000,00	21.529,00	13.611.529,00	8.970.000,00	22.581.529,00
5.4.7. Dados Abertos	35.562,00	53.833,00	46.540,00	100.373,00	35.562,00	135.935,00
Total anual	8.625.633.688,65	15.390.609.235,64	15.161.788.475,98	38.900.333.825,83	350.120.440,78	39.250.454.266,61
6. ACESSO E CONECTIVIDADE						
6.1. Integração na Sociedade de Informação						
6.1.1. Estratégia Nacional da Banda Larga	30.012.000.000,00	41.815.500.000,00	41.815.500.000,00	113.643.000.000,00	0,00	113.643.000.000,00
6.1.2. Programa Nacional dos Centros Multimédia Comunitários (CMCs)	16.400.000,00	16.400.000,00	16.400.000,00	49.200.000,00	0,00	49.200.000,00
6.1.3. Programa de Financiamento de Equipamentos	589.090.909,09	3.272.727.272,73	818.181.818,18	4.680.000.000,00	0,00	4.680.000.000,00
6.1.4. Programa de Sensibilização para o uso das TICs	30.000.000,00	30.000.000,00	20.000.000,00	80.000.000,00	0,00	80.000.000,00
6.2. Rede de Comunicações						
6.2.1. Expansão e Melhoria da Rede	4.880.000.000,00	18.696.500.000,00	18.696.500.000,00	4.880.000.000,00	37.393.000.000,00	42.273.000.000,00

6.2.2. Partilha de infra-estruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.3. Expansão da Rede e Melhoria da Qualidade de Serviços Prestados (MoRENet)	610.000.000,00	610.000.000,00	30.500.000,00	1.250.500.000,00	0,00	1.250.500.000,00
Total anual	36.137.490.909,09	64.441.127.272,73	61.397.081.818,18	124.582.700.000,00	37.393.000.000,00	161.975.700.000,00
7. POLÍTICAS E REGULACÃO						
7.1. Quadro Legal Adequado						
7.1.1. Lei de Transacções Electrónicas	36.231.690,00	35.231.690,00	31.231.690,00	72.047.645,00	30.647.425,00	102.695.070,00
7.1.2. Elaboração da Lei de Protecção de Dados	4.800.000,00	4.800.000,00	2.400.000,00	12.000.000,00	0,00	12.000.000,00
7.1.3. Elaboração da Política Nacional de Segurança Cibernética	4.800.000,00	4.800.000,00	2.400.000,00	12.000.000,00	0,00	12.000.000,00
Totais	45.831.690,00	44.831.690,00	36.031.690,00	96.047.645,00	30.647.425,00	126.695.070,00
Total Geral	45.650.186.931,74	81.837.952.252,77	78.588.091.193,16	166.046.415.594,93	40.167.337.649,08	206.213.753.244,01

Anexo 2:

Glossário:

Certificação Digital – É a tecnologia que provê mecanismos de segurança capazes de garantir autenticidade, confidencialidade e integridade as informações e documentos utilizados em transacções electrónicas.

Comunicação Electrónica – Qualquer comunicação que as partes efectuem por meio de mensagens de dados por via electrónica.

Correio Electrónico – É o método que permite compor, enviar e receber mensagens através de sistemas electrónicos de comunicação sobre protocolos específicos.

Espinha Dorsal da Rede Nacional de Transmissão – Troço primário da Rede Nacional de Transmissão dotada de alta capacidade, de onde parte a transmissão a troços secundários.

Governança Digital – É o uso da tecnologias digitais como parte integrante das estratégias de modernização do sector público, para criar valor.

Governo Electrónico – Uso de tecnologias de informação e comunicação, principalmente a Internet, pelo governo para providenciar informação e serviços ao cidadão.

Meios Electrónicos – são todos os meios de tecnológicos usados para a obtenção de dados no formato analógico ou digital, seu processamento, armazenamento, transmissão bem como a sua apresentação.

Rede de Fibra Óptica – Rede baseada em cabos electrónicos de alta capacidade e transmitem sinal em alta velocidade, no formato de luz.

Sistema de Informação – Sistema para a produção, envio, recepção, armazenagem ou outro tipo de processamento de mensagem de dado.

Sociedade da Informação – Aquela em que o modo de desenvolvimento social e económico basea-se na informação, como um meio de criação de conhecimento, para a produção de riqueza e bem estar de vida dos cidadãos.

Transacção Electrónica – Qualquer comunicação ou actividade entre duas partes conduzida entre meios electrónicos.